

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
(Nível de Doutorado)**

MARCELA FRANCO FOSSEY

**POLÊMICA SOBRE SEXO SAUDÁVEL:
UMA ABORDAGEM DISCURSIVA**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística do
IEL/UNICAMP, como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

**Campinas (SP)
Fevereiro/2011**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

F798p

Fossey, Marcela Franco.

Polêmica sobre sexo saudável : uma abordagem discursiva / Marcela Franco Fossey. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011.

Orientador : Sirio Possenti.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Educação sexual. 2. Igreja Católica. 3. Estado. 4. Polêmica. 5. Semântica global. I. Possenti, Sirio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: Polemics about healthy sex: a discursive approach.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Sex education; Catholic Church; State; Polemics; Global semantics.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Sirio Possenti (orientador), Prof. Dr. Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa, Profa. Dra. Edvânia Gomes da Silva e Profa. Dra. Maria Teresa Citeli. Suplentes: Profa. Dra. Anna Flora Brunelli, Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado e Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha.

Data da defesa: 21/02/2011.

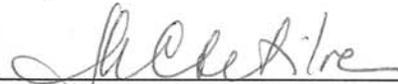
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Sirio Possenti



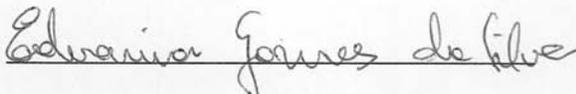
Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva



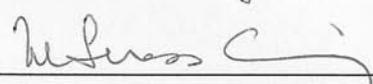
Pedro Luis Navarro Barbosa



Edvânia Gomes da Silva



Maria Teresa Citeli



Anna Flora Brunelli

Luciana Salazar Salgado

Décio Orlando Soares da Rocha

IEL/UNICAMP
2011

*Para minha família –
André, Mag, Marcelo e Cristina –
meu porto seguro.*

Agradecimentos

Ao André Emilio Toscano, pela presença sempre amorosa, pelo cuidado, pela parceria na vida;

A minha mãe, Maria Magnólia Franco Fossey, pelo apoio, incentivo e também por desde muito cedo ter me ensinado o valor do saber e o valor das palavras;

Ao meu pai, Marcelo Andrés Fossey, pela confiança e pelo amparo incondicional;

À Cristina Carneiro Rodrigues, pelo exemplo de seriedade e pela imensa generosidade;

À Marize Dall’Aglío Hattner, pela amizade e por estar sempre perto em momentos importantes da minha vida;

À Cândida Mara Britto, pela amizade, pelas sábias palavras de sempre, repletas de bom senso;

À Simone Floripi, Fabiana Miqueletti, Ana Raquel Motta de Souza, Gisele Franchi, Jauranice Rodrigues, Carla da Silva Lima, Daniel Silva, Elias Ribeiro da Silva e Aroldo Andrade, pelo convívio nestes anos de IEL. Tê-los por perto foi muito enriquecedor;

À Cláudia Helena Pereira, pela energia “calma e assertiva”, pela sabedoria e por cuidar “das estruturas do corpo”;

Aos professores da banca, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, Edvania Gomes da Silva, Maria Teresa Citeli, Pedro Luis Navarro Barbosa, Décio Orlando Soares da Rocha, Anna Flora Brunelli e Luciana Salazar Salgado pela leitura do meu trabalho; aos que estiveram presentes na defesa – Maria Cecília, Edvania, Pedro e Teresa – muito obrigada pelas contribuições feitas nesta fase final e tão importante do trabalho; aos professores Edvania e Décio, agradeço especialmente pelos encaminhamentos valiosos feitos na qualificação da tese; e à Anna Flora, Edvania e Luciana, agradeço, também, pela amizade e por trilharmos juntas os caminhos acadêmicos;

À professora Maria Irma Hadler Coudry, pela orientação do trabalho de qualificação geral, mas, acima de tudo, por me ensinar tanto simplesmente fazendo;

Às professoras Sonia Sellin e Ruth Lopes, pela leitura cuidadosa do texto de qualificação geral;

À Gigi, pelo privilégio de aprender ensinando;

Aos colegas do FEsTA, pela oportunidade de estudarmos juntos;

Aos professores Julia Zullo e Roberto Bein, pela acolhida no estágio realizado na Universidad de Buenos Aires, e à professora Mónica Zoppi-Fontana, pela oportunidade do estágio;

Ao professor Secundino Soares Filho, por disponibilizar, sempre de forma generosa, a infra-estrutura do laboratório COSE/FEEC/Unicamp, e aos amigos que lá trabalham (Mônica Zambelli, Maiana Lopes, Elma Pereira, Makoto Kadowaki, Leonardo Martins, Marcos Leone Filho, Cássio Fujisawa, Celso Trombetta e João Borsoi), pela convivência;

Aos funcionários do IEL/Unicamp, parte essencial da engrenagem que faz o instituto funcionar, mas especialmente ao Cláudio Platero, à Rosemeire Marcelino e ao Miguel dos Santos pela gentileza, agilidade e competência de sempre;

Aos amigos da Porta do Sol, por terem tornado meu percurso mais alegre;

À Fapesp, pela bolsa concedida;

E agradeço, muito especialmente, ao professor Sírio Possenti, pela sua confiança, que se mostrou, acima de tudo, na liberdade que me concedeu sempre; sua compreensão, sua disponibilidade e sua generosidade são coisas raras de ver. Foi, mesmo, um privilégio tê-lo como orientador.

*...cumpre falar do sexo como uma coisa que não se deve simplesmente
condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem
de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo...*
(M. Foucault, História da Sexualidade: a vontade de saber)

Deus fez o sexo seguro e o chamou de casamento.
(adesivo em vidro de carro)

*Mas o homem é essa coisa paradoxal, a única espécie que fala e a única que não se entende. Se
rosnássemos, nos entenderíamos melhor.*
(L.F. Verissimo, Na barreira da língua, o Brasil é insuperável)

RESUMO

O tema da educação sexual veio adquirindo cada vez mais importância em nossa sociedade nas últimas três ou quatro décadas. Em especial, três fatores relacionados às práticas sexuais dos indivíduos têm papel relevante neste cenário: a disseminação da idéia de planejamento familiar como uma forma de melhorar a qualidade de vida das populações do mundo; a preocupação com o “início precoce da vida sexual” e o aumento do número de adolescentes grávidas; e a explosão, em meados da década de 80 do século passado, de casos de Aids, especialmente em pessoas que não faziam parte daquele grupo que era reconhecido, até então, como “grupo de risco” e historicamente associado às doenças sexualmente transmissíveis (homossexuais, prostitutas, usuários de drogas injetáveis). Diante deste conjunto de fatores, uma vasta produção textual foi posta a circular por diferentes atores sociais, com o objetivo de instruir os sujeitos a respeito de como deve ser uma “conduta sexual sadia”. Em geral, esses textos buscam divulgar noções como as de sexo seguro e gravidez planejada. Paralelamente, a Igreja Católica vem elaborando, também, documentos que tratam da sexualidade humana, porém de outra perspectiva. Ideias como as de sexo seguro ou de contracepção são duramente criticadas pela Igreja, que propõe outras condutas para que as pessoas vivam sua sexualidade de maneira adequada: abstinência sexual e fidelidade no casamento. Para esta pesquisa – desenvolvida no interior do quadro teórico da Análise do Discurso Francesa, considerando, em especial, as propostas teóricas e metodológicas de Dominique Maingueneau – parto de duas suposições iniciais: i) a de que existe, em nossa sociedade, um espaço em que é produzida e posta a circular uma grande quantidade de textos cujo objetivo é instruir os sujeitos a respeito de uma conduta sexual sadia; e ii) a de que neste espaço, há, pelo menos, dois posicionamentos – um laico e um católico – em confronto para decidir quem está mais apto a mostrar aos indivíduos as verdades sobre o sexo. Assim, por meio do estudo destes dois posicionamentos – cujo relacionamento se dá, em boa medida, de modo polêmico – esta tese busca verificar como nossa sociedade tem tratado do tema da educação sexual de seus cidadãos.

Palavras-chave: Educação sexual; Igreja Católica; Estado; Polêmica; Semântica Global.

ABSTRACT

The sex education theme has been acquiring more and more visibility in our society in the last three or four decades. Especially, three factors related to individual's sexual practices have a considerable role in this scenario: the dissemination of the idea of family planning as a manner of improving life quality around the world; the concern with the "early beginning of sexual life" and the increase in adolescent fertility; and the rise in Aids cases in the 80's, especially among people that were not part of that group recognized, until then, as "risk group" and historically associated with sexually transmitted diseases (homosexuals, prostitutes, injecting drug users). Given this set of factors, a vast textual production was placed to circulate by different social actors, in order to educate individuals about how a "healthy sexual behavior" is supposed to be. In general, these texts promote notions as safe sex and pregnancy planning. In parallel, the Catholic Church has been elaborating, as well, documents that address human sexuality issues, but from another perspective. Ideas such as safe sex or contraception are harshly criticized by the Church, which proposes other procedures for people live their sexuality in an appropriate manner: sexual abstinence and fidelity within marriage. For this research – developed within the theoretical framework of French Discourse Analysis, considering in particular the theory and methodology proposed by Dominique Maingueneau – two initial assumptions are the starting point: i) that exists in our society a space in which is produced and placed to circulate a large amount of texts whose purpose is to educate individuals about healthy sexual conduct; and ii) that in this space, there are at least two positions – one secular and other catholic – in confrontation to decide who is more able to show people the truth about sex. Therefore, through the study of these two positions – whose relationship is largely polemical – this thesis aims at examining how our society has been addressing the issue of sexual education of their citizens.

Key words: Sex education; Catholic Church; State; Polemics; Global semantics.

Introdução.....	1
CAPÍTULO 1 - O corpus.....	7
1.1 Delimitando fronteiras.....	7
1.2 Apresentação dos textos e dos critérios de seleção.....	10
CAPÍTULO 2 - As condições de produção.....	17
2.1 Educação Sexual, um dever do Estado.....	18
2.1.1 Políticas públicas no Brasil.....	21
2.2 Educação Sexual, direito e dever da família.....	23
2.3 Dois discursos, uma multiplicidade de acontecimentos.....	28
2.4 Biopoder, poder disciplinador.....	32
CAPÍTULO 3 - Um espaço limítrofe.....	43
3.1 Um espaço... mas em que campo?.....	46
CAPÍTULO 4 - A polêmica e a semântica global	53
4.1 A intertextualidade.....	61
4.1.1 Lei, verdade e direitos humanos.....	62
4.1.1.1 Os discursos constituintes: garantes da democracia.....	69
4.1.2 Lei, verdade e a vontade de Deus.....	77
4.1.2.1 Os Discursos constituintes: a Revelação Divina.....	88
CAPÍTULO 5 - É falando que a gente não se entende.....	95
5.1 Uma educação sexual justa e plural.....	97
5.2 Uma verdadeira educação sexual.....	108
5.2.1 As negações.....	115
5.3 Mas negar é preciso.....	131
CAPÍTULO 6 - A cena enunciativa.....	153
6.1 Uma pluralidade de cenas.....	156
6.2 Um dizer puro.....	166
Comentários finais.....	173
Referências bibliográficas.....	179

Introdução

As práticas sexuais dos indivíduos se tornaram foco de políticas públicas no Brasil e no mundo há pelo menos 50 anos. Inicialmente relacionadas a aspectos da reprodução humana e, conseqüentemente, profundamente associadas ao movimento feminista, a partir da década de 1980, o advento da epidemia da Aids impôs novos caminhos a essas políticas.

Respondendo a demandas sociais – refletidas em diretrizes formuladas pela Organização das Nações Unidas (ONU) – as políticas de fomento à educação sexual têm sido cada vez mais incentivadas pelo Estado brasileiro que, alinhado com o movimento de muitos países do ocidente, adere à idéia de que educar os cidadãos é uma passagem obrigatória para a construção de uma sociedade menos preconceituosa, mais democrática e mais saudável.

Por educação sexual entende-se a ampla disseminação de conceitos como os de *sexo seguro e métodos anticoncepcionais*, especificamente, e o de *saúde e direitos sexuais e reprodutivos*, de forma mais ampla (retornarei a este conceito no *Capítulo 2*). O objetivo de tal proposta de educação sexual é possibilitar que parcelas cada vez mais amplas da população mundial tenham acesso a informações que garantam o exercício da sexualidade de *modo seguro* (tanto para o próprio indivíduo quanto para a sociedade em que vive), o que implica que os sujeitos possam fazer escolhas com base em um saber formalmente adquirido. É neste sentido que a educação sexual – seja na forma de campanhas veiculadas para o grande público, seja mediada por profissionais da saúde, seja nas escolas de ensino fundamental e médio – tem sido amplamente incentivada e introduzida em grande parte dos países, particularmente nos ocidentais.

Paralelamente, a Igreja é também responsável pela circulação de documentos que buscam definir práticas sexuais apropriadas para a vida contemporânea, porém de outra perspectiva. Segundo a doutrina católica, o sexo está primordialmente associado à procriação – isto é, à geração de filhos – o que está, por conseguinte, associado ao conceito de família composta por um homem e uma mulher unidos pelos laços do matrimônio. Nessas condições, e apenas nessas, o sexo pode ser praticado. Assim, ideias como as de *sexo seguro e contracepção*, e a disseminação de tais ideias por meio de uma *educação sexual* divulgada nas *escolas* são duramente criticadas pela Igreja, que propõe outras

condutas para que as pessoas *vivam sua sexualidade de maneira adequada*.

É importante insistir no fato de que a sexualidade humana é um tema católico por excelência, o que se evidencia, por exemplo, pela obrigatoriedade do celibato e da castidade para padres e freiras católicos e para todos os que não se encontram casados. Sem mencionar o valor simbólico da Virgem Maria. A Igreja vem definindo padrões de comportamento sexual – valorizando certas práticas e condenando outras – desde muito antes da disseminação das pílulas anticoncepcionais e do incentivo ao uso irrestrito dos preservativos. No entanto, se a moralidade sexual católica está nos fundamentos da Igreja, será somente a partir da Revolução Industrial que uma política específica para a família começa a ser explicitamente definida. Segundo Pierucci (1978: 18), “a ideologia católica sobre casamento e família [...] insere-se a partir de Leão XIII no contexto mais amplo da ‘doutrina social da Igreja’”. Deste modo, é a partir do final do século XIX que a Igreja começará a alertar para as ameaças que rondam a moral e a família tipicamente católicas, ora por meio de novos padrões sociais, ora por meio de políticas contraceptivas, ora por meio da disseminação da ideia de sexo seguro. Neste sentido, nos textos católicos, tão importante quanto a instrução de seus fiéis a respeito de como deve ser a “sexualidade cristã”, está o combate aberto e, frequentemente, violento, ao modo como a sexualidade humana é entendida pelo Estado.

Assim, o que cada um desses posicionamentos – que chamarei de *laico* e de *católico* – entende por “educação sexual” difere radicalmente. De fato, todas as noções fortemente relacionadas à sexualidade humana se tornam distintas na medida em que muda o posicionamento dos enunciadores, como é o caso não só do que se entende por família e educação sexual, como no que se refere à função atribuída a cada um deles. E, junto com a mudança de propósitos e postura diante das questões do sexo, é possível observar uma mudança radical nas *práticas discursivas* que caracterizam cada um dos posicionamentos em questão. Mudam os modos de circulação dos textos, os enunciadores autorizados, os co-enunciadores, os meios de difusão das ideias e práticas defendidas, assim como o tom com que as defendem e as difundem.

Tendo em vista tais considerações, esta pesquisa teve como objetivo central estudar o funcionamento deste espaço discursivo que parece tão característico das sociedades ocidentais contemporâneas. Ou seja, por meio do estudo destes dois posicionamentos,

busquei verificar, com base em preceitos teóricos da Análise do Discurso Francesa (doravante, AD) como nossa sociedade tem lidado com o tema da educação sexual de seus cidadãos.

Para tanto, assumo *o primado do interdiscurso sobre o discurso* (Maingueneau, 1984), do que resulta que a unidade de análise é menos o discurso católico ou o governamental enquanto unidades autônomas (quando buscam, cada um ao seu modo, definir o que é a sexualidade humana e o melhor modo de exercê-la), por exemplo, mas, preponderantemente, o espaço de troca entre esses discursos e outros com os quais se relacionam, de maneira mais ou menos explícita. Levando em conta o cenário histórico brevemente exposto até o momento, defendo a hipótese de que os discursos postos a circular pelo Estado, de um lado, e pela Igreja, de outro, configuram-se como dois posicionamentos inseridos em um mesmo espaço discursivo, cujo relacionamento se dá, em boa medida, de modo polêmico. Segundo Maingueneau (*ibid.*), entre dois posicionamentos discursivos em disputa pela legitimidade enunciativa de um espaço discursivo existe um modo de funcionamento essencialmente polêmico. Esse relacionamento se dá, segundo o autor, com base em uma *interincompreensão generalizada*, que seria a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Assim, falar como se deve falar (isto é, de acordo com as regras de um posicionamento discursivo) e “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro são duas operações indissociáveis. Como afirma Maingueneau (*ibid.*, p.103), “isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco”. Assim sendo, busquei definir que espaço é esse de onde emergem e no qual circulam discursos tão diversos a respeito da sexualidade humana.

Seguindo ainda Maingueneau (*ibid.*, p.15), entendo por discurso “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Observam-se, nessas regularidades, restrições de ordem geográficas, lingüísticas, temporais e históricas que condicionam o acontecimento discursivo, especificam o dizível em um dado espaço e definem, em um mesmo movimento, uma identidade.

Deste ponto de vista, os discursos se apresentam simultaneamente como “integralmente históricos” e “integralmente lingüísticos”. Isto é, “as unidades do discurso

constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam” (*ibid.*, p.16). Isso significa que as análises aqui realizadas levaram em conta tanto as condições históricas que tornam possível falar, desde meados da década de 60 do século passado, de um modo específico sobre educação sexual – e os debates e injunções que derivam deste falar – quanto a textualidade que materializa tais discursos. Busquei, enfim, descrever a articulação de um funcionamento textual e discursivo e sua inscrição histórica.

Tendo como objetivo tentar compreender como Igreja e Estado polemizam em torno da temática “educação sexual”, foram selecionados textos produzidos pelo Estado e pela Igreja no Brasil a partir da década de 1990 até os dias atuais. A definição desse recorte temporal é justificado no *Capítulo 1*, quando apresento o corpus de pesquisa, e no *Capítulo 2*, em que discuto as *condições de produção* destes discursos.

No *Capítulo 3*, o foco das discussões é, ainda, questões essencialmente metodológicas: se a definição dos dois posicionamentos mostrou-se como quase evidente, no momento de decidir em que *campo discursivo* tais posicionamentos se situam, foi necessário definir quais seriam os parâmetros relevantes para esta proposta de pesquisa. São, exatamente, estes parâmetros que são apresentados e discutidos neste terceiro capítulo.

No quarto capítulo, apresento os conceitos de *semântica global e polêmica*, tais como propostos por Maingueneau (1984), que nortearam todas as análises e são, portanto, centrais para esta pesquisa. Assim, mobilizando estes conceitos, apresento e analiso a intertextualidade característica dos discursos laico e católico, aspecto que se mostrou fundamental para a descrição da semântica de base dos discursos em questão.

No *Capítulo 5*, abordo a relação polêmica propriamente dita. Neste capítulo, analiso como a *interincompreensão generalizada* que rege a relação entre os discursos laico e católico se materializa linguisticamente nos textos analisados. Especial atenção é dada às negações linguísticas e, para as análises, recorro teoria polifônica de Ducrot (1987, 1988, 1989). É neste capítulo, também, que as grades semânticas para cada um dos discursos são propostas.

Por fim, no sexto e último capítulo desta tese, analiso a cena enunciativa característica dos discursos laico e católico, mobilizando os conceitos de *cena da*

enunciação (cena englobante, cena genérica e cenografia), *ethos* e *aforização*. O objetivo foi mostrar como a materialidade textual é, de fato, mais uma instância discursiva e que obedece à mesma grade semântica que rege todas as outras instâncias analisadas nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1

O corpus

Antes de apresentar os textos que compõem o corpus de referência desta pesquisa, acredito ser pertinente relatar como se deu seu processo de delimitação e como a noção de fórmula mostrou-se útil para a identificação dos dois posicionamentos discursivos em questão.

A noção de fórmula, tal como proposta por Krieg-Planque (2007), pode ser um elemento que permite o analista identificar um determinado discurso. Como propõe Maingueneau (2009), as fórmulas podem ser verdadeiras “portas de entrada”, vias que conduzem a conjuntos de textos que são associados a certos discursos, muitas vezes conflitantes. Veremos adiante que, nesta caminhada rumo à delimitação de um corpus de pesquisa, foram certas formulações, que circulam em um espaço específico dos discursos sobre o sexo, que me levaram à identificação de dois posicionamentos discursivos.

1.1. Delimitando fronteiras

Inicialmente, decidi que meu tema de pesquisa seriam os discursos sobre o sexo que circulam atualmente na nossa sociedade. No entanto, a sexualidade humana é uma temática transversal e heterogênea, pois envolve práticas diversas e mobiliza saberes igualmente variados. É possível falar sobre sexo de uma perspectiva da indústria pornográfica, das leis, da saúde (física e mental), da estética, da moral... Desta forma, a definição de tal tema não tinha uma utilidade verdadeiramente metodológica.

No entanto, nesta imensa massa de discursos que falam sobre sexo, chamou atenção a frequência com que me deparava com certas formulações: *sexo seguro, conduta sexual responsável/sadia, saúde sexual e reprodutiva, direitos sexuais e reprodutivos, crescimento/controle da gravidez indesejada*.

Fui me dando conta, assim, que deste emaranhado que envolve o tema da sexualidade e do sexo, emergia um objeto um pouco mais tangível, menos opaco, com fronteiras mais definidas. Estes sintagmas nominais foram conduzindo meu olhar para um lugar discursivo em que o sexo está diretamente associado a temas que o inserem na lista de

problemas públicos de saúde, gestão, economia. Desta perspectiva, as práticas sexuais dos indivíduos são pensadas em sua relação direta com doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), reprodução controlada, natalidade, gravidez precoce, aborto, família.

Nesta esfera das questões de Estado, o sexo tem sido descrito como um direito fundamental do homem. Isso significa que a sexualidade deve ser tratada no âmbito dos direitos fundamentais, sendo dever do Estado oferecer condições de *exercício pleno da sexualidade* a todos os indivíduos. Para tanto, entende-se que é preciso garantir uma sociedade mais justa, menos preconceituosa e cujos indivíduos possam ter acesso à saúde sexual e a escolhas reprodutivas baseadas em um conhecimento formalmente adquirido.

Um novo “afunilamento” ocorre: neste espaço discursivo, as questões todas parecem girar em torno da *educação sexual* que é preciso oferecer às pessoas, para que possam saber como viver plena e responsabilmente a sexualidade, da divulgação da prática do *sexo seguro*, para que não mais adoeçam e de métodos anticoncepcionais, para que possam decidir quando e quantos filhos querem ter. Tendo em mente este critério, selecionei um conjunto de textos, de diversos gêneros (apostilas, manuais, campanhas publicitárias), voltados para professores, profissionais da saúde e para o público em geral (jovens e adultos), produzidos pelo governo federal brasileiro desde o final da década de 1990, com o objetivo de instruir os indivíduos a respeito de práticas sexuais seguras para si e para os outros membros da coletividade.

Este recorte temporal se justifica na medida em que o reconhecimento da relação indissociável entre práticas sexuais dos indivíduos e desenvolvimento social se deu em escala mundial em 1994, por meio da definição, pela ONU, dos *Direitos Sexuais e Reprodutivos*. Assim, a definição do corpus laico tem como referência este *acontecimento*¹, cujos reflexos definiram os rumos das políticas públicas nacionais (não apenas, certamente) de educação sexual.

No entanto, um novo conjunto de formulações, que, embora muito similar ao que me conduziu a este lugar com fronteiras mais definidas, tinha especificidades relevantes, levou-me à constatação de que esta “postura laica” frente às práticas sexuais dos indivíduos não estava sozinha neste espaço discursivo. Olhando especificamente para uma determinada região do discurso de educação sexual, deparei-me com uma grande massa

¹ Voltarei a esta noção no *Capítulo 2*.

uniforme de textos que faz ecoar diretrizes elaboradas por instituições de representação mundial, como ONU e OMS, entre outras. Porém, ampliando os horizontes de observação, vi emergir na rede discursiva pontos de condensação semântica que revelam que, na realidade, a educação sexual não circula de forma homogênea no espaço público. *Educação para o verdadeiro significado da sexualidade, educação para o amor e a reta vivência da própria sexualidade, sábia pedagogia familiar, formação para o verdadeiro amor, informação sexual cuidadosamente limitada, formas perniciosas de educação sexual, roleta russa do sexo seguro, autêntica sexualidade humana* são termos que evidenciam, na superfície discursiva, uma relação conflitante entre dois discursos a respeito das práticas sexuais dos indivíduos.

Diante deste cenário, pude propor, finalmente, a delimitação de um espaço discursivo em que há, pelo menos, dois posicionamentos em confronto – que chamei de *laico* e de *católico*. Cada um deles se considera o mais apto a orientar as pessoas sobre *práticas sexuais seguras e adequadas*.

Foi, em boa medida, graças à circulação das sequências verbais “sexo seguro” e “educação sexual” – e de outros termos que estão diretamente associados a elas, como *sexualidade humana* e *direitos sexuais e reprodutivos* – que pude determinar um contorno específico dentre as tantas formas de falar sobre sexo em nossa sociedade. E quando, posteriormente a esta definição, tive contato com a obra de Krieg-Planque, *A noção de "fórmula" em análise do discurso - quadro teórico e metodológico* (2007), pude entender a importância deste processo e perceber como estes termos, sequências verbais, frases curtas e tantas outras formas cristalizadas da língua são, de fato, um material que diz muito a respeito do funcionamento dos discursos que circulam no espaço público.

As fórmulas, segundo esta autora, materializam questões políticas e sociais. Um termo será uma fórmula tal como caracterizada por Krieg-Planque na medida em que “significa alguma coisa para todos, ao mesmo tempo que se torna objeto de polêmicas” (*ibid.*, p.53)². A retomada, sistemática, dos termos “educação sexual” e “sexo seguro” nos

² Na verdade, a autora desenvolve uma discussão longa e criteriosa a respeito das condições que termos cristalizados da língua devem atender para serem definidos como “fórmulas”. A obra referida se dedica exatamente a expor todo um aparato teórico e metodológico que possibilitou uma definição bastante específica de fórmula. Para a autora, um dado sintagma atingirá um “status formulaico” se atender a quatro critérios: caracterizar-se por uma cristalização linguística; inscrever-se numa dimensão discursiva; funcionar como um referente social; comportar um aspecto polêmico. Assim sendo, para afirmar que o termo “sexo

textos católicos – porém reformulados, sempre acompanhados de advérbios e adjetivos que especificam que ali não se fala de qualquer “educação sexual” ou “sexo seguro” – mostra a condição polêmica destas formulações e confirma a existência de dois posicionamentos que se caracterizam por dizer coisas bem diferentes em relação às práticas sexuais humanas. A proposta católica é de uma *formação para a castidade/virgindade*, que só pode ser conseguida através de *uma educação sexual harmônica e válida*; e será essa educação que possibilitará uma *autêntica saúde reprodutiva e práticas sexuais verdadeiramente seguras*, uma *prevenção verdadeira e efetiva*, um *comportamento sexual verdadeiramente responsável*. Estes termos implicam um Outro que é negado: a proposta laica, que, em última instância, não é *verdadeira*.

Assim, a definição de que o objeto de análise seria a relação polêmica entre dois discursos a respeito do que seja uma educação sexual adequada se deve, essencialmente, ao fato de as fórmulas terem me conduzido a este lugar específico do interdiscurso. Como disse inicialmente, o ponto de partida foi “discursos sobre o sexo”, mas, na procura por um corpus que fosse suficientemente relevante, deparei-me com dois discursos que, ainda que antagônicos – ou melhor, exatamente por isso – mostram-se indissociáveis.

1.2 Apresentação dos textos e dos critérios de seleção

Feita a delimitação de “quais” “discursos sobre o sexo” que circulam em nossa sociedade interessariam a esta pesquisa, o corpus de referência foi sendo organizado segundo três critérios: (i) que fossem textos produzidos pelo Estado e pela Igreja Católica (ii) a partir da década de 1990 e (iii) que se destinassem a divulgar a necessidade de os indivíduos adotarem uma conduta sexual sadia, legítima, adequada, segura para si e para os demais³.

seguro” (ou qualquer um dos termos mencionados) é, de fato, uma fórmula, tal como Krieg-Planque a define, seria necessária uma análise mais profunda de sua circulação no espaço público, para além dos dois posicionamentos de que me ocupo nesta tese. No entanto, é inegável que esses termos podem ser caracterizados como pontos de condensação semântica que sinalizam discursividades antagônicas a respeito da sexualidade humana. Assim, remeter a obra desta autora se mostrou pertinente na medida em que foram definitivamente estes termos que permitiram identificar um debate entre dois posicionamentos discursivos específicos.

³ O debate em torno do aborto foi intencionalmente desconsiderado, pela sua enorme complexidade e por ser, ele mesmo, um tema a parte. A polêmica em torno da sua prática mobiliza variáveis distintas daquelas mobilizadas no debate em torno do que seja uma educação sexual adequada. Outros discursos são colocados

Acredito serem necessárias, neste momento, algumas justificativas. Se, conforme vimos na *Introdução* deste trabalho, a questão das práticas sexuais dos indivíduos está na “ordem do dia” desde sempre, no discurso da Igreja, e desde pelo menos meados do século passado, no discurso laico, porque considerar apenas as produções dos últimos 15 anos?

Dado que o objetivo da pesquisa é analisar não dois discursos isoladamente, mas como se relacionam de uma maneira essencialmente polêmica, optei por observar como políticas públicas em saúde sexual e reprodutiva definidas a partir da perspectiva dos direitos humanos repercutiram nas produções textuais da Igreja. Como veremos no *Capítulo 2*, o conceito de saúde e direitos sexuais e reprodutivos começa a ser esboçado ainda na década de 1970, mas é somente em 1994 que a sexualidade entra, oficialmente, no escopo dos direitos humanos.

Tendo em vista tal delineamento – e privilegiando a internet como fonte de pesquisa e coleta dos materiais que seriam analisados – defini os textos das *Tabelas 1, 2 e 3* abaixo para compor o corpus de pesquisa. Para tanto, recorri aos sites do Vaticano e da CNBB (para os textos representativos do posicionamento católico) e dos Ministérios da Saúde e da Educação (para os textos representativos do posicionamento laico)⁴. Nas tabelas são também informadas siglas que servirão para identificar a quais textos os excertos citados ao

em cena e outras questões são discutidas (início da vida, direito da mãe ou do feto, entre outros) – embora, sem dúvida, trate-se de um discurso situado em uma região limítrofe dos discursos que analiso neste trabalho. Desta maneira, a rigor, o tema poderia se constituir como um critério exclusivo de construção de um corpus. Um exemplo de que se trata de um *outro* tema é o fato de que apesar de as políticas sexuais postas em práticas no território nacional estarem em conformidade com diretrizes de organizações internacionais (como já mencionado), em relação ao aborto há um certo distanciamento. Em geral, estas organizações defendem a legalização, o que se justificaria pelas complicações causadas pelo aborto praticado em condições precárias. No entanto, ainda que o Estado brasileiro tenha mostrado, nos últimos anos, interesse pela ampliação das possibilidades de aborto legal (como em casos de anencefalia), até agora nada mudou e, no Brasil, o aborto é ainda considerado uma prática ilegal em quase todas as circunstâncias, com exceção dos casos em que há risco de vida para a gestante e em que a gestação é decorrente de violência sexual. Assim, é interessante notar que, apesar de a Igreja acusar o Estado de difundir práticas anti-católicas, quando o tema é o aborto, Estado e Igreja mostram-se muito mais próximos. Por todas essas razões, a polêmica em torno do aborto não foi considerada nas análises.

⁴ A opção por nomear este posicionamento de *laico* – e não de governamental (opção que poderia parecer mais adequada, dado que todos os textos selecionados para compor o corpus foram produzidos pelo Estado brasileiro) – justifica-se pelo fato de que a educação sexual defendida por seus enunciadores não é uma criação do governo brasileiro. Isto é, este modo de encarar a sexualidade humana não é uma proposta brasileira, mas uma tomada de decisão que está em consonância com propostas “universais” de educação sexual e que obedece, em boa medida, à dinâmica do *biopoder*, conforme veremos no *Seção 2.4*. Como será discutido nos *Capítulos 2 e 3*, trata-se de uma abordagem que considera o exercício da sexualidade um direito inalienável de todo ser humano e que vem sendo discutida por organismos de representação mundial, como ONU e OMS. Portanto, ainda que a laicidade do Estado brasileiro seja, eventualmente, contestada (o que ocorre, por exemplo, quando o tema em pauta é o aborto), a proposta de educação sexual por ele assumida e divulgada constrói-se como uma proposta, acima de tudo, laica.

longo da tese pertencem.

Nome do texto	Fonte	Ano de publicação	Público-alvo	Sigla para citação
<i>Parâmetros Curriculares Nacionais</i> . Volume 10: “Orientação Sexual-1ª a 4ª séries” + Introdução Geral aos Temas Transversais ⁵	MEC	1997	Profissionais da educação	PL_01
<i>Parâmetros Curriculares Nacionais</i> . Volume 10: “Orientação Sexual-5ª a 8ª séries”	MEC	1997	Profissionais da educação	PL_02
<i>Caderneta de Saúde da Adolescente</i>	MS	2008	Meninas entre 10 e 19 anos	PL_03
<i>Caderneta de Saúde do Adolescente</i>	MS	2008	Meninos entre 10 e 19 anos	PL_04
<i>Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens</i>	MS	2006	Profissionais da saúde	PL_05
<i>Agenda da Mulher</i>	MS	2006	Mulheres	PL_06
<i>Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais</i>	MS	2006	Homens, mulheres e adolescentes	PL_07
<i>Chegou a hora de cuidar da saúde: um livreto especial para lésbicas e mulheres bissexuais</i>	MS	2006	Lésbicas e mulheres bissexuais	PL_08
<i>Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo</i>	MS	2005	Profissionais da saúde	PL_09
<i>Anticoncepção de Emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde</i>	MS	2005	Profissionais da saúde	PL_10
<i>Cartilha “Ser Travesti”</i>	MS	s/d	Travestis	PL_11

Tabela 1: lista dos textos representativos do posicionamento laico (manuais técnicos, cartilhas e agendas).

Além desses manuais e cartilhas destinados a um público especializado (da área da saúde e da educação), e dos livretos destinados a mulheres (conforme faixa etária e orientação sexual), homens, jovens e travestis, foram selecionados, também, sete campanhas de prevenção ao contágio pelo HIV promovidas pelo *Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais* do Ministério da Saúde. São campanhas lançadas anualmente no carnaval e no Dia Mundial de Combate à Aids (1º de dezembro), e outras lançadas ao longo do ano. Cada uma dessas campanhas é composta de materiais diversos: vídeos que foram divulgados nos canais abertos de TV, spots divulgados nas rádios, panfletos e cartazes/outdoors.

Assinale-se que para o corpus inicial, foram selecionadas as 26 campanhas

⁵ Os dois volumes considerados dos PCN são muito similares, especialmente em relação à teorização em torno da necessidade de haver orientação nas escolas, do que está sendo entendido por sexualidade na abordagem proposta, etc. No entanto, a opção para manter os dois volumes se deu devido às diferenças específicas das orientações para cada faixa etária compreendida.

disponibilizadas no site do *Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais*. No entanto, dado que nem todas foram utilizadas nas análises efetivamente realizadas, na tabela abaixo aparecem apenas as que são utilizadas em análises ao longo da tese:

Ocasão da Campanha	Slogan	Sigla para citação
Carnaval 2001	Não depende de que lado você está. Use camisinha.	PL_DST_01
Profissionais do sexo 2002	Sem vergonha, garota! Você tem profissão.	PL_DST_02
Carnaval 2004	Pela camisinha não passa nada. Use e confie.	PL_DST_03
Dia Mundial de Luta contra a Aids - 2007	Qual sua atitude na luta contra a Aids?	PL_DST_04
Carnaval 2008	Bom de cama é quem usa camisinha.	PL_DST_05
Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre gays, homens que fazem sexo com homens (HSH) e travestis.	Faça o que quiser, mas faça com camisinha.	PL_DST_06
Campanha de diagnóstico (s/d)	Tire o peso da dúvida: faça o teste do vírus da Aids.	PL_DST_07

Tabela 2: lista dos textos representativos do posicionamento laico (campanhas de prevenção ao contágio pelo HIV).

Na próxima tabela, estão listados os materiais selecionados que compõem o corpus católico, tanto os produzidos pelo Vaticano, quanto os produzidos pela CNBB. Embora tenha sido definido que o objetivo desta pesquisa é observar a polêmica em torno da educação sexual no Brasil, é inegável que a moralidade sexual católica expressa nos discursos oficiais da CNBB é, em boa medida, orientada segundo o que Vaticano define como legítimo. Além disso, dois dos artigos produzidos pelo Vaticano selecionados para compor o corpus são referências importantes, no interior do posicionamento católico, no que concerne à educação sexual nas escolas (PL_20) e ao uso de preservativos (PL_19).

Em relação ao corpus católico, parecem-me necessários alguns esclarecimentos mais. Conforme veremos no próximo capítulo, as mudanças nos padrões sociais paralelas à Revolução Industrial contribuíram para que o alto clero católico se pronunciasse a respeito de uma “moralidade sexual” para a família já no século XIX. A partir de então, a Igreja não cessou de publicar documentos oficiais que, ao longo dos anos, reafirmaram o valor da família e a santidade do matrimônio – e condenaram práticas que, pouco a pouco, iam sendo incorporadas pelas sociedades modernas.

No entanto, o conceito de saúde e direitos sexuais e reprodutivos mudou, de maneira

profunda, o modo como os governos do mundo passaram a lidar com a sexualidade dos indivíduos. Dado que o objetivo desta pesquisa é verificar como a Igreja reagiu a este novo panorama mundial, foram selecionados apenas textos posteriores à década de 1990, ainda que o Vaticano venha se pronunciando desde muito antes a respeito de uma conduta sexual moralmente válida. Na tabela abaixo, são apresentados os textos que compõem o corpus católico:

Nome do texto (ano de publicação)	Fonte	Autor	Sigla para citação
<i>A nova Carta encíclica de Bento XVI: A Caridade na Verdade (2009)</i>	CNBB	Dom Orani João Tempesta	PC_01
<i>A quem cabe a educação sexual? (2009)</i>	CNBB	Dom Aloísio Roque Oppermann	PC_02
<i>A verdade de cada um (2009)</i>	CNBB	Dom Redovino Rizzardo	PC_03
<i>Vocação Matrimonial (2009)</i>	CNBB	Dom José Alberto Moura	PC_04
<i>Ajustando os desejos (2009)</i>	CNBB	Dom Aloísio Roque Oppermann	PC_05
<i>Albertina Berckenbrock, um sinal dos tempos (2007)</i>	CNBB	Dom Orlando Brandes	PC_06
<i>Bom terreno (2008)</i>	CNBB	Dom José Alberto Moura	PC_07
<i>O Encontro Mundial das Famílias (2009)</i>	CNBB	Dom Orlando Brandes	PC_08
<i>Namoro e Futuro (2009)</i>	CNBB	Dom Cristiano Jakob Krapf	PC_09
<i>O Namoro Humano (2009)</i>	CNBB	Dom Orlando Brandes	PC_10
<i>Por uma cultura da família (2008)</i>	CNBB	Dom Orlando Brandes	PC_11
<i>Reduzir o custo dos anticoncepcionais basta? (s/d)</i>	CNBB	Dom Rafael Llano Cifuentes	PC_12
<i>Semana Nacional da Vida Panfleto da campanha lançada na 43ª Assembléia Geral da CNBB (2005)</i>	CNBB	-	PC_13
<i>Ainda é válido falar em educação sexual (2006)</i>	CNBB	Dom Aloísio Roque Oppermann	PC_14
<i>Dia Mundial de Combate a AIDS: Nota da CNBB (2008)</i>	CNBB	Dom Geraldo Lyrio Rocha e Dom Dimas Lara Barbosa	PC_15
<i>O dom da sexualidade (2006)</i>	CNBB	Dom Amaury Castanho	PC_16
<i>Programa de Distribuição de Preservativos (2003)</i>	CNBB	Dom Rafael Llano Cifuentes	PC_17
<i>Reflexão em torno da AIDS (s/d)</i>	CNBB	Dom Orlando Brandes	PC_18
<i>Family values versus safe sex (2003)</i>	Vaticano	Alfonso López Trujillo, Pontifício Conselho para a Família	PC_19
<i>Sexualidade humana, verdade e significado: Orientações educativas em família. (1995)</i>	Vaticano	Alfonso López Trujillo, Pontifício Conselho para a Família	PC_20

Tabela 3: lista dos textos representativos do posicionamento católico

Os textos listados nas três tabelas acima são a fonte dos excertos analisados ao longo desta pesquisa, cujo objetivo central é a caracterização discursiva do que significa, oficialmente, educação sexual para a Igreja e para o Estado brasileiro. Por isso o olhar privilegiado para os textos oficiais.

Por fim, um último esclarecimento. Como é possível perceber, aquilo que está sendo considerado, aqui, como *discurso católico* é uma generalização que resulta de um certo recorte, a saber, de que a polêmica seria observada entre o Estado brasileiro e a hierarquia eclesiástica. O que importa para esta pesquisa é o que é definido como práticas sexuais legítimas nas mensagens oficiais das altas cúpulas da Igreja.

Assim, o presente trabalho intencionalmente deixa de fora as manifestações, ainda que oficiais, do “baixo clero”⁶, assim como de movimentos que, por diversos motivos, se afastam da ortodoxia doutrinal católica – mas que, ainda assim, não deixam de ser movimentos católicos. Assim, esta abordagem da educação sexual que chamo aqui de católica é representativa de um certo modo de aliar-se ao catolicismo, o que exclui, necessariamente, as outras tantas maneiras de ser católico.

A título de exemplo, vale mencionar as *Católicas pelo Direito de Decidir*, possivelmente o caso mais extremo de heterogeneidade no interior do movimento católico. Trata-se de uma entidade feminista, que existe, no Brasil, desde 1993⁷ e que, a partir de

⁶ O trabalho de Pierucci (1978) é revelador desta heterogeneidade avassaladora do discurso católico. Em relação às práticas anticoncepcionais dos brasileiros no final da década de 1970, o autor expõe como as orientações oficiais, elaboradas e emitidas pela cúpula católica da época se distanciavam das ações levadas a cabo pelo “baixo clero”, que estavam em contato direto e efetivo com os fiéis. Nas palavras do autor, “uma coisa, portanto, é a ideologia católica enquanto vem expressa nos discursos oficiais produzidos pela Santa Sé e, no caso do Brasil, pela CNBB (ou por sua Comissão Representativa), e outra muito diferente é a ideologia clerical em nível local, enquanto expressão legitimadora do comportamento reprodutivo das diferentes classes e categorias sociais que integram a Igreja nas diversas regiões do país. Divergências (e às vezes conflitos) ocorrem entre o pensamento oficial, formulado pelos órgãos decisórios católicos situados nos centros urbanos de maior penetração do capitalismo e o pensamento dos agentes institucionais de transmissão da ‘mesma’ ideologia, espalhados por todo o território brasileiro, colocados diante de demandas e pressões de ordem variada por parte de uma clientela heterogênea econômica e culturalmente. Não é demais repetir que o ponto de vista oficial da Igreja Católica no Brasil não expressa necessariamente o ponto de vista da totalidade de seu clero e muito menos dos diferentes grupos sociais que compõem o laicato. No Brasil, por razões (também históricas) que aqui não cabe elucidar, a Igreja Católica apresenta acentuada exterioridade do alto clero em relação à massa dos fiéis. O que aumenta ainda mais a possibilidade de que certos posicionamentos e reivindicações, sobretudo quando de ordem política, apresentados pela hierarquia não coincidam com as das massas católicas e, nem mesmo, com as do baixo clero, mais identificado com as demandas imediatas dos fiéis na ‘cura de almas’ cotidiana”. (*ibid.*, p.11)

⁷ O primeiro grupo, *Catholics for Choice*, surgiu nos Estados Unidos, na década de 1980. A partir de 1993, novas organizações parceiras se instalaram em oito países da América Latina - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, México e Paraguai - e na Espanha, todas intituladas *Católicas por el Derecho a*

suas ações, “promove os direitos das mulheres (especialmente os sexuais e os reprodutivos) e luta pela igualdade nas relações de gênero e pela cidadania das mulheres”. Dentre seus objetivos, está o de “aprofundar o debate em relação à interrupção voluntária da gravidez, ampliando a discussão em seus aspectos éticos, médicos e legais, e lutar pela descriminalização e legalização do aborto”⁸.

O que chama a atenção é que, ao lado da luta por respeito, liberdade e autonomia das mulheres, as *Católicas* lutam, também, e talvez com a mesma veemência, para ser uma organização legitimamente católica e por ser uma voz que representa uma parcela significativa dos fiéis, apesar de defender uma prática que mesmo católicos menos ortodoxos criticam duramente: o aborto.

Assim, é importante estar atento para o fato de que a definição de um corpus de pesquisa supõe, necessariamente, um recorte, o que deixa de fora, inevitavelmente, uma série de fenômenos. O recorte feito é, em boa medida, resultado de uma construção teórica que tem por base um certo conhecimento histórico. Trata-se, enfim, de um trabalho longo de pesquisa e interpretação que exige, por definição, que “muita coisa” seja excluída.

Possenti (2004), em um artigo em que apresenta a AD como uma disciplina que se constituiu a partir de rupturas com determinadas tradições epistemológicas anteriores a ela, faz a seguinte observação:

Freqüentemente, no entanto, um campo torna-se tanto mais interessante quanto mais é recortado. Pode parecer que com isso se perdem ‘materiais’, que fenômenos ficam de fora da análise, mas em compensação, essa é a mais produtiva das formas de não dar relevo a um sem números de trivialidades (para cada campo as trivialidades podem ser diferentes) ou de excluir a hipótese de que uma disciplina dê conta de todos os ‘fatos’ – **como se devesse estar sozinha no campo dos saberes** (*ibid.*, p.354, grifos meus)

Um pouco como ocorre com as disciplinas, para uma pesquisa ser possível, é preciso excluir algumas “trivialidades” – que serão, sem dúvida, dados relevantes para outras pesquisas.

Decidir (CDD). No Canadá adotam, como nos EUA, *Catholics for Choice Canada*. Informações disponíveis em <http://www.catholicsforchoice.org>. Acesso em 16 mar. 2011.

⁸ Informações disponíveis no site oficial da entidade: <http://catolicasonline.org.br>. Acesso em 30 set. 2008.

CAPÍTULO 2

As condições de produção

O termo *condições de produção do discurso* designa um conceito essencial no quadro teórico da AD e se distancia das noções de *circunstância* de produção ou *contexto*, as quais, especialmente em quadros teóricos de inspiração pragmática, dizem respeito às coordenadas espaciotemporais, à situação local do quadro comunicativo, aos papéis assumidos pelos participantes da interação verbal, etc. Segundo Possenti (2004: 367),

o conceito de circunstância será substituído pelo de condições de produção - substituição cuja finalidade é exatamente retirar o funcionamento do discurso da cena pragmática para inseri-lo nas instâncias enunciativas institucionais, marcadas por características amplamente históricas. Trata-se exatamente de uma ruptura com o modo de considerar as “circunstâncias do discurso”.

A noção de condições de produção tem por base, assim, a ideia de que os discursos só podem ser abordados integralmente se forem consideradas as condições sociais, institucionais e históricas que possibilitam a emergência de seus enunciados. Em seu texto fundador, AAD-69, Pêcheux já elucida (*ibid.*, 78, 79):

Nosso propósito não é, com efeito, o de estimular uma sociologia das condições de produção do discurso, mas definir os elementos teóricos que permitem pensar os processos discursivos em sua generalidade: enunciaremos a título de proposição geral que os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual do termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de “condições de produção” do discurso. Faremos a hipótese de que, a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo.

Isto supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção...

Será, pois, no contexto histórico descrito a seguir que os materiais que compõem o corpus puderam ser produzidos. Ou seja, as análises que se seguirão são indissociáveis da conjuntura e dos quadros institucionais que tornaram possível a difusão e circulação deste conjunto de textos.

2.1 Educação Sexual, um dever do Estado

Os primórdios daquilo que se transformaria, na década de 1990, na noção de *saúde e direitos sexuais e reprodutivos* – central no discurso laico – começam a surgir na esteira da Revolução Sexual⁹, com a redefinição dos padrões reprodutivos e modelos de família e com o advento das pílulas anticoncepcionais. A emergência dos movimentos feministas e do movimento gay na década de 1970 mobilizou diversos setores da sociedade na luta pela igualdade de direitos e, no caso das mulheres, pela dissociação entre exercício da sexualidade e reprodução. Estes movimentos fizeram com que questões associadas à sexualidade se situassem no interior do escopo dos direitos humanos, o que foi intensificado pelo impacto da epidemia de Aids no mundo a partir de meados da década de 1980.

Mas o ápice da consolidação da sexualidade como um direito foi a *Conferência sobre População e Desenvolvimento*, ocorrida em 1994, no Cairo, evento considerado um marco na literatura acerca desta problemática (cf. Buglione, 2001; Corrêa e Ávila, 2003; Barsted, 2003; Vianna e Lacerda, 2004; Farah, 2004; Citeli, 2005). Seguindo a tendência de documentos mais gerais acerca dos direitos humanos, estabeleceu-se, nesta conferência realizada pela ONU, um consenso entre todas as nações ali representadas, de que *desenvolvimento econômico e social* envolve fomento à educação, acesso à informação e

⁹ Estou usando o termo *Revolução Sexual* sem qualquer embasamento histórico criterioso, mas segundo o uso corrente que identifica tal revolução com movimentos que tiveram início na década de 1960 nos Estados Unidos e na Europa e que defendiam o sexo livre, a autonomia das mulheres, a paz e o amor, etc. Não estou considerando, assim, os movimentos precursores que teriam começado, segundo alguns, já com Sade, quase três séculos antes, e que se intensificaram a partir da Revolução Industrial.

equidade entre os sexos como condições necessárias para que uma nação seja, de fato, social e economicamente desenvolvida. Foi um momento que consolidou, oficialmente, a sexualidade como um fenômeno relativo aos direitos humanos, ao considerar os temas da reprodução e da sexualidade como centrais para a organização de uma sociedade e para o bem-estar de seus indivíduos. Conforme afirmam Villela e Arilha (2003: 136),

Os direitos sexuais e reprodutivos enquadram-se na chamada terceira geração dos direitos humanos, que se refere aos valores de solidariedade, sucedendo os direitos da primeira geração, relativos à liberdade, e aos da segunda, que correspondem à igualdade.

Esses acordos foram ampliados na *IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na cidade de Pequim (Beijing)*, em 1995, outro marco no processo de consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos.

Deste modo, apenas quase 50 anos depois de promulgada a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* é que, oficialmente, as práticas sexuais adquirem o status de *direito fundamental*. A conferência realizada no Cairo consolidou a sexualidade como um tema relativo aos direitos humanos, o que fez dele uma pauta específica a ser tratada, descrita e efetivamente trazida para a esfera das preocupações do Estado. Percebe-se, assim, que o fato de a sexualidade adquirir contornos de algo a ser tratado no âmbito das leis e das políticas públicas faz parte de um processo de construção de mecanismos – leis, convenções, tratados, acordos, organizações – que tentam garantir que direitos *considerados* fundamentais a todo cidadão sejam reconhecidos e efetivamente respeitados.

No entanto, acredito não ser leviano afirmar que as demandas e pressões de diferentes grupos e movimentos por prevenção à Aids, ou em defesa dos direitos dos portadores desta síndrome, alteraram modelos de saúde de todo o mundo e contribuíram para ampliar a intervenção governamental na vida sexual dos indivíduos, além de influírem para a inserção da sexualidade na esfera dos direitos humanos. Como já discutido, esse processo teve suas origens com a revolução sexual, na década de 1960, mas a consolidação, em termos legais, desta nova abordagem da sexualidade se dá apenas na década de 1990. Pode-se dizer que as políticas públicas e as manifestações de parcelas organizadas para controlar os impactos da Aids afetaram significativamente o entendimento da noção de

sexualidade no mundo ocidental.

Assim, ainda que a igualdade de direitos, o reconhecimento da legitimidade das diversas orientações sexuais e a possibilidade de escolha em relação a quantidade de filhos sejam aspectos absolutamente relevantes na pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, os impactos da epidemia de Aids parecem ter dado um caráter de urgência à implementação da noção de “saúde e direitos sexuais”, especialmente. Isto é, para tornar as práticas sexuais dos indivíduos uma questão governamental relevante – mais que isso, um campo da vida social que cumpre ao Estado cuidar – a definição de saúde e direitos sexuais como um direito humano básico foi uma medida de extrema relevância. Em relação às mudanças ocasionadas pela epidemia de Aids nas políticas da saúde nacionais, Viana e Lacerda (*ibid.*, p.107) afirmam:

Pode-se dizer, portanto, que a estrutura legalmente estabelecida para a saúde, a partir da Constituição de 1988, comunga com a perspectiva mais ampla dos direitos humanos, sobretudo no que diz respeito à indivisibilidade entre direitos civis e sociais e à própria amplitude da concepção de saúde. O estabelecimento de leis e políticas de combate à epidemia e de atendimento a portadores do HIV ou pessoas com AIDS, porém, implicou a construção de estratégias capazes de desdobrar essa perspectiva e de dar-lhe concretude. Como alguns autores têm chamado a atenção, a epidemia de HIV/AIDS foi a primeira grande epidemia mundial a ter lugar já na nova fase dos direitos humanos, exigindo a elaboração modelos de intervenção centrados não em medidas restritivas aos direitos individuais, mas na combinação do combate à disseminação do vírus e da proteção às populações mais vulneráveis¹⁰.

O conhecimento a respeito da sexualidade passa ser visto, então, como uma das formas de garantir o exercício de práticas sexuais saudáveis e seguras. Neste cenário, um certo saber a respeito da formação dos indivíduos é recuperado para sustentar a idéia de que a educação pode garantir um mundo mais “saudável” também em termos das práticas sexuais.

¹⁰ Para uma exposição detalhada da trajetória histórica das ações civis públicas para implementação de leis, estratégias de tratamento e de combate à discriminação dos infectados pelo HIV, de prevenção ao contágio, etc. em âmbito nacional e internacional, indico Viana e Lacerda (2004), Capítulo 9.

2.1.1 Políticas públicas no Brasil

No contexto nacional, é também na década de 1970 que se inicia o debate público a respeito de questões relativas ao campo da sexualidade e da reprodução. No entanto, “até 1979, essa notável inovação científica [a pílula anticoncepcional] foi considerada formalmente, pelas leis brasileiras, como uma contravenção penal, calcada em lei elaborada em 1941. Nesse sentido, a separação entre sexualidade e reprodução iniciou-se, no Brasil, sob o manto da ilegalidade” (Barsted, 2003: 79). Ainda assim, é na década de 1970 que programas de que visavam o controle de gravidez começam a ser propostos, como o Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco, em 1977, e o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde, em 1980. Mas será apenas em 1983 que surge, em âmbito governamental, um programa que atendia, em boa medida, as demandas de uma nova visão sobre a saúde da mulher – isto é, uma visão fortemente pautada nos valores feministas. O *Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher* (PAISM) surgiu como uma proposta mais “democrática” e “inovadora”. Ainda segundo Barsted (*ibid.*, p.80), “esse programa introduziu um marco de integralidade na atenção à saúde, não se detendo exclusivamente nas questões da concepção e da contracepção”. O programa existe até hoje e contempla diversas políticas de saúde das mulheres e adolescentes, envolvendo, além dos aspectos sexuais e reprodutivos, também o câncer, a saúde da mulher na terceira idade e da mulher negra, de mulheres em situação de prisão e a saúde mental da mulher. São propostas de ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, que visam suprir as necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres. As ações desenvolvidas especificamente no campo da educação sexual englobam temas como *Planejamento Reprodutivo, Atenção para Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, HIV/Aids na população feminina, Direitos sexuais e reprodutivos e Saúde das Mulheres que fazem sexo com Mulheres*. Suas ações neste campo envolvem distribuição de cartilhas – como a cartilha “Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais” (2006), que é parte do corpus desta tese – e a ampla divulgação de métodos anticoncepcionais (pílulas, injeções, DIU, camisinhas femininas e masculinas, etc.), inclusive os de emergência.

Também na década de 1980 foi instituído o *Programa Nacional de DST e AIDS*, sob

responsabilidade do Ministério da Saúde. Este programa começou a atuar em 1986, com o objetivo de reduzir a incidência do HIV/Aids e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com a doença. O foco de suas políticas tem sido, desde então, o “delineamento de ações que favoreçam a adoção de comportamentos menos arriscados à saúde, a diversificação e a ampliação da oferta de serviços de assistência e de prevenção” (informações disponíveis no site do Ministério da Saúde, www.saude.gov.br). Para tanto, difunde uma ampla gama de materiais educativos. São manuais, apostilas, agendas e campanhas publicitárias, voltados tanto para o público em geral (adolescentes, adultos, pais) quanto para profissionais da saúde e da educação.

No campo da educação nas escolas, vale mencionar a introdução, por determinação do Ministério da Educação, do programa de educação sexual no currículo escolar a partir da elaboração dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, em 1997. *Orientação sexual* é um dos temas transversais propostos¹¹: os temas transversais têm um funcionamento, dentro da grade curricular, diferente do das disciplinas convencionais (Português, Ciências, Matemática...). Estas devem integrar as áreas dos temas transversais. A proposta é que o assunto seja trazido para a sala de aula levando em consideração a compatibilidade temática, dentro do horário das disciplinas “tradicionais”.

Todas essas ações têm por base dois princípios:

- i. O de que a sexualidade é uma necessidade humana básica, que tem reflexos na personalidade de todo indivíduo e que tem papel essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social. Os direitos sexuais são, então, associados aos direitos humanos universais, os quais, por sua vez, estão embasados nas noções de liberdade inerente, dignidade e igualdade de todos os seres humanos;
- ii. O de que é necessário proporcionar a todos os cidadãos acesso a um saber a respeito do sexo por meio de políticas educacionais, tornando-os aptos a assumir sua sexualidade de modo *positivo e responsável*.

Ou seja, a sexualidade, desta perspectiva enunciativa, envolve não apenas direitos,

¹¹ Os outros são: *ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural* – temas abordados nas 8 séries do ensino fundamental – e *trabalho e consumo* – tema abordado nas quatro últimas séries.

devido a sua natureza psico-social, mas também responsabilidades, pelas conseqüências que as práticas sexuais apresentam. Assim, a noção de “sujeito que sabe e é responsável” atravessa todo o conjunto de diretrizes e recomendações que estão buscando formar cidadãos conscientes de sua sexualidade.

Como já afirmado, essas campanhas e documentos indicam diretrizes para educação e saúde no Brasil, mas eles representam e se associam a um movimento que se dá em uma escala mais ampla que a nacional. As citações presentes ao longo dos textos, a bibliografia, os termos usados e o incentivo a certos tipos de atitude (uso de anticoncepcionais e camisinha, por exemplo) deixam claro o vínculo institucional profundo das políticas públicas nacionais no campo da sexualidade com as diretrizes definidas por organizações mundiais como UNESCO, OMS, ONU, UNIFEM. De fato, a proposta de educação sexual difundida pelo governo brasileiro nas últimas décadas está inserida em um movimento cuja escala é mundial – ao menos, no que diz respeito ao mundo ocidental.

No entanto, ainda que tais agências multilaterais sejam detentoras de forte credibilidade em uma sociedade como a nossa, essas propostas encontram forte oposição da Igreja Católica, que, atualmente, parece reger o coro dos que vêm em uma campanha pelo uso de preservativo feita nas escolas, por exemplo, um incentivo à promiscuidade precoce.

2.2 Educação Sexual, direito e dever da família

Para que documentos como os PCN atribuam a responsabilidade (ainda que não exclusiva) pela orientação sexual dos indivíduos ao Estado, são associados à sexualidade o bem-estar individual, o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras coisas, que são problemas que incidem, diretamente, na sociedade como um todo. A inserção do debate em torno da saúde reprodutiva e sexual no campo dos direitos humanos contribuiu para o entendimento generalizado de que as ações educativas que visem à gestão dos problemas oriundos das práticas sexuais dos indivíduos são atribuições das esferas governamentais.

No entanto, a sexualidade humana, para a Igreja Católica, tem outras conotações e está profundamente associada à união conjugal entre um homem e uma mulher. Não se

pode – diz a Igreja – separar arbitrariamente as “duas dimensões do ato conjugal” (“unitiva” e “procriativa”). Somente no matrimônio, cuja função é a formação da família, é que a prática sexual pode ser uma prática legítima. Por isso, a sexualidade só pode ser expressão do amor divino, tornando-se *verdadeiramente humana*, quando integrada à relação conjugal e associada ao nascimento dos filhos, o que torna o sexo uma prática cujo objetivo está além da satisfação dos desejos da carne. Dom Rafael Llano Cifuentes, titular da diocese de Nova Friburgo, em “Sexualidade humana: verdade e significado” (s/d), afirma:

A pureza do amor sexual consiste precisamente na sua integridade. Não se pode separar o aspecto unitivo – a relação sexual – do aspecto procriador, como diz a *Encíclica Humanae Vitae* (Papa Paulo VI, *Encíclica Humanae Vitae* n.12). Quando se procura apenas o prazer pelo prazer, como por exemplo, através da masturbação, das relações homossexuais, das relações conjugais anormais ou aquelas em que se usam anticoncepcionais, está-se agindo de maneira antinatural. A fornicação nestes casos não é pecado por provocar o prazer. É pecado por subverter a ordem do instinto, colocando o prazer acima da função procriadora ou desvirtuando-a. Aqui reside também uma das causas da decadência desta nossa sociedade consumista e hedonista: procura-se o prazer sexual a todo custo provocando o aviltamento do ser humano. As desordens na ordem sexual não são menos nojentas do que as dos banquetes orgiásticos da decadência romana.

Ou seja, na tradição católica, a prática sexual só será aceita no interior de uma relação conjugal, somente entre um homem e uma mulher, como meio de fortalecer os laços familiares e, principalmente, como forma de concepção de uma nova vida. O prazer que o sexo pode proporcionar jamais deve ser colocado em primeiro plano. Por isso, a função sexual só tem seu *verdadeiro sentido* quando associado ao matrimônio. O que escapa a esta regra é desvio moral e contrário à vontade de Deus.

A partir de tais posições, e diante da ameaça que anticoncepcionais e preservativos representam para a moralidade pregada pela cúpula eclesiástica da Igreja, muitos textos oficiais têm sido produzidos como meio de tornar público seu posicionamento frente aos novos desafios que a vida moderna impõe à vida sexual da população em geral.

O órgão oficial da Santa Sé responsável pela produção e divulgação de materiais

dedicados a orientar os católicos a respeito de sua conduta sexual e da educação sexual de seus filhos é o *Pontifício Conselho para a Família*¹². Outras questões relacionadas à sexualidade – como aborto, contracepção, sexo seguro – são também temas de textos produzidos pela *Academia Pontifícia pela Vida*.

O *Pontifício Conselho para a Família* tem feito circular diversos textos que, em geral, ou buscam orientar os fiéis a respeito de uma boa conduta sexual (tanto para si mesmos quanto para a educação de seus filhos) ou expõem o posicionamento de membros da Igreja a respeito de questões relacionadas à sexualidade (*casamento, família, aborto* e também *educação sexual*, o que abarca tanto os programas a serem desenvolvidos nas escolas quanto as campanhas de prevenção às DSTs, gravidez precoce, etc.).

No Brasil, a *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* é a voz oficial do Vaticano, e também oferece aos fiéis uma grande diversidade de textos (entrevistas, artigos, divulgação de cursos) que visam esclarecer os posicionamentos da Igreja a respeito de temas relacionados à sexualidade humana. Por via de regra, estes textos confirmam o posicionamento do Vaticano relativamente à sexualidade humana.

De acordo com a CNBB, a abstinência para os não casados e a fidelidade entre os cônjuges são a única forma verdadeira de viver adequadamente a sexualidade. Somente assim é possível preservar a família, a vida e a dignidade das pessoas e, acima de tudo, só assim as leis divinas e o plano de Deus para a humanidade estarão sendo respeitados. Assim sendo, as propostas laicas que se intensificaram na década de 1990 são definidas como uma ameaça a ser vencida. Neste sentido, um alerta aos pais é frequentemente feito, a fim de torná-los cientes dos perigos que uma cultura secularizada oferece a educação moral e sexual de seus filhos.

Como já indicado na introdução, a intervenção da Igreja na vida sexual dos seus fiéis é um traço presente ao longo de toda a história desta instituição milenar. Os três excertos que apresento a seguir foram retirados Carta Encíclica *Rerum Novarum: sobre a condição dos operários no mundo*, escrita pelo papa Leão XIII e divulgado em Roma em 15 de Maio de 1891. Este texto é considerado, frequentemente, o pilar fundamental da doutrina social da Igreja e já nele há declarações explícitas sobre as ameaças que os novos

¹² Os Pontifícios Conselhos (*para os Leigos, para a Unidade dos Cristãos*, entre outros), juntamente com a *Secretaria do Estado do Vaticano*, as *Congregações*, os *Tribunais*, as *Comissões* e as *Academias Pontifícias* e os *Pontifícios Comitês*, formam parte do corpo administrativo do Vaticano – a *Cúria Romana*.

padrões sociais da sociedade industrial que então se formava traziam para a moral católica e, especialmente, para a família.

I) **Ninguém põe em dúvida que, na escolha dum género de vida, seja lícito cada um seguir o conselho de Jesus Cristo sobre a virgindade, ou contrair um laço conjugal.** Nenhuma lei humana poderia apagar de qualquer forma o **direito natural e primordial de todo o homem ao casamento, nem circunscrever o fim principal para que ele foi estabelecido desde a origem: «Crescei e multiplicai-vos» (Gn 1, 28).** Eis, pois, a família, isto é, a sociedade doméstica, sociedade muito pequena certamente, mas real e anterior a toda a sociedade civil, à qual, desde logo, será forçosamente necessário atribuir certos direitos e certos deveres absolutamente independentes do Estado.

II) Ora, importa à salvação comum e particular que a ordem e a paz reinem por toda a parte; **que toda a economia da vida doméstica seja regulada segundo os mandamentos de Deus e os princípios da lei natural;** que a religião seja honrada e observada; que se vejam florescer os costumes públicos e particulares; que a justiça seja religiosamente graduada, e que nunca uma classe possa oprimir impunemente a outra; que cresçam robustas gerações, capazes de ser o sustentáculo, e, se necessário for, o baluarte da Pátria. É por isso que os operários, abandonando o trabalho ou suspendendo-o por greves, ameaçam a tranquilidade pública; **que os laços naturais da família afrouxam entre os trabalhadores;** que se calca aos pés a religião dos operários, não lhes facilitando o cumprimento dos seus deveres para com Deus; **que a promiscuidade dos sexos e outras excitações ao vício constituem nas oficinas um perigo para a moralidade;** que os patrões esmagam os trabalhadores sob o peso de exigências iníquas, ou desonram neles a pessoa humana por condições indignas e degradantes; que atentam contra a sua saúde por um trabalho excessivo e desproporcionado com a sua idade e sexo: em todos estes casos é absolutamente necessário aplicar em certos limites a força e autoridade das leis.

III) Trabalhos há também que se não adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos, que, por outro lado, **salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família.**

Verifica-se, assim, que, já no final do século XIX, a Igreja manifestava sua preocupação em relação à família e, que, para defendê-la, apregoava os valores da castidade

e do casamento – o que revela o ponto de vista eclesial de que práticas sexuais e formação das famílias são duas realidades indissociáveis. Em relação a essa problemática, o trabalho de Pierucci (1978) já citado (*cf.* nota de rodapé 6) é novamente revelador. Neste estudo que se tornou referência obrigatória nos estudos das Ciências Sociais sobre a relação entre exercício da sexualidade e religião, o autor descreve a relação entre catolicismo e comportamento reprodutivo no Brasil e, para tanto, faz uma longa e detalhada revisão dos preceitos morais associados à sexualidade ditados pelo magistério da Igreja ao longo da história. Ainda que sexualidade e “capacidade de controle dos instintos” caminhem lado a lado no discurso da Igreja desde tempos “imemoriais”, serão os novos padrões sociais e econômicos da sociedade pós-revolução industrial que levarão o alto clero a definir como necessário proteger a família das ameaças e perigos do mundo moderno. Desde então, o zelo da Igreja pela família só aumentou, especialmente após a década de 1960. Mas o que parece extremamente importante notar é que a questão da família é sempre central.

Outro exemplo de intervenção eclesial no campo das práticas sexuais dos fieis que data de muito antes do recorte definido para esta pesquisa é a *Casti connubii*. Trata-se de uma carta encíclica promulgada pelo papa Pio XI em 31 de dezembro de 1930, e que reafirma a santidade do matrimônio e proíbe o uso de qualquer método de controle de natalidade. Em determinada parte do texto, a seguinte afirmação é feita:

IV) ... o matrimônio não foi instituído nem restaurado pelos homens, mas por Deus; não foi pelos homens, mas pelo restaurador da própria natureza, Cristo Nosso Senhor, que o matrimônio foi resguardado por lei, confirmado e elevado; por isso essas leis não podem depender em nada das vontades humanas nem sujeitar-se a nenhuma convenção contrária dos próprios esposos. É esta a doutrina da Sagrada Escritura (Gn 1, 27-28; 2, 22-23; Mt 19, 3 e seg.; Ef 5, 23 e seg.); é esta a constante e universal tradição da Igreja, esta a definição solene do Sagrado Concílio de Trento, que, tomando as próprias palavras da Sagrada Escritura, proclama e confirma que a perpetuidade e a indissolubilidade do matrimônio, bem como a sua unidade e imutabilidade, provêm de Deus, seu autor (Conc. Trid. sess. 24).

Cinquenta anos (e vários pronunciamentos) depois, em 22 de outubro de 1983, a Santa Sé divulgou um documento que, uma vez mais, reafirma o seu compromisso com a defesa da família. A *Carta dos Direitos da Família* é um documento produzido pelo

Pontifício Conselho para a Família que apresenta a todas as pessoas, instituições e autoridades interessadas a missão da família no mundo contemporâneo (sic). O documento está dividido em 12 artigos que versam sobre matrimônio, divórcio, castidade, o valor da vida desde a concepção até a sua morte natural. Em sua apresentação introdutória, afirma:

V) Este documento não é uma exposição de teologia dogmática ou moral sobre o matrimônio e a família, ainda que reflita o pensamento da Igreja sobre o assunto. Não é, também, um código de conduta destinado às pessoas ou às instituições a que se dirige. A Carta difere, igualmente, de uma simples declaração de princípio teóricos sobre a família. De fato, sua finalidade é apresentar a todos os nossos contemporâneos, cristãos ou não, uma formulação – a mais completa e ordenada possível – acerca dos direitos fundamentais inerentes a esta sociedade natural e universal que é a família.

Deste modo, se no fim do século XIX, eram os novos padrões sociais que ameaçavam a estrutura familiar e, nas décadas de 1960/1970/1980, a grande ameaça eram os métodos anticoncepcionais que cada vez mais eram difundidos entre a população, na década de 1990 o inimigo ganha uma nova arma: a ampla divulgação da noção de sexo seguro como único método efetivo de prevenção ao contágio pela Aids e das noções de direitos reprodutivos e sexuais. Não por acaso, o principal responsável, no Vaticano, pela divulgação de textos que versam sobre educação sexual é exatamente o *Pontifício Conselho para a Família*. Como afirma Pierucci (*ibid.*, p.9), “manter, na medida do possível, a família sob seu controle ideológico, se não jurídico, parece ser de crucial importância para a sobrevivência institucional da Igreja. É o que se pode concluir não tanto de postulados teóricos, quanto da multissecular e sempre renovada estratégia pastoral católica de garantir sua influência sobre a instituição familiar.”

2.3 Dois discursos, uma multiplicidade de acontecimentos

Em relação às condições de produção apresentadas até aqui, é interessante notar como três *acontecimentos* parecem interferir de maneira profunda naquilo que ambos os posicionamentos entendem por *educação sexual*:

- A Revolução Sexual da década de 1960 e uma série de eventos paralelos ou co-ocorrentes a ela, como a ampla disseminação das pílulas anticoncepcionais e a progressiva dissociação entre sexo e procriação;
- A explosão de casos Aids a partir da segunda metade da década de 1980, época em que os representantes diplomáticos, freqüentemente pressionados por, ou em consonância com grupos organizados em seus países, participam de grandes reuniões organizadas pela ONU, para traçar os rumos de uma política que deveria cuidar da vida sexual das populações do mundo;
- A consolidação da sexualidade como um direito fundamental do homem na década de 1990.

A noção de *acontecimento* é, também, essencial para a AD e, assim como a de condições de produção, aponta para os laços profundos existentes entre esta disciplina e a história. Ela diz respeito àquilo que foge à estrutura, à irrupção do novo em uma rede causal e que, ainda que imprevisível antes de existir, é explicável *a posteriori*. No entanto, não se trata de um conceito estanque e, conforme variam os autores, variam as definições. Para a reflexão que faço aqui a respeito dos três acontecimentos acima citados, recorro ao texto de Foucault (1972) *Retornar à História*. Nele, o autor, inspirado nos métodos de pesquisa daquilo que ele denomina *história serial*, constata que o acontecimento não é um fenômeno uniforme, que marca, em um *continuum* temporal, em uma “grande duração única”, a fronteira entre um agora e um antes, mas algo que se divide em estratos:

A história serial permite de qualquer forma fazer aparecer diferentes estratos de acontecimentos, dos quais uns são visíveis, imediatamente conhecidos até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos e que são de um tipo completamente diferente (Foucault, *ibid.*, p.291).

Para elucidar a metodologia característica da história serial, Foucault faz referência a um trabalho desenvolvido sobre os arquivos comerciais do porto de Sevilha durante o

século XVI. São esses documentos, e apenas eles, que constituem o objeto de estudo deste tipo de pesquisa. São, deste modo, as informações relativas à atividade do porto dia-a-dia ao longo de 100 anos (entrada e saída de navios, cargas, preços das mercadorias comercializadas, sua nacionalidade, etc.) que permitirão “estabelecer um certo tipo de relações” (*ibid.*, p.290).

Esta metodologia de pesquisa histórica confere um sentido específico à noção de acontecimento. Para a história serial, constitui um acontecimento a entrada e a saída de um navio – um acontecimento de que os contemporâneos têm perfeita consciência; no entanto, abaixo desta camada, há outros acontecimentos mais difusos e que os contemporâneos percebem com mais ou menos consciência, como a alta ou baixa dos preços, que causam reflexos na conduta econômica da população. E, mais por baixo ainda, há outra camada de acontecimentos completamente diferentes, pouco perceptíveis ou mesmo invisíveis pelos contemporâneos: “a inversão de uma tendência, o ponto a partir do qual uma curva econômica que tinha sido crescente torna-se estável ou entra em declínio, esse ponto é muito importante na história de uma cidade, de um país, eventualmente de uma civilização, mas as pessoas que lhe são contemporâneas não se dão conta dele” (*ibid.*, p.291).

Assim, a história serial permite descobrir essa multiplicidade de estratos de acontecimentos em que não apenas as grandes revoluções ou descobertas são reconhecidas como tais. Será também essa metodologia de pesquisa que permitirá enxergar uma multiplicidade de “acontecimento difusos” e “atmosféricos” que, no entanto, são determinantes para a história do mundo, “pois se sabe claramente agora”, diz Foucault, “que a inversão de uma tendência econômica é muito mais importante que a morte de um rei” (*ibid.*, p.292).

Outra consequência importante desta abordagem histórica é que ela nos faz multiplicar a duração temporal: assim como há camadas de acontecimentos, haverá uma sobreposição de ciclos temporais. Foucault toma como exemplo os preços:

Há o que se chama de ciclos curtos [...] que podem ser perfeitamente isolados. Abaixo dessa curta duração [...], vocês têm ciclos mais importantes que atingem 25 ou 50 anos, e depois, ainda mais embaixo, há o que se chama em inglês de *trends* seculares [...], tipos de grandes ciclos de expansão ou de recessão que, em geral, em todo lugar onde eles foram observados, englobam um período de 80 a 120 anos. Por baixo ainda desses ciclos, há o que

os historiadores franceses chamam de “inércias”, esses grandes fenômenos que atuam por séculos e séculos [como a tecnologia agrícola do campesinato europeu que se manteve a mesma por quase três séculos]. A história não é, portanto, uma duração; é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros. (*ibid.*, p.293).

Assim, considerando esta definição de acontecimento como um fenômeno múltiplo, disperso no tempo e do qual os contemporâneos nem sempre têm consciência, retomo os três acontecimentos históricos que parecem ser especialmente relevantes para os discursos que analiso neste trabalho. Considerando a proposta foucaultiana exposta acima, a revolução sexual, o advento da epidemia de Aids e a declaração dos direitos sexuais podem ser definidos como acontecimentos sob e sobre os quais outras tantas camadas de acontecimentos se formam (a elaboração de leis e portarias, a distribuição, em escolas e postos de saúde, de anticoncepcionais e preservativos, pronunciamentos de padres católicos e a reafirmação do valor da família por eles, a tematização da doença em filmes, etc.). De fato, é possível ver uma forte inter-relação entre os três, na medida em que a ideia de liberdade sexual – saúde sexual – saúde reprodutiva (e sua avaliação positiva ou negativa, a depender do enunciador em questão) são temas que circulam associados aos três acontecimentos mencionados.

Diante deste imbricamento, seria possível pensar, ainda, que os três são “sub-acontecimentos” de um acontecimento mais amplo, cuja temporalidade poderia ser de média duração (últimos 50 anos) ou, ainda, que se trata de algo em andamento, que nós, contemporâneos a ele, não podemos ter a devida consciência.

De qualquer forma, é evidente que os três episódios mudaram radicalmente o modo como a sexualidade é representada simbolicamente no mundo contemporâneo e que, de certa forma, estão no centro do vórtice de discursos sobre educação sexual produzidos pelo Estado e pela Igreja.

Ressalta-se o fato de que os três episódios são de naturezas diferentes: enquanto o primeiro e o terceiro são resultado de mobilizações sociais que reivindicavam mudanças em um dado cenário relativo às práticas sexuais, a Aids é, ela mesma, a desencadeadora de uma série de ações no campo político, médico e jurídico.

Outro aspecto relevante é que todas elas são, em alguma medida, os pilares que

sustentam o posicionamento laico. Porém, as análises que se seguirão mostrarão a sua importância também para o posicionamento católico, na medida em que seus textos são, quase que exclusivamente, um alerta para os perigos que esses acontecimentos oferecem para família e para o equilíbrio da sociedade.

Veremos, assim, como cada um desses acontecimentos é “lido” e valorado por cada um dos posicionamentos em questão e como são transformados em argumento para que propostas tão díspares sejam justificadas.

Há, sem dúvida, acontecimentos cujos protagonistas são os enunciadores católicos. Os pronunciamentos e entrevistas do alto clero em relação à sexualidade humana é um tipo de acontecimento relevante para o espaço discursivo¹³ em questão. No entanto, conforme veremos ao longo da tese, os três episódios acima são a mola propulsora da produção e circulação dos materiais que compõem o corpus de pesquisa em sua totalidade (e não apenas do discurso laico).

2.4 Biopoder, poder disciplinador

A educação sexual, tal como proposta pelo Estado brasileiro – que, como já dito, se enquadra numa proposta “universal” de educação sexual laica – parece ser um exemplo extraordinário da existência daquilo que Foucault (1976a, 1976b, 1978a) chamou de *biopoder*. Trata-se, basicamente, de mecanismos de poder através dos quais se busca controlar e gerir o corpo social desde meados do século XVIII. Desde então, vários fenômenos relativos aos humanos enquanto espécie – e não mais enquanto indivíduos – passam a ser levados em conta: nascimentos, fecundidade, natalidade, morbidade, doenças; não apenas as epidemias, mas as doenças endêmicas, reinantes e reincidentes em uma população e que são causa de prejuízo econômico, seja pela diminuição do tempo de trabalho, seja pela produção não realizada, seja pelo custo dos tratamentos necessários. Este poder biologizante passa a intervir, também, nas cidades: sua organização, saneamento, distribuição. O mapeamento de tais fenômenos se torna vital para a gerência das massas e uma medicina, essencialmente higienista, passa a desempenhar o papel fundamental de coordenação dos tratamentos, centralização da informação e normalização do saber: “é

¹³ A noção de espaço discursivo será apresentada e discutida no *Capítulo 3*.

disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder” (1976b: 292)

Essa transformação das formas de poder dominantes ocorreu, em boa medida, impelida pela necessidade de gerir a sociedade que se formava e a decorrente explosão populacional que estava em vias de acontecer. Anterior a este período de intensas transformações sociais, o poder se exercia de outras maneiras. Foucault fala, em especial, de outras tecnologias de poder, que pouco a pouco foram sendo substituídas pelo biopoder, embora não por completo. Como veremos, ainda hoje, sem grandes esforços, podemos identificar formas de exercício de um poder soberano, mas, principalmente, de um poder disciplinador. Na verdade, mais do que uma simples substituição, o que se observou, segundo Foucault, foi a introdução de uma tecnologia de poder completamente nova.

O poder soberano de que o autor fala diz respeito ao direito sobre a vida e morte típico das monarquias até o século XVII. Um direito de fazer morrer e deixar viver; um *poder absoluto, sombrio, obscuro*, que só se exercia sobre a vida na medida em que o soberano podia matar e não deixar viver. O poder disciplinador, por sua vez, entrou em cena nos séculos XVII e XVIII, um poder cujo efeito é individualizante e incidia sobre o homem-corpo, uma força que precisava ser útil e dócil e que estava, essencialmente associada às necessidades do trabalho – e, importante dizer, não limitava, necessariamente, o poder soberano. No entanto, nem o biopoder, que posteriormente será a forma privilegiada com que o Estado exercerá seu poder sobre os homens, irá suprimir este poder disciplinador e, inclusive, só poderá se impor graças a ele. Em relação ao poder soberano, serão necessárias algumas transformações radicais para que o Estado possa exercer, sem contradizer-se, seu poder de morte¹⁴.

Mas essas duas acomodações das formas de exercício do poder que ocorreram a

¹⁴ Como o biopoder mata, já que se trata de uma tecnologia de poder que quer aumentar a vida? Como exercer o poder de morte num sistema político centrado no biopoder? Para Foucault, é através do racismo de Estado, por meio do qual se torna possível “introduzir, afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu um corte: corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. (1976b:304). Será, pois, através do racismo que um Estado que funcione segunda a lógica do biopoder poderá exercer e justificar seu poder de morte. O racismo terá, assim, duas funções básicas: (i) fragmentar este contínuo biológico que é a vida e (ii) tornar compatível com a lógica do biopoder as relações de guerra, mas não só elas: também as relações de colonização, a punição dos criminosos (seja com o isolamento ou com a pena de morte), a explicação das diferentes classes sociais e os fenômenos da loucura. Portanto, para Foucault, o racismo não é puro desprezo e ódio entre raças diferentes, nem uma operação ideológica que torna alvo de ataques uma parcela da sociedade: “não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder”. Não por acaso, os Estados mais assassinos serão aqueles mais racistas.

partir do século XVII (de um poder soberano para o poder disciplinador e o regulamentador) ocorrem, de fato, devido à inoperância deste *poder de fazer morrer e deixar viver* para gerenciar o corpo político e econômico de uma sociedade imensamente mais populosa e industrializada.

Foucault descreve, com uma precisão impressionante, essa nova técnica de poder não disciplinar, que atua sobre a vida (e não mais sobre a morte), que se dirige à espécie humana (não ao corpo) e que é massificante (não individualizante); que se dirige, enfim, a “uma massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, as doenças” (*ibid.*, p.289). Serão estes processos que se transformarão em questões relevantes para os Estados modernos que começaram a se constituir ao final do século XVII e que impuseram a necessidade de gerir, de cuidar deste corpo social e que tornaram possível, assim, *o nascimento de uma biopolítica*.

Decorrem, disto, três consequências importantes e interdependentes: (i) surgimento de um novo conceito, o de população, o alvo desta nova tecnologia de poder, deste aparelho de proteção social, deste poder que assume a vida; (ii) a natureza dos fenômenos que são levados em conta: são fenômenos cujos efeitos econômicos e políticos só são visíveis no nível das massas, somente no plano coletivo, e nunca no individual; (iii) a criação de mecanismos regulamentadores (não mais disciplinadores), que visam otimizar a vida das massas (baixar a morbidade, estimular a natalidade, melhorar a expectativa e a qualidade de vida, combater as doenças) por meio de medições, estatísticas, previsões que tornam possível intervir nos eventos que determinam os fenômenos de que a biopolítica se ocupa. Trata-se, enfim, de mecanismos de previdência que atuam sobre fenômenos aleatórios, que buscam aumentar e proteger a vida, controlar os acidentes e compensar as deficiências. Há, deste modo, uma estatização do biológico. Neste novo mundo com novas demandas, morrer e viver não são apenas fenômenos naturais, mas acontecimentos que devem ser contabilizados e interpretados para servir de base para a intervenção deste biopoder, cujo propósito é uma homeóstase, um equilíbrio global da sociedade, “a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (*ibid.*, p.297).

Foucault insiste na diferença entre esta tecnologia de poder e aquela que é fundamentalmente disciplinadora: o biopoder funda mecanismos cujo alcance é global e

que levam em conta *a vida, os processos biológicos do homem-espécie* e asseguram *sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação*. É um poder regulamentador, contínuo, que faz viver e deixa morrer; um poder que controla os eventos fortuitos e, sempre que possível, busca meios de modificá-los. Trata-se, enfim, de duas tecnologias de poder que atuam sobre os homens:

Em ambos os casos [disciplinar e biopoder], tecnologia do corpo, mas, num caso, trata-se de uma tecnologia em que o corpo é individualizado como organismo dotado de capacidades e, no outro, de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto. (Foucault, 1976b: 297).

Haverá, assim, duas séries que se referem a estes dois modos de exercício do poder: CORPO – ORGANISMO – DISCIPLINA – INSTITUIÇÕES e POPULAÇÃO – PROCESSOS (biológicos) – MECANISMOS (regulamentadores) – ESTADO. Será, então, através de instituições como o quartel, as escolas e os hospitais que o poder disciplinador poderá atuar, enquanto que o biopoder se exerce através de um Estado que toma para si o poder sobre a vida.

Se a proposta laica funciona segundo a lógica do biopoder, certamente as teses da Igreja que fundamentam sua proposta de educação sexual funcionam segundo a lógica do poder disciplinador, na medida em que se voltam para o sujeitos individualmente – no máximo, para as família – e cuja demanda é, acima de tudo, pelo controle dos corpos. Neste sentido, os excertos católicos abaixo são bastante reveladores:

1. Essa educação favorece o amadurecimento afetivo, a afirmação do “eu”, a autoestima, o senso de dignidade, a autoposse, o equilíbrio interior. (PC_02)
2. Pela castidade humanizamos nossos instintos, ordenamos os afetos desordenados, nos libertamos da escravidão das paixões e das pulsões... (PC_06)
3. Não há fidelidade conjugal sem a educação da afetividade e do sexo, sem autocontrole. (PC_12)

Não se trata, no entanto, de opor, radicalmente, Estado e Instituição. As disciplinas têm seu espaço no interior do Estado, que possui aparelhos disciplinadores bastante conhecidos nossos, como a polícia e, em certa medida, as escolas. Na verdade, as escolas atuam nos dois campos, disciplinando os corpos (começando em um nível bem banal, por assim dizer, quando exige das crianças que se mantenham sentadas e obedeçam aos professores), e também, com incrível força, veiculando conceitos de higiene, cuidados pessoais e de educação sexual. Mas também atua sobre o corpo social, quando insere o tema Orientação Sexual na grade curricular e busca formar indivíduos conscientes de práticas sexuais seguras para si e para a sociedade em que vivem. Neste sentido, o trecho a seguir, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), que define as razões pelas quais é importante inserir temas como saúde e orientação sexual no currículo do ensino fundamental e médio, é modelar deste “duplo funcionamento” da instituição escolar:

4. [Dentre os objetivos do ensino fundamental e médio está] conhecer o próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e **agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva.** (PL_01, PL_02 – grifo meu)

De fato, a escola exemplifica muito bem como essas duas tecnologias de poder não se excluem necessariamente. Ela funciona como um aparelho disciplinador e como um mecanismo regulamentador.

Outro aspecto importante é que o biopoder vai ultrapassar os limites do Estado – quando atua nas instituições médicas, nas seguradoras privadas, etc. Em relação a este tema, no caso do Brasil, que conta com um sistema público de saúde, instituição médica e Estado se sobrepõem de maneira bastante clara. Mas também as instituições disciplinadoras atuarão por meio do Estado. Há, assim, dois conjuntos de mecanismos – um disciplinador, outro regulamentador – que estão em níveis distintos e que não se excluem, mas se articulam.

Um dos pontos mais densos dessa articulação será, para o autor, a sexualidade. Os desvios da sexualidade (inicialmente uns, hoje em dia, outros), por trazerem consequências para o corpo do indivíduo e para o corpo social, estará no centro das muitas decisões de um

Estado ocupado com a vida de sua população. A medicina terá, neste cenário, um importante papel regulamentador, tratando tanto as doenças individuais quanto as sociais. Inicialmente preocupada com as consequências sociais da reprodução dos indivíduos “menos adaptados/saudáveis/brilhantes” – isto é, dos degenerados, doentes mentais, dos dementes – a medicina do século XVIII desenvolveu a teoria da degenerescência, que esteve no núcleo de doutrinas e práticas eugênicas muito em voga na época. Conceitos como a de higiene natal, higiene da raça e do “retorno à mediocridade” (teoria baseada nas leis da hereditariedade que explicava como em grupos considerados símbolos de uma raça superior aparecia uma geração de medíocres) funcionavam como uma base teórica e cientificamente aceitável para um controle das práticas sexuais desses indivíduos moralmente, fisicamente e mentalmente problemáticos. O controle reprodutivo desses grupos mostrava-se urgente e plenamente justificável, já que a prole desse grupo de pessoas poderia acarretar a degeneração dos homens e uma decadência racial, pondo em risco o sucesso de uma nação.

Mota (2003), a partir de uma abordagem histórica, analisa como um pensamento eugênico e higienista serviu de pano de fundo para diversas práticas médicas e escolares na virada do século XX no Brasil, mas em especial no Rio de Janeiro e São Paulo. Tendo como meta construir uma nação brasileira civilizada e que estivesse à altura das nações europeias e norte-americana, definiu-se um projeto de restauração nacional, cujos heróis eram os médicos e higienistas de então,

...que viam no sanitarismo a mão que limparia e civilizaria o país. Para isso, projetaram uma verdadeira invasão dos sertões do país, exterminando doenças e epidemias, acreditando, com isso, ser possível edificar as balizas civilizatórias, de que o país tanto carecia. A partir dessa visão, diziam que a árvore nacional ganharia força e melhores frutos. Indicariam ser necessária uma intervenção sanitária e civilizatória capaz de reverter a avaliação que julgava o Brasil um país fadado ao fracasso em razão de suas peculiaridades físicas e biológicas. (*ibid.*, p. 16)

No entanto, uma vez que o projeto erradicador de doenças e endemias não resultou no sucesso esperado, sempre restando bolsões de miséria por todo o território nacional, e

dado o terreno propício em termos ideológicos, rapidamente entraram em vigor novas ações que buscaram resgatar a nação dos desvios que a acometiam: “As teorias raciais e as concepções eugênicas teriam um lugar especial nesta discussão, ao deslocar para o centro das questões nacionais as peculiaridades da raça brasileira. Mais que isso, seus representantes chegariam a propor estratégias baseadas na limpeza racial, tendo em vista o ‘progresso do homem brasileiro’ em suas particularidades físicas, mentais e morais”. (*ibid.*, p.39)

A partir de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, as máximas eugênicas passarão a ser criticadas e moralmente repudiadas. A promulgação da *Declaração dos Direitos Humanos*, em 1948, pela ONU, é referida por muitos como um marco neste movimento que busca a igualdade dos homens e a promoção e garantia, para *todos* os seres humanos, de direitos considerados básicos.

Neste sentido, há um incentivo à abolição oficial da ideia de limpeza racial embasada em teorias eugênicas. Na prática, muitas nações em situação de guerra reavivaram essas teorias já no final do século XX, com consequências dramáticas para inúmeras pessoas. Porém, em termos oficiais, há o combate generalizado a práticas que, em tempos passados não só eram legítimos, como incentivados por qualquer Estado comprometido com o bem-estar de sua população¹⁵.

No entanto, ainda que tenha havido mudanças importantes no foco da atuação médica no campo da sexualidade (observar, por exemplo, a substituição do termo “controle de natalidade” por “planejamento familiar”; *cf. Capítulo 4*), acredito que esta será ainda um ponto de cruzamento entre a disciplina do corpo e regulamentação da população. As consequências do *sexo ruim* são outras (não mais a degenerescência, mas uma gravidez aos 14 anos ou a Aids), mas de qualquer forma, incidem tanto no indivíduo quanto na população. Considerando o corpus desta pesquisa, é impressionante como podemos ver ali – nas apostilas, campanhas, agendas, manuais – o biopoder funcionando a todo vapor. Mas também um poder disciplinador do corpo, que deve ser saudável e livre. A educação sexual

¹⁵ Vale citar, a título de exemplo, os concursos de reprodução realizados em São Paulo em pleno 1925, em que famílias eram julgadas e premiadas por sua aptidão física: “Com essa certeza genética, houve em São Paulo, em janeiro de 1926, o 1º Concurso de Eugenia realizado no Brasil. Após o exame, a seleção e a classificação dos candidatos, foi declarado que a escolha das três brasileirinhas ‘eugenizadas’ corresponderia plenamente aos propósitos daquele concurso, e que caberia a São Paulo a honra da primazia em nosso país, se não nas duas Américas, do Norte e do Sul, de ter em suas terras os exemplos de superioridade racial” (Mota, 2003: 98).

laica disciplina os corpos e regulamenta as práticas sexuais das massas; busca salvar o corpo *jovem – feminino – masculino – homossexual – transexual*, mas atua, com maior força, na ordem do corpo social. Há, como prevê Foucault, um jogo de complementaridade entre um poder regulamentador e outro disciplinador, ambos organizando e dando corpo às políticas públicas voltadas (não só, é certo: as campanhas de prevenção ao fumo e de controle da hipertensão resultaria desta mesma dinâmica, por exemplo) para a educação sexual da sociedade brasileira.

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, por uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (Foucault, 1976b: 302)

Por fim, acredito ser fundamental comentar um traço primordial do conceito de poder em Foucault. Remeto ao primeiro volume de “A História da Sexualidade” (1976a), em que o autor combate a hipótese de que o sexo vem sendo, desde o século XVII, submetido a um poder essencialmente repressor. É contra a hipótese deste poder repressor, este mecanismo *central e unificado* destinado a dizer ‘não’ (ou a dizer engodos), que Foucault se posiciona nesta obra de 1976. Para o autor, ao invés de estarem submetidos a um mecanismo de rarefação, os discursos sobre o sexo vêm, desde o século XVII, sofrendo a ação incessante de uma maquinaria que os fez proliferar abundantemente. Esta maquinaria é alimentada por uma vontade de saber, que está associada à vontade de poder, do que resulta um poder que não é exercido apenas pela repressão e por meio das leis – um poder essencialmente jurídico – mas que está fundamentalmente ligado à produção dos saberes de uma determinada sociedade. Sua hipótese de um biopoder irá ampliar o escopo de atuação deste poder produtivo para as questões da vida das populações. Mas como vimos, a sexualidade será um ponto central de atuação deste poder essencialmente regulamentador.

O que Foucault nos mostra é que as instituições sociais, longe de terem imposto um silêncio geral sobre o sexo dos indivíduos, impôs, na verdade, a cada um deles (aos casais,

às crianças, aos homens, às mulheres, aos desajustados) a necessidade de falar. A tradição da confissão – inicialmente decorrente da necessidade de revelar os pecados da carne (“o praticado e o pensado”) passou a constituir evidências científicas, através de uma codificação clínica do fazer falar. A confissão transfigura-se em escuta médica e é transportada para o rol das metodologias científicas: ela deixa de ser um método exclusivamente cristão e coloca-se entre crianças e pais, alunos e professores, doentes e psiquiatras, delinqüentes e peritos. Por meio de dispositivos institucionais de controle, dispersos por toda a sociedade, a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos tarados e dos doentes mentais é filtrada, avaliada, quantificada, especificada. O sexo é perscrutado para “proteger, separar e prevenir, assinalando os perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando os diagnósticos, acumulando os relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiam discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele.” (*ibid.*, p.33). O poder toma a sexualidade a seu cargo, não por meio da censura, mas de um saber que *busca* a verdade.

Será, pois, uma vontade de poder o motor de produção destas verdades, poder este que não é fundamentalmente violento e repressivo, embora possa sê-lo em certos momentos. Para Foucault, o traço central do poder, tal como exercido em nossa sociedade, é o controle – que pode reprimir em determinadas circunstâncias – mas que, mais que isso, organiza e, de certa forma, define, a produção dos saberes – ou seja, é um poder produtor. A necessidade é “de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (*ibid.*, p.28).

Trazer Foucault para esta tese – ou mais especificamente, as reflexões foucaultianas acerca do poder – tem como objetivo refletir como o mecanismo de poder privilegiado por cada um dos posicionamentos em questão neste trabalho está em consonância com suas respectivas grades semânticas. Conforme as análises forem sendo apresentadas, será possível observar que não há discrepância entre o modo como católicos e laicos exercem o poder – por meio da regulamentação ou por meio da disciplina – e as práticas de educação sexual consideradas legítimas e adequadas.

Ou seja, embora Foucault e Maingueneau se distanciem em muitos aspectos – especialmente nos tipos de corpora privilegiados por cada um dos teóricos – é possível aproximá-los. No caso particular desta tese, a aproximação é possível porque exercer um biopoder ou um poder disciplinador relaciona-se diretamente com as práticas defendidas pelos enunciadores laico e católico, respectivamente. Assim, a questão do poder é interpretada, nesta pesquisa, sob a ótica da semântica global.

CAPÍTULO 3

Um espaço limítrofe

Neste capítulo, o objetivo é analisar o modo como os discursos aqui estudados se organizam em termos interdiscursivos. Em última instância, pretendo verificar em que medida discursos situados em campos distintos (como é o caso dos posicionamentos laico e católico) podem se relacionar de modo polêmico.

Para lidar com essa massa de textos que falam, em nossa sociedade, de diferentes modos e com diferentes propósitos, a respeito de educação sexual, três conceitos são fundamentais: os de *campo*, *espaço* e *posicionamento discursivos*, divisão (em boa medida, metotológica) do interdiscurso tal como proposta por Maingueneau (1984). No conjunto de discursos que circulam em uma dada conjuntura – o *universo discursivo* – é possível recortar *campos discursivos*, isto é, conjunto de posicionamentos que se delimitam reciprocamente e que se encontram em relação de concorrência (mais ou menos explícita): por exemplo, o campo literário, científico, jornalístico, político. Por sua vez, é possível delimitar, dentro destes campos, subconjuntos de *posicionamentos* que ao analista pareçam pertinentes. Estes subconjuntos relacionam-se no interior dos *espaços discursivos* e o critério que o analista usa para delimitar estas redes de relações tem por base um *saber histórico* e a observação de um conjunto de textos pertencentes a (pelo menos) um (dos) posicionamento(s). Esse conhecimento antecede a delimitação e permite construir hipóteses que serão homologadas ou rejeitadas com o decorrer da pesquisa.

Percebe-se, assim, que os três conceitos mencionados estão fortemente relacionados às unidades de análise que os analistas do discurso definem como pertinentes. Maingueneau (2006a) desenvolve uma discussão em torno desta questão a partir da constatação não óbvia da noção de *formação discursiva*. À medida que novos tipos de corpora foram sendo considerados relevantes no interior desta disciplina, especialmente a partir da década de 1980, o sentido atribuído à formação discursiva foi se tornando inoperante – inoperância que se torna clara quando percebemos a diversidade de corpora que são referidos, nas pesquisas em AD, como formações discursivas (desde partidos políticos até revistas femininas). Como aponta Maingueneau, “na maioria das vezes emprega-se ‘formação discursiva’ ‘na falta de uma expressão melhor’, mas situações em que o analista encontra

um conjunto de textos que não corresponde a uma categorização clara” (*ibid.*, p.13).

Assim, o autor propõe que o termo seja redefinido levando-se em conta os tipos de corpora que são, efetivamente, objeto de estudo de analistas do discurso, assim como outras categorias de análise consideradas no interior da disciplina, como os gêneros, os campos e os tipos de discurso, por exemplo. Disso resulta a seguinte distinção: por um lado, há as unidades tópicas, de território, e por outro, as não-tópicas. As primeiras seriam aquelas mais fortemente associadas a aparelhos institucionais – como é o caso do Estado e da Igreja – e, por isso, existem independentemente do olhar do pesquisador. Neste caso, estaríamos diante de *posicionamentos*, isto é, “espaços já ‘pré-delineados’ pelas práticas verbais, (...) relacionados a certos setores de atividades da sociedade” (*ibid.*, p.14) ou daquilo que o autor chamou de *unidades transversas* ou *registros*, “no sentido em que elas atravessam textos de múltiplos gêneros de discursos” (*ibid.*, p.15).

Por sua vez, as unidades não-tópicas dependem de fronteiras estabelecidas pelo analista – que irá delimitá-las não a seu bel-prazer, mas segundo critérios históricos. Maingueneau dá como exemplo desse tipo de unidade o discurso machista, que independe de qualquer instituição para existir. Propõe, então, que esses tipos de corpora – “que pode conter um conjunto aberto de tipos e gêneros de discurso, de campos e de aparelhos, de registros” (*ibid.*, p.16) – sejam chamado de *formações discursivas*. E, por fim, outro tipo de unidade não-tópica seriam os *percursos*, corpus em que não se buscam mais espaços de coerência de onde emergiriam enunciados de um determinado tipo, mas unidades de diversas ordens (lexicais, fragmentos de textos, fórmulas, slogans etc.), provenientes do interdiscurso e que circulam com usos muitas vezes contraditórios. As fórmulas, tal como definidas por Krieg-Planque (2007, *cf.* nota de rodapé 4), seriam um exemplo por excelência.

No entanto, e isso é extremamente relevante, definir um tipo ou outro de corpus como objeto de pesquisa não garante uma estabilidade de fronteiras ou sua total inexistência. Neste sentido, o corpus desta pesquisa é bastante representativo desta dinamicidade inerente aos discursos. Conforme vimos no *Capítulo 1*, foram algumas unidades não-tópicas, sintagmas que chamei, de forma não muito rigorosa, de *fórmulas discursivas* (*sexo seguro, educação sexual*, etc.), que permitiram enxergar, em um emaranhado de discursos, duas formas específicas de falar sobre sexo. Pude, assim,

delimitar dois posicionamentos e, por conseguinte, definir um espaço discursivo situado na intercessão de diversos campos, como veremos em seguida.

Assim, definir o corpus desta pesquisa como constituído por dois posicionamentos no interior de um espaço não é totalmente óbvio. Ainda que de fato haja duas instituições – Estado e Igreja – gerindo a produção e a circulação de suas propostas de educação sexual, foi preciso “pasteurizar” ou “domar”, por assim dizer, o corpus. Como vimos, toda a heterogeneidade que é inerente aos discursos católicos foi excluída: para tanto, fiz a escolha, deliberada, de só considerar o que o alto clero tem a dizer em relação ao uso de preservativos, de métodos contraceptivos, da educação sexual na escola, etc. Pelo mesmo motivo, o tema do aborto não foi incluído. Observa-se, assim, que a “topicalização” destes dois posicionamentos é resultado de um trabalho de recortes e exclusões que permitiram falar em um discurso laico e outro católico e, por conseguinte, delimitar um espaço de trocas, isto é, um espaço discursivo específico – que, seguindo esta proposta, é uma unidade não-tópica, na medida em que é uma delimitação específica feita na multiplicidade de discursos que circulam em uma dada conjuntura; são conjuntos de discursos categorizados de acordo com critérios estabelecidos pelo analista, não de qualquer forma ou segundo sua “vontade”, mas considerando, necessariamente, as práticas sociais e o modo como se organizam e se relacionam.

Não se trata de pensar que Igreja e Estado não existam, nem que ambas as instituições não estejam associadas, em algum nível, a um “território simbólico contra outros posicionamentos” (*ibid.*, p.15). Pelo contrário, as próprias condições de produção apontam para a institucionalização destes dois discursos específicos a respeito da sexualidade – especialmente da perspectiva laica. E, parece-me que a institucionalidade da Igreja é suficientemente óbvia. No entanto, o ponto é que heterogeneidade é inevitável e trabalhar com unidades tópicas não garante, de forma alguma, a estabilidade dos sentidos.

Como afirma Maingueneau (*ibid.*, p. 24):

É impossível fazer a síntese entre uma abordagem que se apóia sobre fronteiras e uma que se nutre dos limites pelos quais a primeira se institui. Entre as duas, há uma assimetria irreduzível. Os partidários das fronteiras têm bons argumentos para sublinhar os riscos ligados ao uso das unidades não-tópicas; por outro lado, os partidários das unidades não-tópicas podem também com facilidade mostrar que uma infinidade de relações

interdiscursivas atravessa as unidades mais tópicas; e que a sociedade está permeada de conjuntos de palavras que, embora não tenham um lugar determinado, são mobilizadoras: o sentido é fronteira e subversão da fronteira, negociação entre pontos de estabilização da fala e forças que excedem toda localidade. Situação eminentemente desconfortável, porque vemos, assim, se justaporem, isto é, se imbricarem, muitas vezes na mesma pesquisa, dois modos de abordagem heterônimos.

No caso específico desta pesquisa, se consegui, por estratégias de delimitação do corpus, excluir a heterogeneidade de cada um dos posicionamentos – inclusive, para que pudessem ser tratados como posicionamentos – quando tentei definir o campo em que este espaço polêmico está situado, uma vez mais me deparei com uma heterogeneidade de campos e saberes atravessando este espaço. Assim, finalmente me dei conta de que a heterogeneidade é, mesmo, uma condição *sine qua non* dos discursos. Foi neste momento que entendi o significado, em termos discursivos, de uma afirmação feita ainda na elaboração do projeto de pesquisa, cinco anos antes da elaboração do texto da tese: “a sexualidade é um tema transversal”.

Se, por questões metodológicas, pude contornar parte desta heterogeneidade na seleção do corpus, ela se mostrou irreduzível em outro nível de análise. Conforme veremos na seção a seguir, o espaço discursivo em que estes dois discursos se confrontam é um verdadeiro mosaico de campos diversos, sem que nenhum deles seja, efetivamente, o principal.

Essas reflexões levam, acredito, a uma compreensão mais adequada a respeito dos processos e escolhas envolvidos na delimitação de um corpus, que é uma questão teórica importante em AD, desde os seus primórdios. Na procura por um corpus relevante, percebi como o trabalho do analista exige que regularidades sejam vistas onde parece haver só heterogeneidade. Mas, por outro lado, depois que são encontradas as regularidades, o desafio é deixar que a heterogeneidade volte a se mostrar com toda a força.

3.1 Um espaço... mas em que campo?

Se os espaços discursivos são unidades de análise construídas, em boa medida, pelo

analista, que escolhe estudar a relação entre os discursos A e B, e não entre A e C, ou B e D, o mesmo não se pode dizer dos campos discursivos.

A noção de campo foi proposta por Bourdieu (1976) e está profundamente associada à função social atribuída a um conjunto de discursos, assim como as regras que o organiza e o caracteriza e que seus membros obedecem de maneira mais ou menos inconsciente. Conforme Possenti (2010: 171) explicita,

A principal consequência desse conceito é que, adotando-o, não se pode mais considerar que um discurso (e outras atividades a ele relacionadas) são ações ou decisões de um indivíduo – um sujeito, um pesquisador, um autor – mas o resultado de um conjunto de regras que esses indivíduos seguem em um campo específico.

Podemos falar, a respeito de uma sociedade como a nossa e seguindo esta perspectiva teórica, em campo religioso, por exemplo, cujo “corpo discursivo” é composto por diferentes correntes – o cristianismo, o hinduísmo, o islamismo, o budismo, as religiões afro-brasileiras, o judaísmo, etc. Cada uma dessas correntes constitui-se por uma diversidade de outros “agrupamentos discursivos”: no interior do cristianismo, por exemplo, está a Igreja Católica Apostólica Romana, as Igrejas Ortodoxas russa e grega e as religiões protestantes; as últimas, por sua vez, são constituídas por diferentes denominações: as históricas (luteranos, anglicanos, presbiterianos...), as pentecostais (Assembléia de Deus, Congregação Cristã, Igreja do Evangelho Quadrangular...) e as neopentecostais (Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Apostólica Renascer em Cristo...), cada uma delas com suas especificidades, mas compartilhando, necessariamente, um conjunto de dogmas. No entanto, mesmo a Igreja Católica, cuja unidade de crenças e práticas poderia parecer formar um bloco mais homogêneo (conseguimos pensar em “uma” Igreja Católica, mas não em “uma” Igreja Protestante, por exemplo), é cindida, e vê, no seu interior, lutas históricas entre posicionamentos que buscam (e buscaram), cada um a seu modo, ser o verdadeiro catolicismo. Neste sentido, os trabalhos de Maingueneau (1984) e Silva (2006), o primeiro analisando a polêmica entre jansenistas e humanistas devotos, e o segundo, entre os teólogos da libertação e os carismáticos – movimentos católicos antagonistas de diferentes épocas e em diferentes países – são exemplares desta

heterogeneidade que atinge mesmo aqueles blocos discursivos que parecem menos susceptíveis às variações. As considerações feitas no *Capítulo 1*, a respeito dos critérios de seleção do corpus de pesquisa, mostram que, a respeito da sexualidade humana, há também posturas bastante heterogêneas – algumas mesmo divergentes – no interior do catolicismo.

A proposta de *campo discursivo* em Maingueneau está profundamente associada à proposta de Bourdieu, tal como brevemente exposta acima. Mas Maingueneau é um analista do discurso e o que este autor faz é transmutar a concepção de campo como espaços socialmente estruturados de posições cuja função é pré-determinada por suas “leis” internas em um recorte específico do interdiscurso. Assim, um campo discursivo é, para Maingueneau (1984: 35, 36), “um conjunto de formações discursivas¹⁶ que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. Com isso, torna-se possível definir um corpus tendo em vista sua organização prévia, anterior à decisão do analista de transformá-la em objeto de pesquisa. E, para além de tal organização, pensar em termos de “campos discursivos” possibilita definir redes de relações entre diferentes posicionamentos situados no interior destas fronteiras – o que possibilitará, como vimos, o recorte de espaços discursivos.

A “existência social” dos campos pode conferir um traço de “naturalidade” e “obviedade” a sua existência. Podem parecer evidentes as razões que levaram às divisões internas do cristianismo; assim como pode parecer mais óbvias ainda as razões que nos levam a associar um artigo jornalístico, um poema e um *paper* de física quântica a campos distintos. No entanto, tais associações, longe de serem naturais, decorrem de práticas sociais históricas.

Possenti & Motta (2008), a partir da análise de uma polêmica que se desenvolveu, predominantemente, no meio jornalístico, em torno do artigo “Pensamentos quase póstumos”, escrito por Luciano Huck por ocasião do roubo de seu Rolex e publicado em 01/03/2007, na *Folha de S. Paulo* (página A3, seção Tendências/ Debates), propõem uma “configuração discursiva” (evocando, inclusive, a noção de semântica global) para aquilo

¹⁶ No prefácio que escreveu para a tradução brasileira de *Genèses du discours*, Maingueneau afirma que alguns pontos da obra precisam ser rediscutidos, dentre eles, “a utilização frouxa da noção de ‘formação discursiva’”. Segundo o autor, seria mais adequado chamar o tipo de corpus de que se ocupa sua pesquisa – o jansenismo e o humanismo devoto – de *posicionamentos*. Sendo assim, as ocorrências dos termos “formação discursiva” na referida obra devem ser substituídas por *posicionamentos*, que conforme já explicitado, é mais adequado para referir corpora fortemente institucionalizados.

que denominamos de “discurso de direita” e “discurso de esquerda”. A propósito de situar tais discursos no interior do campo político, afirmam:

A análise foi efetuada como se fosse pacífico que há uma formação discursiva de “direita” e outra de “esquerda”, situadas, provavelmente, no campo político (para invocar uma terminologia de Maingueneau, 1984). Em seu interior, haveria temas como a violência, a segurança, o papel do Estado (na segurança, na economia), o papel dos fatores naturais e dos sociais em cada um desses outros “sub-campos” etc. Obviamente, tal análise decorre de uma tomada de decisão que não é nem “natural” nem óbvia. **Decidir que o âmbito adequado da análise é o da política (e considerar os outros aspectos como temas em seu interior, eventualmente, saberes aos quais se apela) e não, por exemplo, o dos saberes (no interior do qual a política seria um dos aspectos, uma prática à qual se apela) não é trivial.** É tanto uma forma de ‘ver as coisas’ quanto uma decisão de pesquisa. Talvez, no presente caso, uma tomada de decisão sobre a relevância da política. (*ibid.*, p.312, grifos meus)

Vê-se, assim, que mesmo discursos profundamente inscritos em uma tradição política poderiam ser definidos em termos de saberes – falar-se-ia assim, em campos de saber, no interior do qual seria possível pensar em duas formações discursivas, uma de direita e outra de esquerda. Tal proposta é válida se considerarmos, como ponderam os autores, que é possível assumir uma ideologia de direita ou de esquerda a respeito de temas diversos, como o aborto, o meio ambiente, o ensino, as leis...

Retomando, uma vez mais, a análise desenvolvida por Maingueneau a respeito da polêmica entre jansenistas e humanistas devotos, é interessante notar como o autor define seu corpus no que diz respeito à sua localização no interdiscurso. Tendo definido os dois posicionamentos que analisa como pertencentes aos discursos devotos, Maingueneau tece os seguintes comentários, que revelam aspectos importantes do processo de delimitação de fronteiras no interdiscurso:

Tivemos constantemente que construir e manipular tais unidades discursivas, mas sem poder, frequentemente, legitimá-las. Falando de uma ‘corrente’, de um ‘movimento’... postulava-se a existência de uma zona de regularidade semântica para além da

heterogeneidade dos tipos de textos, dos autores, de sua dispersão no tempo e no espaço. O que tentaremos fazer é justamente atribuir um fundamento a tais unidades, negligenciada demais pelos analistas de discurso [...] Por sua função [“ensinar aos fiéis quais são os comportamentos que eles devem adotar para viver cristãmente em uma sociedade determinada”], esses textos devotos têm uma posição de encruzilhada. Eles têm a ver com a teoria da literatura, com a teologia, com a história da filosofia, com a sociologia... Da mesma forma, estão destinados a construir redes de sentido que especifiquem uma relação global com o mundo através de um conjunto de temas que eles devem integrar, a articular elementos que estão engrenados às regiões mais diversas. Uma tal integração supõe que eles dispõem de formas suficientemente flexíveis para assegurar tanto a coesão do discurso quanto sua abertura para esse interdiscurso que os envolve e que eles envolvem. (Maingueneau, 1984: 31)

A respeito desta (longa) citação, chamo atenção para dois aspectos, intimamente relacionados, que me parecem de extrema relevância neste momento:

- a) O primeiro deles é a respeito das tomadas de decisões a que o analista é obrigado a fazer. No caso do jansenismo e do humanismo devoto, trata-se de discursos situados, indiscutivelmente, no campo religioso. Mas tal delimitação mostrou-se insuficiente, levando o autor a definir um recorte que lhe pareceu mais pertinente: dentre “tudo” que é possível falar em termos de religião, foram escolhidos os discursos definidores das práticas que “transformam” um “sujeito” em um “fiel”. Mas esses discursos são atravessados por discursos advindos de outros campos, como o literário e o filosófico, por exemplo...
- b) ... o que coloca em evidência como as fronteiras são permeáveis e, em última instância, são, realmente, um modo (historicamente fundado, é sempre bom frisar) “de ver as coisas”.

Vê-se, assim, que refletir sobre as unidades de análise pertinentes para a AD traz à tona a “porosidade” que caracteriza as fronteiras de tais unidades e a heterogeneidade irredutível dos discursos.

Em relação ao corpus desta pesquisa, como vimos até este momento, foi possível

identificar um *espaço discursivo* no interior do qual estão pelo menos *dois posicionamentos* em confronto – um laico e um católico – que se consideram, cada um por motivos específicos, os mais aptos a orientar as pessoas em relação a práticas sexuais seguras.

Mas o que parece especialmente importante destacar é que, embora sejam posicionamentos situados em campos diferentes, eles polemizam entre si. O posicionamento católico está associado ao campo religioso. Acredito não ser falta de rigor teórico afirmar que identificar esse fato não requer análises muito rigorosas. Vou assumir que as condições de produção expostas no *Capítulo 2* já indicam de forma suficientemente clara tal pertencimento.

No entanto, em relação ao posicionamento laico, as coisas são um pouco mais complexas. Da perspectiva laica, a ciência e a lei e os direitos humanos são evocados para legitimar uma proposta justa – democrática – cientificamente embasada¹⁷. O argumento definitivo do enunciador laico é que a sua proposta de educação sexual é a implementação de diretrizes debatidas e aceitas pelos países que participam da ONU – ou seja, é uma proposta pautada nos direitos sexuais e reprodutivos – e que todo e qualquer país democrático deve seguir. O resultado desta relação entre discursos provenientes de diversos campos é uma política pública de educação sexual que toma corpo, com maior visibilidade, na área da saúde, mas também na área da educação.

Assim, este posicionamento, cujas produções são geridas pelo Estado brasileiro, constitui-se por meio da filiação a diversos campos, sem que nenhum deles seja, de fato, dominante. Seria possível, ainda, considerar relevante o campo político, na medida em que tal proposta pode ser associada, conforme Possenti & Motta, a um discurso mais à direita ou mais à esquerda do espectro político (sem que haja, necessariamente, uma questão partidária envolvida, embora possa tê-la).

Em termos de campos discursivos, o que se pode observar, portanto, é que este espaço é um intercruzamento de discursos oriundos de pelos três campos consolidados: o religioso, o jurídico, o científico. Ademais, entram em cena dois discursos que não representam um campo, mas que exercem papel fundamental nesta dinâmica discursiva: um discurso educacional e o das Organizações Internacionais, especialmente da ONU, que é,

¹⁷ A análise da intertextualidade que caracteriza ambos os posicionamentos será apresentada no próximo capítulo. Dado que o objetivo, neste momento, é definir os campos em questão nesta polêmica, solicitarei que o leitor confie nas afirmações que farei, por ora, sem análises muito detalhadas.

ele também, fundado nos campos científico e jurídico.

O que parece acontecer, neste caso, é uma aglomeração de discursos em torno de uma temática específica, que um dado recorte do interdiscurso permite identificar. Dada a relevância das práticas sexuais dos indivíduos (por motivos médicos, econômicos, sociais, morais...), diversos enunciadores elaboram sua “teoria” a respeito do que seja o melhor a ser feito quando o objetivo é ter uma vida sexual plena, segura, saudável. Ou seja, um espaço em que muitos discursos convergem para definir verdades a respeito das práticas sexuais dos indivíduos.

Apesar de não compartilharem, efetivamente, um mesmo campo, o discurso laico e o católico polemizam, nos termos de Maingueneau, porque se situam em um mesmo espaço discursivo – o que é possível porque disputam a palavra verdadeira a respeito da sexualidade humana. E, por sua vez, isso só é possível porque a sexualidade humana é, como afirma Foucault (1976a, b), uma encruzilhada, um ponto de encontro de diversos discursos e um ponto de disputas. Ou seja, esses discursos, que estão associados a diferentes campos, atravessarão uns aos outros quando o tema em questão é a sexualidade humana.

CAPÍTULO 4

A polêmica e a semântica global

Nos três capítulos anteriores, foram explicitados conceitos e decisões metodológicas cruciais para a formação do corpus e também para a sua descrição. Isto é, o objetivo, até agora, foi explicitar a mobilização teórica necessária para poder trabalhar com este conjunto de textos a partir de uma teoria discursiva. Assim, se até agora as reflexões foram em torno de uma organização externa, por assim dizer, deste conjunto de textos, a partir de agora a perspectiva de observação será outra. Nos próximos capítulos, as análises terão como objetivo mostrar como estas duas propostas de educação sexual – a laica e a católica – mantêm entre si uma relação polêmica. Para tanto, as análises se voltarão para a organização interna aos textos que compõem o corpus, buscando indícios, na materialidade linguística, desta polêmica constitutiva.

O estudo da polêmica é um campo fecundo para os estudos discursivos, já que este modo de relação entre discursos divergentes afeta de modo relevante as diversas instâncias discursivas. No que concerne às condições de possibilidade de um discurso, a polêmica atua como um “motor de produção” de um grande conjunto de textos em que dois ou mais posicionamentos se colocam em um confronto mais ou menos explícito em torno de um tema ou questão. Mas ela também atua, segundo proposta de Maingueneau (1984), na *gênese dos discursos*, sendo elemento fundador e constitutivo de um dado posicionamento discursivo (voltarei a esta proposta adiante). A polêmica traz consequências também para a superfície discursiva, deixando “um rastro” de formas linguísticas em boa medida estáveis, constantes e que fazem com que um texto seja facilmente identificado como um texto polêmico por uma dada comunidade linguística.

Nos estudos linguísticos, há diversas abordagens da questão. Quero, no momento, retomar duas delas: a pragmática de Dascal (de forma mais resumida)¹⁸ e a discursiva de Maingueneau (sobre qual me debruçarei mais demoradamente). Dascal (1994) propõe uma tipologia geral das polêmicas. Para o autor, dada a diversidade de formas de polemizar –

¹⁸ Inserir Dascal neste trabalho pode parecer um “desvio” de quadro teórico, desnecessário ou sem sentido. No entanto, tomar conhecimento de sua proposta foi uma etapa importante no meu próprio processo de compreensão das especificidades da polêmica tal como definida por Maingueneau. Diante disso, tomei a liberdade de inserir esta pequena digressão no texto da tese, que se estende pelos próximos 3 parágrafos.

que inclui brigas de casais, debates políticos e científicos, resenhas de livros e as respostas às eventuais críticas, etc. – para que a polêmica possa funcionar como uma categoria de análise efetiva, é preciso organizá-la levando em conta a variação dos contendentes e dos temas em questão, sua duração ao longo da história e a possível (ou impossível) solução da divergência. Sua proposta é, então, que a *família dos fenômenos discursivos dialógicos polêmicos* pode ser subdividida em três categorias específicas: as *discussões*, as *disputas* e as *controvérsias*.

As *discussões* são um tipo de polêmica em torno de uma questão bastante específica e a possibilidade de erro é admitida por todos os envolvidos. Os interlocutores compartilham hipóteses e fundamentos e buscam, efetivamente, encontrar um ponto de acordo, o que possibilita que esse tipo de polêmica chegue a uma solução reconhecida pelos dois lados da contenda. Já as *disputas* são, segundo o autor, “diálogos de surdos”, em que os atores da polêmica não tomam por base qualquer convenção racional, mas argumentos pseudo-lógicos. O tema em questão é bem circunscrito, como nas discussões, mas nenhum dos adversários admite a possibilidade de erro; de fato, para os envolvidos em uma disputa, sua causa é uma diferença de sentimentos ou opinião. Não há qualquer embasamento ou procedimento compartilhado e cada um dos opositores vê na discordância do outro um sintoma de doença ou desvio moral. Dado que o objetivo é vencer a qualquer custo, são impossíveis de serem solucionadas, embora possam ser simplesmente dissolvidas no tempo ou deixadas de lado pelos envolvidos na questão. Por fim, as *controvérsias* são aquelas polêmicas longas, declaradas e recicláveis ao longo da história. Ocupam uma posição intermediária entre as disputas e as discussões; uma de suas principais características é que têm início com um tema bastante delimitado que rapidamente se expande e revela divergências profundas e longevas. Essa expansão inclui uma evolução temática que não raramente acaba fazendo com que a questão inicial seja deixada completamente de lado. Esses *problem shift* não são marcados como digressões pelos participantes da controvérsia, o que indica que são percebidos como diretamente pertinentes ao tema que originou o desacordo.

Dascal está situado, como já dito, no campo dos estudos pragmáticos e seu foco é tanto nas estratégias linguísticas em jogo em uma polêmica (seja de que tipo for), assim como em seu papel crucial nos estudos epistemológicos. De fato, o autor, no texto que cito

aqui (Dascal, 1994), pensa tais categorias aplicadas ao campo científico. Na verdade, a taxinomia da polêmica descrita acima (de maneira resumida, certamente) é geral e aplicável a qualquer confronto de opiniões, argumentos e teorias. Mas o autor chama a atenção para o papel relevante que essas categorias desempenham nas mudanças conceituais, metodológicas e teóricas da ciência. Conforme assinala, da perspectiva teórica de Popper, por exemplo, as discussões seriam tipicamente científicas, enquanto que as disputas, essencialmente ideológicas. Por outro lado, um kuhniano reconheceria as discussões como características de períodos intra-paradigmáticos e as disputas, de períodos de “ciência extraordinária”, isto é, de mudanças de paradigmas. Com isso, Dascal chama a atenção para a exclusão das controvérsias do campo científico, o que, para o autor, sinaliza uma negligência dos estudos epistemológicos ocupados com a formação, evolução e avaliação das teorias científicas.

Também Maingueneau debruçou-se sobre a questão, porém de outra perspectiva teórica – embora haja vários pontos de contato entre sua abordagem e a de Dascal. Em *Gênese dos Discursos* (1984), Maingueneau trabalha com a hipótese de que a relação polêmica entre os discursos materializa na superfície discursiva uma organização cujas bases estão no interdiscurso. Assim, sua proposta é a de que estudar os discursos polêmicos é um modo eficiente de entender o funcionamento deste “antes e alhures” que diferentes vieses teóricos entendem como dado.

A noção de interdiscurso é um conceito presente na AD francesa desde seus primórdios e sofreu revisões ao longo da história desta disciplina. Ainda que inicialmente a interdiscursividade tenha sido concebida como um espaço de relações estruturais (cf. Pêcheux, 1969, 1983), a problemática da inter-relação entre discursos é um tema essencial para a Análise de Discurso. Michel Pêcheux, no texto ADD-69, ao tratar das relações de sentido que há entre os diversos discursos, afirma: “tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima” (Pêcheux, 1969:77). Mesmo não se tratando ainda da relação constitutiva que amarra intrinsecamente o Mesmo e o seu Outro, a remissão a *um antes e um alhures* que caracteriza o funcionamento discursivo é uma questão teórica central para a AD.

Será na terceira fase da Análise de Discurso (AD-3) que o primado do interdiscurso ocupará um papel central nos estudos discursivos. Seguindo a proposta de uma teoria das *heterogeneidades discursivas*, tal como apresentada por Authier-Revuz (1982, 1990), os discursos são concebidos, de fato, como ancorados *em sua totalidade* fora dos sujeitos. A autora propõe – a partir de uma perspectiva fundada no dialogismo dos estudos do Círculo de Bakhtin e na teoria do inconsciente da psicanálise lacaniana (releitura de Freud por Lacan) – dois conceitos: a *heterogeneidade mostrada e a constitutiva*, centrais na definição de interdiscurso, a fim de descrever duas formas em que o *Outro* é atualizado no discurso do *Mesmo*. Trata-se de uma proposta que visa explicar esta presença inevitável de elementos que vêm de um outro lugar que não o sujeito da enunciação – seja do interdiscurso (em sua relação com a história) ou do inconsciente – sendo que as formas da heterogeneidade mostrada são manifestações de “diversos tipos de ‘negociação’ do sujeito falante com o que eu chamo de heterogeneidade constitutiva” (Authier-Revuz, 1982:11). A teoria do interdiscurso desta terceira fase define-se nesta perspectiva da heterogeneidade constitutiva, amarrando, numa relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro. Trata-se, enfim, da presença constitutiva e nem sempre explícita do *Outro* em todo e qualquer discurso, por meio de uma relação íntima e fundamental que se dá entre uma pluralidade de vozes sociais.

É neste movimento que se insere a proposta de Maingueneau, que, tendo em vista tornar o conceito de interdiscurso operacional, subdivide-o em *universo, campo e espaço discursivos*, como vimos no *Capítulo 3*. Essa divisão do interdiscurso é uma das consequências, por assim dizer, da proposta de Maingueneau de colocar em discussão o conceito de interdiscurso, que embora central para a AD, tem frequentemente sido considerado como ponto de partida ou um axioma. Não por acaso, o autor acaba por imprimir um deslocamento conceitual importante ao tornar a noção de interdiscurso uma ferramenta de análise bastante eficaz para o analista preocupado em definir tanto os traços que tornam um discurso aquilo que ele é como as relações que ele mantém com seu “exterior” – dois movimentos que são, para Maingueneau, indissociáveis.

O interdiscurso será, assim, uma rede de trocas na qual diferentes discursos se constituem. É neste sentido que a noção de campo e espaço discursivos se mostram pertinentes, já que delimitam uma região específica do interdiscurso – e não sua totalidade

– para que o analista observe e descreva as relações que um dado posicionamento mantém com outros posicionamentos vizinhos. Sendo uma rede de trocas definida *a priori*, cada discurso tem sua gênese atrelada a um conjunto de outros discursos com quem mantém relações de aliança, apoio mútuo ou, no caso de uma relação polêmica, de rejeição e combate – que, veremos, nem sempre é explícita. Dado que o interdiscurso precede todo e qualquer discurso, Maingueneau vai falar em termos de uma polêmica constitutiva. Desta forma, os discursos não se constituem enquanto uma unidade autônoma para depois estabelecerem conexões com uma *exterioridade* – mas, *eles já nascem inter-relacionados*. Por isso, “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos”, o que, em termos de gênese, “significa que [os discursos] não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas que eles se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Seria a relação interdiscursiva, pois, que estruturaria a identidade” (Maingueneau, 1984: 21).

Assim, nesta proposta que leva às últimas consequências a ideia de que é a partir dos contrastes que as identidades podem se constituir, uma atenção especial é dada à relação polêmica – que é, como já dito anteriormente, definida na “origem” de um discurso, isto é, é definida no interdiscurso. Portanto, a polêmica não é, para este autor, apenas uma controvérsia violenta, mas um fenômeno discursivo que evidencia as relações explícitas entre dois posicionamentos em disputa por um espaço discursivo legítimo.

Tendo como hipótese central o primado do interdiscurso sobre o discurso, e “selecionando” como “estudo de caso” a relação entre o jansenismo e o humanismo devoto na França do séc. XVII, o autor propõe uma metodologia de análise que tem por base a ideia de que todo discurso é organizado por uma grade semântica única que organiza a identidade discursiva e que manifesta relações oriundas do interdiscurso. O autor pensa, assim, o funcionamento discursivo em termos de uma *semântica global*, noção que se constrói, basicamente, a partir da refutação da ideia de que o discurso se organiza em camadas: primeiro um tema, depois um gênero, depois um vocabulário, até que se chegue à totalidade de um texto ou conjunto de textos. Ao invés de um esquema como esse, a proposta é de que tudo emerge simultaneamente, de acordo com uma semântica global. Neste contexto, o discurso, em todas as suas dimensões, é globalmente e simultaneamente

causa e efeito de um sistema de restrições semânticas.

Quando Maingueneau fala do discurso “em todas as suas dimensões”, esta expressão deve ser entendida o mais “literalmente” possível. Desta perspectiva, a grade semântica de um discurso não rege apenas a organização dos sentidos profundos que seriam materializados textualmente *a posteriori* ou, por outro lado, apenas sua organização textual, a “superfície discursiva” (estruturas sintáticas, léxico, temas, seus modos de referenciação internos e gêneros privilegiados). A noção de uma semântica global tem por base a idéia de que tudo em um discurso é interdependente, indissociável e converge para tornar o discurso aquilo que ele é. Sendo assim, aspectos extra-linguísticos, como os modos de produção e circulação de seus textos, são tão relevantes quanto os textos em si. De fato, a radicalidade desta proposta está na afirmação definitiva de que não há um lugar onde a especificidade de um discurso se condensa: “não há mais, então, lugar para uma oposição entre ‘superfície’ e ‘profundeza’, que reservaria apenas para a profundeza o domínio de validade das restrições semânticas” (*ibid.*, p.23).

Assim sendo, esta grade semântica estabelece, também, as regras de *interincompreensão generalizada* que existe entre dois posicionamentos em disputa em um dado espaço discursivo – como parece ocorrer com os discursos laico e católico. Em outras palavras, o sistema de restrições semânticas não estabelece apenas o que pode e deve ser dito e como tais enunciados devem ser materializados e postos em circulação pelos sujeitos que aderem a um dado posicionamento, mas também o seu modo de coexistência com outros posicionamentos do campo e do espaço do qual fazem parte.

O discurso será, assim, a articulação de um sistema de restrições semânticas com o conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema, em uma conjuntura histórica específica. Uma proposta como essa pressupõe uma metodologia de pesquisa, que pode ser resumida da seguinte forma: a partir de um conjunto finito de enunciados representativo de um discurso – o corpus de pesquisa propriamente dito – é possível “extrair” um conjunto de regras que subjazem a estes enunciados. Esse conjunto de regras, poucas e simples, compõe o sistema de restrições semânticas próprio de um discurso. A “incorporação” desse sistema de regras por sujeitos que aderem ao discurso os tornarão “capazes” tanto de produzir e reconhecer os enunciados compatíveis com seu posicionamento discursivo, quanto de recusar aqueles provenientes de posicionamentos

antagonistas. Assim, essa *vocação enunciativa* de que são dotados os enunciadores de um dado discurso resulta exatamente da assimilação, em boa medida inconsciente, deste sistema de restrições.

Uma vez que esse sistema funciona como um operador de coesão semântica, somos facilmente levados a concebê-lo como a “essência” do discurso, ou ainda, como sua estrutura profunda, uma “central” que, ao “armazenar” princípios semânticos, “emitiria” as regras de formação de enunciados compatíveis com um dado posicionamento discursivo. No entanto, seguindo a lógica de uma semântica global, esse sistema configura-se como mais uma dimensão discursiva. Não há, segundo essa abordagem global, uma hierarquia de níveis, mas sim, em uma conjuntura história específica, todos os planos discursivos atuando simultaneamente para que um discurso seja o que ele é.

Afirmar que essa grade define também o modo de coexistência de um discurso com os outros do campo implica que ela define não apenas os traços positivos de um discurso (temas, organização retórica, gêneros privilegiados, modos de circulação, etc.), mas também os negativos (isto é, aquilo que o discurso rejeita) – sendo que estes últimos são exatamente aqueles traços atribuídos ao discurso com o qual é mantida uma relação polêmica. Assim, um discurso só enxerga aquele com o qual polemiza através de sua própria grade semântica, o que faz com que o Outro da polêmica nunca seja visto tal como ele é, mas sempre e inevitavelmente sob a forma de um simulacro. Esta grade semântica funciona, neste sentido, como um filtro através do qual o Mesmo vê o Outro. É postulada, assim, a hipótese de uma *interincompreensão constitutiva e regrada*, que faz com que o Mesmo se constitua a partir desta relação polêmica com o seu Outro. Por isso, a relação polêmica, nesta proposta, é inescapável e insolúvel, uma vez que está nos fundamentos de um discurso e é definidora de uma identidade. Nas palavras de Maingueneau (1984: 39),

No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. É o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte do sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para construir sua identidade.

Vê-se, assim, que, embora o aspecto descritivo da proposta de Dascal coincida, em alguma medida, com aquilo de que se ocupa Maingueneau, os dois autores se distanciam radicalmente quando tratam de explicar “as causas” do relacionamento polêmico. Como vimos, para Maingueneau, há um mecanismo interdiscursivo anterior ao discurso que organiza tanto o modo como os adversários se relacionam como os aspectos textuais implicados numa contenda. Já Dascal trata a polêmica como algo que se institui de fora de um dado discurso e que mobiliza sujeitos que escolhem certas estratégias para combater seu adversário.

Outra diferença importante são os tipos de discursos passíveis de se tornarem polêmicos que cada um desses teóricos analisa. Ainda que Dascal afirme que sua proposta possa ser aplicada para explicar o funcionamento polêmico em geral, na verdade ele acaba por voltar sua atenção especialmente para as polêmicas típicas do campo científico. Maingueneau, por sua vez, ocupa-se de discursos essencialmente ideológicos:

A problemática do historiador das ciências parece um pouco diferente. Certamente, tanto de um lado quanto do outro, põe-se um problema de tradução entre sistemas que pretendem pertencer a um mesmo campo, falar da ‘mesma’ coisa com as ‘mesmas’ palavras, mas os discursos que nós consideramos não estão submetidos à dialética do progresso científico. Existe, de fato, uma dissimetria radical entre uma teoria ‘restrita’ [de Galileu ou Newton, por exemplo] e uma teoria ‘ampla’ [de Einstein, para pensarmos em uma disciplina como a física], na medida em que a teoria restrita não pode integrar a teoria ampla; no caso de discursos políticos, religiosos, filosóficos... uma tal dissimetria não existe, e cada discurso pode integrar seu Outro e ser integrado por ele, em uma reversibilidade essencial. (*ibid.*, p.106)

Mas, para além dos diferentes tipos de discursos de que se ocupam os dois autores para elaborarem suas propostas teóricas, há uma questão fundamental que as diferencia: cada uma delas é desenvolvida em quadros teóricos distintos, a AD e a Pragmática. O sujeito da pragmática é um sujeito livre, que tem opiniões, que escolhe suas estratégias para combater seu adversário e que pode, eventualmente, ser convencido de que está errado; o sujeito da AD, por sua vez, é um sujeito clivado, dividido, que nem sempre está no controle

de sua fala e que tem suas margens de escolha bastante restringidas pelo interdiscurso e pelo posicionamento discursivo ao qual adere – que, como vimos, define não apenas o que e como falar, mas com quem e como polemizar. Em última instância, o acordo seria impossível, na medida em que aceitar o próprio erro implica a dissolução da identidade discursiva.

Retomar Dascal, ainda que superficialmente, teve como objetivo principal colocar em evidência uma característica central da proposta de Maingueneau que faz com que sua forma de modelizar a relação entre discursos seja bastante específico. Como vimos, para este autor, quando se trata de considerar a polêmica entre discursos essencialmente ideológicos, o que se deve considerar, do ponto de vista da análise, é um processo que se constitui *a priori*, isto é, que está nas origens de um discurso, delimita uma identidade no interdiscurso e é insolúvel.

4.1 A intertextualidade

Como vimos, assumir a ideia de que os discursos se organizam conforme uma grade semântica única significa assumir, igualmente, em termos de análise, que não uma dimensão do discurso em que o significado é condensado, o que significa que não é possível apreender o discurso “privilegiando tal ou tal de seus ‘plano’, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (*ibid.*, p.79).

A seguir, analisarei o modo como cada um dos posicionamentos analisados faz referência a outros discursos. Maingueneau (*ibid.*) falará, para tratar da presença destes outros enunciadores num determinado discurso, em *intertexto* e *intertextualidade*, definindo entre eles a seguinte diferença: enquanto o primeiro conceito diz respeito ao conjunto de fragmentos efetivamente citados pelos enunciadores de um dado discurso, o segundo refere-se ao sistema de regras implícito às relações intertextuais consideradas legítimas pela *competência discursiva*. Este conceito, o de competência discursiva, é “o outro lado da moeda” do sistema de restrições semânticas. Insere-se, portanto, no contexto de uma semântica global e refere-se ao domínio tácito que os sujeitos têm das regras de formação de enunciados legítimos do seu posicionamento discursivo. Esta competência lhes permite tanto produzir e reconhecer os enunciados que estão em conformidade com o sistema de

restrições do discurso do qual são enunciadores, como recusar aqueles que são incompatíveis, isto é, pertencentes a posicionamentos antagonistas. É importante lembrar que esta noção de competência discursiva se insere em uma teoria do discurso que busca articular língua e história e que, portanto, diz respeito ao modo como um enunciador se apropria da língua (do sistema linguístico) para produzir enunciados típicos de seu posicionamento discursivo numa dada conjuntura histórica. Dito de outro modo, não se trata de uma competência inata e puramente linguística, mas de processos linguísticos e discursivos em sua articulação intransponível com a história.

Além disso, o autor distingue entre uma *intertextualidade interna*, para definir as relações de um discurso com outros do mesmo campo, e uma *intertextualidade externa*, quando as relações são com discursos de outros campos. No entanto, é preciso salientar que não é qualquer alusão a outros discursos que poderá ser identificada como resultado da intertextualidade. Ora, se o Mesmo só pode enxergar o Outro sob a forma do simulacro, só serão indícios de intertextualidade fragmentos de discursos cuja ideologia é a mesma ou que versam sobre aspectos externos à polêmica. A presença do Outro da polêmica e dos discursos com quem tem relação de afinidade (ou seja, que aderem ao mesmo discurso) serão, sempre, simulacros do Outro. Como afirma Silva (2006: 223), “os textos citáveis por um dos lados da polêmica serão sempre recusados (seja pelo silenciamento ou pela repetição em forma de simulacro) pelo outro”. Trata-se, assim, de dois processos que resultam da mesma grade semântica.

A seguir, veremos, assim, aspectos relevantes da intertextualidade característica do posicionamento laico e do posicionamento católico, respectivamente.

4.1.1 *Lei, verdade e direitos humanos*

No Brasil, as diversas campanhas que estão em andamento há mais de uma década (e que compõem parte do corpus desta pesquisa, apresentado no *Capítulo 1*) se enquadram na perspectiva da educação sexual como um direito de todo cidadão e um dever do Estado. Deste modo, a garantia das condições para que as pessoas exerçam a sexualidade de maneira responsável e segura instaurou-se como um dever de todo governo comprometido com os direitos humanos e com o bem-estar e saúde de sua população. As ações que visam

implementar as políticas públicas voltadas para educação sexual se organizam, basicamente, em torno de três “frentes” indissociáveis e que se sustentam mutuamente: i) atendimento médico adequado; ii) elaboração de leis, portarias e todo um corpo constitucional que busca garantir e promover políticas públicas de educação sexual; iii) divulgação da informação e conhecimento necessários para que as pessoas vivam “adequadamente” a sexualidade. Das duas primeiras frentes, resulta uma grande quantidade de materiais voltados para um público especializado (profissionais da saúde e da educação, gestores, secretários, etc.); da terceira, um outro tipo de material, cujo público-alvo são parcelas diversas da população e que divulgam, de muitas maneiras, práticas associadas aos direitos sexuais e reprodutivos (anticoncepção, planejamento familiar, uso de preservativos, tratamento de doenças sexualmente transmissíveis e sua prevenção, etc.)

A primeira (e longa) série de exemplos que veremos a seguir tem como objetivo mostrar como essa associação entre sexualidade e direito, e mais especificamente, direito humano, é explicitada em praticamente todos os materiais selecionados. É como se não bastasse apenas informar como evitar DST e gravidez indesejada, por exemplo, ou como os profissionais da saúde e educação devem lidar com aspectos da sexualidade de seus pacientes e alunos; é preciso que tais informações, para serem válidas, estejam associadas à noção de *direito*.

5. O objetivo deste documento [PCN/Orientação Sexual] está em promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como pais e responsáveis, **com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica no desenvolvimento dos alunos, levando em conta os princípios morais de cada um dos envolvidos e respeitando, também, os Direitos Humanos.** (PL_01)
6. Ao tratar do tema *Orientação Sexual*, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o **direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade.** (PL_02)
7. **A Orientação Sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos.** Estes dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários

para implementar suas decisões. **Esse exercício depende da vigência de políticas públicas que atendam a estes direitos.** (PL_02)

8. É assegurado seu **direito [da adolescente] ao atendimento pré e pós-natal durante a gravidez, parto e pós-parto** para garantir sua saúde e a de seu bebê. (PL_03)
9. Esta caderneta de saúde foi feita para apoiar você nesse processo de autodescoberta e autocuidado. Ela ajudará você a acompanhar as transformações que ocorrem em seu corpo, **a se informar sobre os seus direitos como adolescente.** E não é só isso! Ela traz também dicas de como evitar doenças e fala sobre os cuidados que você precisa ter com seu corpo. Isso não é legal?! (PL_04)
10. A garantia dos **direitos sexuais** e dos **direitos reprodutivos** dessa população [de adolescentes e jovens] é uma questão de **direitos humanos...** (PL_05)
11. **Este marco expressa o compromisso do Governo Brasileiro** com a superação das desigualdades e **com a garantia dos direitos humanos de adolescentes e jovens no País,** a partir de um amplo e profícuo debate. (PL_05)
12. Todas as pessoas têm **direito de ter uma vida sexual saudável e prazerosa.** Assim, elas não devem aceitar abusos, violências ou sexo forçado. (PL_06)
13. **O planejamento familiar é um direito sexual e reprodutivo** e assegura a livre decisão da pessoa sobre ter ou não ter filhos. (PL_06)
14. Este caderno, que integra a série *Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos*, destina-se a homens e mulheres, adultos e adolescentes, e **tem o objetivo de oferecer informações sobre direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais. O Ministério da Saúde empenha seus esforços e recursos visando à garantia de direitos e a uma sociedade mais justa e igualitária.** (PL_07)
15. O direito à vida, à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, o direito ao afeto e à **livre expressão da sexualidade estão entre os Direitos Humanos fundamentais.** (PL_07)
16. O que são **direitos sexuais** e **direitos reprodutivos?** São **Direitos Humanos** já reconhecidos em leis nacionais e documentos internacionais. (PL_07)
17. A livre orientação sexual é um **direito fundamental de toda cidadã.** (PL_08)
18. Homossexualidade não é doença, nem crime: todas as pessoas têm **direito ao amor** e, também, **de escolher a pessoa que vai estar ao seu lado,** independentemente do sexo,

da cor ou da religião. (PL_08)

19. **A livre orientação sexual é um direito fundamental** de toda cidadã. Sentir atração afetiva e/ou sexual por mulheres não é uma questão de opção ou de escolha, assim como as pessoas não são heterossexuais porque escolheram ser. (PL_08)
20. **O Governo brasileiro pauta-se pelo respeito e garantia aos direitos humanos, entre os quais se incluem os direitos sexuais e os direitos reprodutivos**, para a formulação e a implementação de políticas em relação ao planejamento familiar e a toda e qualquer questão referente à população e ao desenvolvimento. (PL_09)
21. O documento *Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo* apresenta as **diretrizes do Governo para garantir os direitos de homens e mulheres, adultos(as) e adolescentes, em relação à saúde sexual e à saúde reprodutiva**, enfocando, principalmente, o planejamento familiar. (PL_09)
22. O Conselho Regional de Medicina de São Paulo, no caderno de Ética em Ginecologia e Obstetrícia, assegura que a AE [Anticoncepção de Emergência] é um **direito da mulher**. (PL_10)
23. Neste documento, tratamos do tema *Anticoncepção de Emergência*, na forma de perguntas e respostas para as questões mais freqüentes no **cotidiano destes profissionais que possuem a missão de garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e adolescentes atendidas em seus serviços**. (PL_10)
24. Você tem o **direito de estudar, de pegar um cineminha, de ter uma conta no banco, de trabalhar e de freqüentar o serviço de saúde**. Você também tem o **direito a ter informação**, e esta cartilha foi feita justamente para isso: manter você informada. (PL_11)

Em relação aos excertos acima, chamo a atenção para alguns pontos. O primeiro deles diz respeito ao fato de que esses textos, mais que divulgar informações relativas à sexualidade humana da perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos – informação sistematicamente presente nos textos analisados, conforme mostram os exemplos acima –, dão ênfase ao comprometimento do Estado com a defesa de tais direitos. Isto é, associam a existência daquilo que está sendo lido (sejam o manual dirigido aos profissionais da saúde

ou da educação, sejam as cartilhas destinadas ao público em geral¹⁹) ao empenho do Estado brasileiro em assegurar que sua população possa exercer sua sexualidade de forma segura, livre de coerções, etc. Assim, esses manuais são também, em alguma medida, relatórios elaborados pelo governo federal, uma vez que *registram* suas ações no campo da sexualidade e acabam desempenhando um papel de “vitrines” do governo no campo da sexualidade.

Isso poderia ser irrelevante, ou óbvio, já que os documentos assinados, por exemplo, nas Conferências do Cairo (1994) e Pequim (1995) (do que resulta boa parte das ações governamentais neste campo, *cf. Capítulo 1*) pelos quase duzentos países presentes definem exatamente o compromisso dos governos signatários com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Porém, em termos semânticos, trata-se de um traço pertinente deste discurso, e que se expressa, textualmente, em seus materiais e explicita laços intertextuais específicos. Além disso, é deste modo de apresentação que emerge uma imagem de Estado *comprometido*, que *empenha esforços*, que *respeita*, etc. os direitos sexuais e reprodutivos de sua população (não por acaso, os vocábulos *compromisso* – *comprometimento* – *comprometer* – *promover* – *promoção* – *respeito* aparecem com alguma insistência nos excertos acima).

Mas ainda que uma certa memória permita associar a ideia de direitos sexuais e reprodutivos – e, mais fortemente ainda, a noção de Direitos Humanos – a organizações internacionais como ONU e OMS, os documentos analisados destacam esta relação, citando, explicitamente, tais instituições. Ou seja, o exercício pleno e seguro da sexualidade é um direito não por uma idiosincrasia brasileira – o que significa, igualmente, que as ações levadas a cabo para garantir tais direitos (divulgação de métodos contraceptivos, o incentivo ao uso de preservativos, a inserção do tema “orientação sexual” nas escolas) também não o são. Assim, outro aspecto recorrente dos textos laicos analisados é a sua relação profunda com orientações formuladas por organizações internacionais, como ONU, OMS, Banco Mundial, entre outros, que emerge nos textos conforme os exemplos a seguir nos mostram.

¹⁹ A segmentação dos materiais voltados para o público em geral (para travestis, para a família, para lésbicas, para adolescentes, etc.), será objeto de análise em capítulo futuro.

25. “A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico”. (*Organização Mundial de Saúde*, 1975, citado em PL_02 para introduzir o tema “sexualidade”).
26. O Ministério da Saúde toma por base **a definição da OMS**, definindo o público beneficiário como o contingente da população entre 10 e 24 anos de idade. (PL_05)
27. As contra-indicações [relativas ao uso de anticoncepcionais de emergência por adolescentes] são **as mesmas estabelecidas pela OMS** em relação a outras faixas etárias. (PL_05)
28. Estas noções implicam uma série de acordos e metas traçadas em **Plataforma de Ação do Cairo²⁰ da qual o Brasil é signatário** e que, portanto, **orientam a implementação das políticas públicas brasileiras**. (PL_05)
29. **Nessas Conferências [do Cairo, realizada em 1994, e de Pequim, em 1995]**, os governos de vários países, entre os quais se inclui o Brasil, assumiram o compromisso de basear nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos todas as políticas e os programas nacionais dedicados à população e ao desenvolvimento, inclusive os programas de planejamento familiar. **Os princípios de Cairo e Pequim** opõem-se radicalmente à imposição de metas populacionais, conceptivas e contraceptivas. (PL_09)
30. Segundo **relatórios do Banco Mundial**, durante as últimas duas décadas, o processo de concentração de renda se acentua. (PL_09)
31. A associação mais estudada, recomendada pela **Organização Mundial de Saúde**, é a que contém etinil-estradiol e levonorgestrel. (PL_10)

²⁰ Plataforma de Ação definida na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), promovida pela ONU e realizada na cidade do Cairo, em 1994. Cf. Capítulo 1.

A presença sistemática desta voz das organizações internacionais (mesmo quando a noção de direito aparece sem que a ONU seja mencionada explicitamente) parece apontar para o fato de que fundar-se neste discurso legitimador tem uma função relevante para o discurso laico. Como vimos, da perspectiva de uma semântica global, as citações presentes em um texto são mais um índice que aponta para os fundamentos semânticos de um discurso. Os exemplos acima são indicativos de um intertexto bastante típico do posicionamento laico. As organizações internacionais e seus textos “fundadores” (conferências, relatórios, acordos e determinações de diversos tipos) são invocados e desse “processo de filiação” nasce um passado específico desse discurso. Como já vimos, um passado de luta e respeito pelos direitos humanos, sexuais e reprodutivos dos povos do mundo. E, além de definir uma *memória* específica deste posicionamento particular, esse intertexto desempenha um importante papel legitimador.

Temos, então, uma *comunidade discursiva* que se mostra comprometida com os direitos sexuais e reprodutivos e da qual faz parte uma comunidade internacional de nações que fazem o mesmo. Nas palavras de Maingueneau (2006b: 138), comunidade discursiva “designa os grupos que existem somente pela e na enunciação de textos que eles produzem e fazem circular: há a imbricação de uma certa configuração textual e do modo de existência de um conjunto definido de indivíduos”. Em relação à sexualidade humana, há uma comunidade discursiva composta por um grupo de nações empenhado em salvaguardar a sexualidade dos indivíduos. Ainda que haja instituições reais, materializadas “no mundo” – existe uma sede da ONU em Nova York, onde ocorrem reuniões com pessoas de carne e osso; existe também um Ministério da Saúde brasileiro, com ministros, secretários e uma sede em Brasília, etc. – essas instituições são indissociáveis dos discursos que produzem e fazem circular. Em termos nacionais, os textos que neste trabalho são classificados como de educação sexual, precisam ser produzidos pelo Estado para serem legítimos – já que, vale lembrar, a educação sexual, tal como apresentada pelo posicionamento laico, é um dever do Estado. Porém, é preciso que esses documentos circulem para que o governo seja efetivamente reconhecido como cumpridor de promessas feitas alhures, como é possível observar nos exemplos acima.

Vimos, até aqui, como estes materiais educativos fazem emergir uma imagem de Estado comprometido com os direitos sexuais e reprodutivos. Esse comprometimento

revela-se não apenas no relato das muitas ações que estão em andamento, mas, acima de tudo, nos próprios textos – na realidade, em todo o conjunto de materiais educativos elaborado, tanto os voltados para profissionais da saúde e da educação, quanto aqueles que se destinam ao público em geral. Estamos diante de textos que, além de contarem para seu co-enunciador que o Estado compromete-se com a defesa dos direitos humanos, são eles mesmos a materialização desse comprometimento. Estabelece-se, assim, o enlaçamento de uma representação de mundo – um mundo em que as pessoas têm direito de exercer sua sexualidade de maneira plena, livre e responsável – e de uma atividade enunciativa – através da qual o Estado cumpre seu papel de transformar o mundo neste mundo “sexualmente saudável e democrático”.

Desta forma, as práticas verbais não aparecem como um complemento das práticas burocráticas destas instituições, como resultado “a posteriori” de suas atividades ou complemento que materializa conteúdos pré-existentes; de fato, os materiais verbais são ao mesmo tempo, produto e condição de existência de tais instituições.

4.1.1.1 Os discursos constituintes: garantes da democracia

Nesta seção, meu intuito é discutir como o Estado, ao referir-se sistematicamente ao discurso das organizações internacionais, como já vimos, e ao discurso científico e ao discurso jurídico, como veremos, garante sua legitimidade, e mais que isso, associa um caráter de verdade às decisões tomadas em território nacional.

A referência a um saber do tipo científico – ou a simples asseveração de que aquilo que se lê ali tem bases científicas – é bastante comum nos textos analisados, como podemos ver nos exemplos abaixo:

32. **A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e** explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus. (PL_01)
33. A educação sexual deve incluir todos os temas que identificamos como prioridades. Além disso, **a educação, assim como a informação, deve ser laica, científica**, livre de

preconceitos, amigável e sensível à diversidade de nossas vidas. (PL_05)

34. O índice de gravidez entre adolescentes de 10 a 14 anos, **conforme explora Cvasin (2004)**, tende a ser maior nas regiões e estados em que há exploração sexual de adolescentes e jovens. (PL_05)
35. A experiência e **outros estudos (ARILHA, 1998; HEILBORN, 2002) têm demonstrado** que a gravidez pode ser uma opção para adolescentes nesta faixa etária... (PL_05)
36. Retomando as **informações da pesquisa Gravad, o percentual daquelas que interromperam temporariamente os estudos foi de 25%...** (PL_05)
37. O planejamento familiar é um conjunto de ações em que são oferecidos todos os recursos, tanto para auxiliar a ter filhos, quanto para prevenir uma gravidez indesejada. **Esses recursos devem ser cientificamente aceitos** para não colocar em risco a vida e a saúde das pessoas. (PL_07)
38. Entre as ações do Pacto, destacam-se a realização de seminários estaduais, com a presença dos municípios [...] e a realização de capacitações em atenção obstétrica e neonatal humanizada e **baseada em evidências científicas** para as principais maternidades das capitais e municípios pólos. (PL_09)
39. Os índices de mortalidade materna e neonatal de nosso País se apresentam em patamares elevados nas capitais brasileiras, para o ano de 2001, a Razão de Mortalidade Materna corrigida foi de 74,5 por 100 mil nascidos vivos, **segundo pesquisa realizada por Laurenti...** (PL_09)
40. Enquanto **método anticoncepcivo científico e aceitável**, a AE [Anticoncepção de Emergência] é algo relativamente recente. (PL_10)

Em relação ao manual “Anticoncepção de Emergência...”, a voz da ciência aparece nas 30 referências bibliográficas (um exemplo: *BRACHE, V. et al. Efecto de la administración de levonorgestrel solo como anticoncepción de emergencia sobre la función ovulatoria. Resúmenes de la XVIII reunión de la asociación latinoamericana de investigadores en reproducción Humana, Cuba, p. 28-31, 2003*). O mesmo acontece com o volume *Orientação Sexual* (PCN): ao final, há uma extensa bibliografia, que faz referência a autores como Sigmund Freud, Marta Suplicy e Marilena Chauí.

Além de muitas referências a pesquisas e a pesquisadores – ou, simplesmente, à ciência – deparamo-nos, ao ler esses materiais, com a Lei:

41. O aleitamento materno (amamentação do bebê) também é um direito. No caso de estudantes, **a escola, por lei (Lei Federal nº 6202/75), tem deveres com a adolescente grávida no período pós-parto**, como a reposição de provas, justificativa de faltas, etc. (PL_03).
42. **Além da Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei muito importante no nosso país.** Estar por dentro das leis brasileiras, respeitá-las e praticá-las é uma forma legal de você exercer a cidadania. (PL_04)
43. O Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei n.º 8.069/90 (BRASIL, 1990)**, circunscreve a adolescência como o período de vida que vai dos 12 aos 18 anos de idade. (PL_05)
44. **A Lei do Planejamento Familiar**, instituída em 1996, regulamentou o artigo da Constituição brasileira acerca do planejamento familiar, estabelecendo normas, diretrizes, condições e punições sobre a realização do planejamento familiar no Brasil. (PL_05)
45. No Brasil, **o Código Penal** contém vários artigos que tratam da violência sexual; **o Estatuto da Criança e do Adolescente protege essa população de maus-tratos e violência**, e define como a sociedade deve enfrentar e resolver o problema; **as leis federais que tratam da violência contra as mulheres e adolescentes** definem também como os serviços públicos devem tratar esta questão. (PL_06)
46. **O planejamento familiar é um direito das pessoas assegurado na Constituição Federal e na Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**, que regulamenta o planejamento familiar, e deve ser garantido pelo governo. (PL_07)
47. **ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO: “DISCRIMINAÇÃO É CRIME!”** “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (**Art. 3.º da Constituição Federal**) (PL_08)
48. Em 12 de janeiro de 1996, foi sancionada a **Lei n.º 9.263**, que regulamenta o planejamento familiar no Brasil e estabelece o seguinte **em seu art. 2º...** (PL_09)

49. A meta estabelecida para o período de 2004 a 2007 é de aumentar em 50%, em todos os estados, o número de serviços credenciados para a realização de laqueadura tubária e vasectomia, **em conformidade com a Lei n.º 9.263/96**, que regulamenta o planejamento familiar. (PL_09)
50. **A Constituição Federal inclui no Título VII da Ordem Social, em seu Capítulo VII, art. 226, § 7º, a responsabilidade do Estado no que se refere ao planejamento familiar, nos seguintes termos:** “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.” (PL_09)
51. **A Lei n.º 9.263, de 1996, que regulamenta o § 7º do art. 226 da Constituição Federal,** determina que o planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde. (PL_10)

A legitimidade que caracteriza esses discursos – científico, jurídico e das organizações internacionais – desempenha uma função essencial no posicionamento laico e é resultado da autoridade de que esses discursos são portadores. Trata-se, nos termos de Maingueneau (2006b)²¹, de *discursos constituintes* – no caso do discurso científico – ou “*pseudo-constituintes*” – no caso do discurso das organizações internacionais. Quanto ao discurso jurídico, ainda que não seja um discurso constituinte, ele representa uma voz cuja autoridade é inegável em uma sociedade como a nossa, que é a voz da Justiça.

A noção de discursos constituintes agrupa um conjunto de discursos – como o literário, científico, religioso e filosófico – que para além das características que os tornam bastante distintos entre si, possuem em comum uma dada função social e certas propriedades textuais e enunciativas que os situam na fronteira entre o mundo ordinário dos homens e o Absoluto. Servem, por isso, como legitimadores de discursos que, sendo detentores de menor autoridade, precisam remeter à ciência, à religião ou à filosofia para se mostrarem dignos de fé.

²¹ A noção foi introduzida por Maingueneau e Cossuta (1995). No entanto, as formulações presentes aqui referem-se aos artigos “O discurso das Organizações Internacionais: um discurso constituinte?” e “Discursos Constituintes” (Maingueneau, 2006b e 2006c).

O termo “discursos constituintes” refere-se, assim, a esses discursos considerados dotados de maior autoridade e que servem, por isso mesmo, de fiadores a outros discursos (o jornalístico e o político, por exemplo). Sua autoridade resulta, na verdade, do modo como eles se mostram privilegiadamente ligados a uma fonte legitimadora (no caso do discurso científico, o SABER ou a VERDADE), entidades supostamente exteriores a esse discurso, mas que, paradoxalmente, são fruto da própria enunciação. São, assim, discursos auto-fundados e auto-validados; se apresentam como discursos últimos, para além dos quais só existe o indizível. Disso resulta uma posição no interdiscurso que os distingue de outros tipos de discurso, já que não reconhecem outra discursividade além da sua: “a pretensão desses discursos [...] é de não reconhecer outra autoridade que não a sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos cima deles” (Maingueneau, 2006c: 33).

No entanto, não devemos pensar que os discursos não-constituintes não exercem qualquer influência sobre os discursos constituintes ou, ainda, que entre estes não haja interação. O que acontece, de fato, é que essa interação e influência são negadas, ainda que os discursos constituintes sejam variados e concorrentes entre si. Variedade e concorrência existente no interior, inclusive, de um mesmo campo. É o que acontece, por exemplo, no interior do campo religioso ou do científico, em que diferentes “tendências” ou “correntes” pretendem ser únicas ou superiores às outras.

E seria o discurso das organizações internacionais um discurso constituinte? Maingueneau (2006b), a partir da análise de relatórios produzidos por essas instituições, mostra que, apesar de possuir características que permitem que respondamos afirmativamente à pergunta acima, esses discursos são, em última instância, simulacros de discursos constituintes.

O autor mostra que, em muitos sentidos, o discurso das organizações internacionais possui um funcionamento enunciativo e uma função social bastante similar ao dos discursos constituintes. Abaixo, resumo as características compartilhadas entre eles:

- O público-alvo desses relatórios são, a priori, dois. O público oficial, que emerge da cena de enunciação²² construída pelo texto, que é “todo homem e mulher de boa

²² Analisar um texto mobilizando o conceito de *cena de enunciação* (Maingueneau, 1998, 2005, 2010) implica assumir que este texto não é apenas um “o que”, mas também um “como”. Isto é, o conteúdo dos enunciados

vontade, todo membro da humanidade que compreende a língua na qual o relatório é escrito” (p.139). Mas os leitores a quem esses relatórios efetivamente se destinam são os especialistas de todo o mundo, que têm poder de decisão a respeito da economia e das leis de um país, e a quem esses relatórios fornecem mais do que informações. Pensemos, por exemplo, no caso dos relatórios elaborados por essas organizações com fins de definir a sexualidade como um direito humano básico e definir, neste sentido, ações a serem seguidas por toda nação comprometida com este “bem maior”: esses textos servirão como diretrizes na elaboração de manuais, agendas, cartilhas, etc. que irão educar, informar e conduzir tanto a população em geral quanto gestores e profissionais da saúde e educação em suas práticas cotidianas. Deste modo, a esse público especializado, esses relatórios servirão como fonte legitimadora para a elaboração de novos documentos, como leis e diretrizes locais ou mesmo novos relatórios.

- A relação destes textos com a figura de autor é bastante complexa. No exemplo analisado por Maingueneau, o “Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano 2000”, publicado pelas Nações Unidas, observamos dois níveis de autoria: um prefácio assinado pelo presidente da ONU e o relatório, que é atribuído à ONU, figura institucional representante de uma coletividade indivisível. Enquanto na primeira parte existe um *eu*, na segunda o par *eu-tu* é sistematicamente apagado. No entanto, ao final do relatório, consta uma lista com os nomes daqueles que compuseram a equipe encarregada da elaboração do relatório. Maingueneau chama a atenção para a diversidade étnica dos sobrenomes, que seriam o correlato da diversidade que compõem a Humanidade. Assim, essa lista mostra mais do que a equipe propriamente dita, mas que a Humanidade, em sua diversidade, está representada no relatório. Na verdade, dentre as funções dessa lista, possivelmente a menos importante é a de identificar essa equipe. Considerando que essas organizações não representam uma nação ou uma unidade qualquer, mas sim a Humanidade em toda a sua pluralidade, esses textos

e o modo de dizer são mutuamente dependentes e é a partir desta relação que um universo de sentido se constrói em um discurso. Além disso, o cenário em que se fala, construído pela enunciação, é parte igualmente relevante deste quadro interativo, em que todos os elementos mantêm entre si uma relação de dependência e complementaridade. Para o autor, *cena de enunciação* será “uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado” (2005: 75). Este conceito será amplamente mobilizado nas análises do Capítulo 6.

apresentam-se como se fossem inspirados por um Espírito. Dessa forma, autorizam-se e conferem a si mesmos um estatuto mais nobre. Neste sentido, a comissão que o elaborou não é um conjunto de indivíduos, mas uma coletividade que “a exemplo dos concílios da Igreja, simplesmente deixou que alguma transcendência falasse por meio dela” (p.140)

- É importante notar, também, o modo como esse discurso se inscreve na língua: “na verdade, esses textos não se inscrevem na compacidade de *uma* língua, mas através de uma ‘interlíngua’, um espaço de confronto entre as variedades languageiras” (p.141). Essa interlíngua, típica de relatórios e documentos oficiais oriundos dessas organizações, dá um tom específico aos textos. A ausência de marcas de interação e de modalizações avaliativas e esse uso da língua que recusa toda estetização dão o tom pesado, “típico da ‘língua de madeira’”, a esses documentos. Desta forma, mesmo que os textos sejam escritos em inglês, russo ou francês, aparentam terem sido escritos em um idioma particular, e não em uma língua natural: “De certo ponto de vista, ele é escrito apenas no ‘código languageiro’ da ONU, o qual se caracteriza por uma pretensão ao apagamento de especificidades, sejam elas culturais ou linguísticas, como o manifesta a diversidade étnica da comissão de redação” (p.142). A ausência de especificidades, tanto da língua quanto do enunciador desses relatórios, está atrelada a um ethos neutro e cuja pureza é indispensável para que esse enunciador se apresente como “um mediador transparente entre a ONU e a humanidade que lhe dá delegação”.
- Esse discurso não pode ser considerado um discurso político, já que não se opõe a outros do mesmo campo. No campo político, diversos posicionamentos concorrentes encontram-se em disputa pela palavra verdadeira o que não ocorre com o discurso das organizações internacionais. Este goza, por definição, de um *monopólio enunciativo*. Um discurso que se pretende universal representa-se, por isso mesmo, além dos limites do político.

Estamos, enfim, diante de mais um tipo de discurso constituinte? Maingueneau afirma que responder a essa questão não é tarefa simples. Se por um lado temos um discurso que tem a pretensão enunciativa de ser constituinte e que se apresenta como tal pela maneira como se institui, por outro lado vemos que a esse discurso lhe faz falta o

Absoluto legitimador indispensável aos discursos constituintes. Segundo o autor, “o fato de que os textos das organizações internacionais sejam produzidos por uma instituição que se coloca acima de toda instituição política e possui um monopólio enunciativo permite produzir um simulacro de universalidade fundada em um Absoluto. Em nome da posição singular que as organizações internacionais ocupam no espaço das produções verbais, seu discurso não pode funcionar como um discurso político, no sentido habitual do termo, mas ele não alcança por isso o estatuto de discurso constituinte” (p.144).

Assim, ainda que pseudo-constituente, a palavra da ONU ou da OMS possui uma força legitimadora inquestionável. Nos materiais que analiso, o discurso das organizações internacionais, ao lado do discurso científico e do jurídico (ambos também invocados nos documentos elaborados pelas organizações internacionais), desempenha um papel de fiador imprescindível. Esses discursos conferem um status que faz com que o discurso sobre educação sexual do Estado se mostre, ele também, além de qualquer polêmica possível. Na verdade, a ausência da polêmica não passa de uma simulação, por assim dizer. O que parece ocorrer, de fato, é que a ausência aparente de um registro polêmico não passa de uma estratégia, também, de legitimação do posicionamento laico. É como se esses textos, por terem ao seu lado a Razão, A Justiça e a Voz das Nações, não precisassem disputar pela palavra verdadeira a respeito do que seja a melhor educação sexual.

No entanto, uma análise mais detalhada vai mostrar que a polêmica está, sim, presente nestes textos, embora de uma maneira bem mais sutil. Na realidade, a prática mesma de explicitar as razões que levam o Estado a adotar esta postura frente à sexualidade humana – explicitação essa que é quase uma *explicação* – já é um indício de que é preciso justificar-se frente ao mundo, o que já faz ouvir, de certa maneira, o eco daqueles que questionam a validade dessa proposta.

Assim, não basta distribuir preservativos e anticoncepcionais, cartilhas que explicam como a Aids é transmitida e como fazer para prevenir o contágio, nem inserir o tema “Orientação Sexual” no currículo escolar. Atitudes como essa, em uma sociedade como a nossa, devem se mostrar importantes, cabíveis, válidas. E, neste sentido, mostrar que se trata de uma proposta que tem bases científicas e jurídicas é fundamental.

Outro aspecto relevante é que essa intertextualidade múltipla, que estabelece relações entre vários campos que compartilham de uma mesma posição ideológica frente à

sexualidade humana confirma, uma vez mais, a impossibilidade de definir um campo em que esta proposta estaria situada. Como vimos no capítulo precedente, trata-se, efetivamente, de um espaço limítrofe. Disso decorre que não seria possível falar de uma intertextualidade interna na medida em que o posicionamento laico de caracteriza por estar disperso em campos que compartilham de uma mesma postura diante das práticas sexuais humanas.

Ainda com relação à função dos discursos jurídicos, científicos e das organizações internacionais no funcionamento do discurso laico, vejo aí um papel “democratizante”. Isto é, um Estado que leva em conta as descobertas científicas (no campo médico, por exemplo – ou um saber sociológico acumulado nos últimos 50 anos pelo menos a respeito da sexualidade), que cumpre a Lei e que compromete-se, diante da comunidade internacional, a fazer do Brasil um país em que os direitos sexuais e reprodutivos são respeitados – faz com que a proposta laica se mostre, além de tudo, também democrática. A proposta laica apresenta-se, assim, pela sua configuração enunciativa, como uma questão de seguir a RAZÃO e defender a JUSTIÇA.

4.1.2 Lei, verdade e a vontade de Deus

Até este momento, vimos como o Estado, para instaurar uma política de educação sexual que visa garantir que os direitos sexuais e reprodutivos sejam devidamente respeitados, recorre a discursos que circulam em dois campos específicos: o científico e o jurídico.

Veremos, agora, qual o intertexto característico dos documentos produzidos pela Igreja Católica. Como já mencionado, sua proposta de educação sexual defende que apenas a promoção da abstinência para não casados e da fidelidade entre os casais poderá garantir uma sociedade mais justa e mais saudável. Observar os textos citados (e citáveis) deste posicionamento tem como objetivo explicitar como tal proposta se justifica.

Vejamos, assim, um primeiro grupo de exemplos de fragmentos que são efetivamente citados ao longo dos textos católicos:

52. O jovem, educado na sabedoria, pode exclamar: **“Senhor, guarda-me como a pupila**

dos olhos” (Sl 17, 8).(PC_02)

53. Não à toa **Jesus Cristo fala da união para sempre do casamento entre homem e mulher**, para a busca da felicidade, que está num ideal de vida buscado perenemente. (PC_04)
54. **A Palavra de Deus** nos auxilia para valorizarmos a vocação matrimonial: **“Maridos, amai as vossas mulheres, como o Cristo amou a Igreja e se entregou por Ela... Assim é que o marido deve amar a sua mulher, como ao seu próprio corpo... Por isso o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher e os dois serão uma só carne”** (Ef 5, 25.28.31). (PC_04)
55. É verdade que a família passa por crises, mas é indestrutível por estar radicada na história da humanidade, no psiquismo humano, na cultura dos povos e nas mais diferentes religiões e **principalmente por ter origem divina (Gen 1,27)**. (PC_08)
56. A família é a instituição mais antiga da humanidade. **Constituir família é uma ordem de Deus “deixarás pai e mãe” (Gen 2, 24)**, e ainda **“não é bom ao homem estar só” (Gen 2, 18)**. (PC_11)
57. **As Escrituras testemunham** a atração irresistível que os dois sexos exercem entre si. **“Deus viu que tudo o que fizera era muito bom” (Gen 1,31)**. Pelos exemplos concretos, apontam que a sexualidade é a energia que motiva o verdadeiro progresso da humanidade. O sexo, dentro de uma reta ordem, é fator de alegria e de garantia de sobrevivência da espécie humana. (PC_14)
58. O nosso Dicastério, consciente desta dimensão familiar da educação para o amor e a recta vivência da própria sexualidade, deseja propor algumas linhas-de-orientação de carácter pastoral, **tiradas da sabedoria que provém da Palavra do Senhor e dos valores que iluminaram o ensino da Igreja**. (PC_20)
59. Todas as pessoas sabem, até por experiência, que a castidade exige que se evitem certos pensamentos, palavras e acções pecaminosas, como S. Paulo teve o cuidado de esclarecer e recordar (cf. **Rom 1, 18; 6, 12-14; 1 Cor 6, 9-11; 2 Cor 7, 1; Gal 5, 16-23; Ef 4, 17-24; 5, 3-13; Col 3, 5-8; 1 Tess 4, 1-18; 1 Tim 1, 8-11; 4, 12**). (PC_20)
60. **À luz do mistério de Cristo e da Igreja**, os pais podem ilustrar os valores positivos da sexualidade humana no contexto da inata vocação da pessoa ao amor e da vocação universal à santidade. (PC_20)

61. **Jesus**, ao jovem que o interroga sobre o que deve fazer para obter a vida eterna, **responde: “Se queres entrar na vida, observa os Mandamentos” (Mt 19, 17)**; e, depois de ter enumerado aqueles que se referem ao amor do próximo, resume-os na formulação positiva: **“Ama o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 19, 19)**. Apresentar os mandamentos como dom de Deus (**escritos pelo dedo de Deus, cf. Ex 31, 18**) e expressão da Aliança com Ele, confirmados por Jesus com o seu próprio exemplo, é muito importante porque o adolescente não os desliga da sua relação com uma vida interiormente rica e liberta de egoísmos. (PC_20)
62. O dom do sacramento é, ao mesmo tempo, vocação e dever dos esposos cristãos, para que permaneçam fiéis um ao outro para sempre, para além de todas as provas e dificuldades, **em generosa obediência à santa vontade do Senhor: “O que Deus uniu, não o separe o homem”**. (PC_20)
63. É por isso necessário que nunca falte na catequese e na formação conferida dentro e fora da família, não só o ensinamento da Igreja sobre o valor excelso da virgindade e do celibato, mas também sobre o sentido da vocação ao matrimónio, que nunca pode ser considerado por um cristão somente como aventura humana: **“Grande sacramento em Cristo e na Igreja”, diz S. Paulo (Ef 5, 32)**. (PC_20)
64. Até mesmo, **tanto na Escritura (cf. Cant 1-8; Os 2; Jer 3, 1-3; Ez 23, etc.)** como na tradição cristã sempre se viu o amor conjugal como um símbolo e uma imagem do amor de Deus pelos seres humanos. (PC_20)
65. Desde o momento em que cada criança ou jovem deve poder viver a sua sexualidade de maneira conforme aos princípios cristãos, e portanto exercitando também a virtude da castidade, nenhum educador — nem mesmo os pais — pode interferir com tal direito (**cf. Mt 18, 4-7**). (PC_20)

Nos excertos (52) a (65), as referências são, exclusivamente, às Escrituras Sagradas, e o tema em questão são sempre a família e o valor da castidade – que são, como já dito, os temas que trazem a sexualidade para o interior da Igreja. Assim, defender o matrimónio, por meio do qual se forma a família cristã, a fidelidade entre os casais e a castidade, é seguir a vontade de Deus, vontade que estaria, segundo os textos católicos, expressa na Bíblia desde o começo dos tempos (o que explica a citação abundante do Livro do Génesis).

Mas não é só às Escrituras que os textos católicos se referem para definir sua proposta de educação sexual. Os muitos documentos produzidos no interior da Igreja, especialmente pelo seu alto clero (e de preferência, por um dos papas), são invocados para confirmar uma *moralidade sexual cristã* cujas bases são a tríade *família – matrimônio – castidade*. Será nestes textos que uma proposta explícita de educação sexual será definida. Isto é, uma proposta que tem por base a palavra de Deus, mas que é aplicada a uma conjuntura social atual.

66. **O Sumo Pontífice, BENTO XVI**, no dia 29 de junho do corrente ano, ao finalizar o Ano Paulino, promulgou uma **Nova Encíclica: A CARIDADE NA VERDADE (CARITAS IN VERITATE)**, destacando em seu preâmbulo o sentido verdadeiro do AMOR, nascido do testemunho de Cristo durante sua vida terrena, mas, especialmente, com sua morte e ressurreição, o qual constitui uma força propulsora do verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade. (PC_01)
67. **[BENTO XVI] Faz, ainda, referência à encíclica *Humanae Vitae***, na qual, [é] sublinhado o significado conjuntamente unitivo e procriativo da sexualidade, pondo assim como fundamento da sociedade o casal de esposos, homem e mulher, que se acolhem reciprocamente na distinção e na complementaridade: um casal, portanto, aberto à vida. (PC_01)
68. **Pio XII, falando de Santa Maria Goretti**, também jovem virgem e mártir, afirma: “Nossa luta pela vivência da castidade também é um martírio cotidiano”. (PC_06)
69. A Igreja reafirmou este princípio em repetidos documentos. Apresentamos aqui, apenas, **um texto da *Humanae Vitae***: “A doutrina da Igreja está fundamentada sobre a conexão inseparável que Deus quis e que o homem não pode alterar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal: o significado unitivo e o significado procriador”. (PC_17)
70. [A Igreja do Brasil] Faz, também, um trabalho de prevenção, pela conscientização dos valores evangélicos, sendo presença misericordiosa e promovendo a vida como bem maior (Cf. ***Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, nº 123 - Doc 71, 2003***). (PC_17)
71. **O Santo Padre tem insistido repetidamente**: “Família, seja você mesma!” Que a família possa ser aquilo que ela realmente é, seguindo o exemplo da Família Sagrada,

modelo de todas as famílias. (PC_19)

72. **Retomando o Concílio Vaticano II, o Catecismo da Igreja Católica recorda:** “Os jovens devem ser conveniente e oportunamente instruídos, sobretudo no seio da própria família, acerca da dignidade, missão e exercício do amor conjugal”. (PC_20)
73. A sexualidade — **como diz o Catecismo da Igreja Católica** — “torna-se pessoal e verdadeiramente humana quando integrada na relação de pessoa a pessoa, no dom mútuo, por inteiro e temporalmente ilimitado, do homem e da mulher”. (PC_20)
74. **Recordemos justamente o que ensina o Santo Padre na *Familiaris Consortio*:** “A Igreja opõe-se firmemente a uma certa forma de informação sexual, desligada dos princípios morais, tão difundida, que não é senão uma introdução à experiência do prazer e um estímulo que leva à perda — ainda nos anos da inocência — da serenidade, abrindo as portas ao vício”. (PC_20)
75. De maneira positiva e prudente os pais realizarão **o que pediram os Padres do Concílio Vaticano II:** “Os jovens devem ser instruídos convenientemente e a tempo, sobretudo no seio da sua família, sobre a dignidade, a função e o exercício do amor conjugal, a fim de que, preparados no cultivo da castidade, possam passar, na idade própria, do noivado honesto para as núpcias”. (PC_20)

Percebe-se, assim, pelos excertos acima (vale ressaltar que ocorrências similares são absolutamente numerosas nos textos analisados), que a intertextualidade que caracteriza o posicionamento católico é quase exclusivamente interna. Isto é, a instância que legitima a proposta católica de educação sexual são os fundamentos da Igreja e a palavra, última e superior a tudo, de Deus. Será, portanto, por sua conexão direta e irrestrita com esta *Verdade Superior* que a proposta católica de educação sexual – que tem por base duas ações exclusivas, a fidelidade entre os cônjuges e a abstinência dos não casados – poderá ser definida como *verdadeira, legítima, natural e decorrente de um plano/projeto de Deus/de uma Lei Divina*, como podemos observar nos exemplos a seguir:

76. A castidade, enquanto virtude, nunca se reduz a um simples raciocínio sobre a capacidade de efectuar actos conformes à norma de comportamento exterior, mas exige a activação e o **desenvolvimento dos dinamismos da natureza e da graça**, que constituem o elemento principal e imanente da nossa descoberta da **lei de Deus** como

garantia de crescimento e de liberdade... (PC_20)

77. É preciso distinguir a tendência, que pode ser inata, e os actos de homossexualidade que “são intrinsecamente desordenados” e **contrários à lei natural**. (PC_20)
78. Os pais poderão pôr em realce que os cristãos são chamados a viver o dom da sexualidade **segundo o plano de Deus** que é Amor, isto é, no contexto do matrimónio ou da virgindade consagrada ou ainda no celibato. (PC_20)
79. O **método normal e fundamental** [de educação sexual de crianças e jovens], já proposto por este guia, é o diálogo pessoal entre os pais e os filhos, isto é, a formação individual no âmbito da família. (PC_20)
80. As desculpas para não se **seguirem valores inerentes à natureza e a verdades objetivas** são muitas. A título de se ser moderno ou não retrógrado **passa-se, não raro, por cima da verdade e do direito** em função do modismo ou da satisfação pessoal. (PC_04)
81. [a relação sexual] **está destinada** a unir profundamente dois seres humanos e a ser fonte da vida (PC_12)
82. É louvável um verdadeiro planeamento familiar, **sem contrariar a lei natural** (PC_13)
83. **A lei natural determina** que existe um vínculo inseparável entre a relação sexual e a transmissão da vida. Romper artificialmente essa união - como acontece no uso do preservativo - representa **uma grave infração dessa mesma lei natural**. (PC_17)
84. **A doutrina da Igreja está fundamentada sobre a conexão inseparável que Deus quis** e que o homem não pode alterar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal: o significado unitivo e o significado procriador. (PC_17)
85. O terreno bom da aceitação de uma vida em comum, no autêntico amor, tornando as pessoas responsáveis pela vocação de criar verdadeira comunhão de vida para a mútua ajuda na consecução de sua realização, **tendo em vista o projeto de Deus**, cria condições para se darem frutos bons para todos. (PC_07)
86. Pelo namoro as pessoas se preparam para **a missão de ser esposos, de formar família** e principalmente para responsabilidade e a beleza inaudita de serem pais de seus filhos. (PC_10)
87. Ele [Deus] **é o autor do matrimônio**, enquanto criador do homem e da mulher (PC_11)

88. ... o ato conjugal, ao mesmo tempo em que une profundamente os esposos, torna-os aptos para a geração de novas vidas, segundo **leis inscritas no próprio ser do homem e da mulher**. (PC_17)

89. Nada, assim, vai tirar o casal do sério de uma vida de amor e doação autênticos. Meios coadjuvantes para isso encontramos na **ordem natural e sobrenatural**: diálogo, compreensão, boa vontade, colaboração, valorização do outro, perdão, oração, meditação na Palavra de Deus, sacramentos, aceitação das observações do outro, aconselhamento...(PC_04)

Assim, uma educação sexual a favor da família e da castidade está embasada na VERDADE – não uma verdade científica, como ocorre no posicionamento laico, mas aquela que se fundamenta no *plano/projeto de Deus*; está associada, também, à LEI – mas, novamente, não à lei dos juristas, mas à *lei divina*. Portanto, esta proposta preconiza um modo de lidar com a sexualidade que, por obedecer a uma ordem superior, é a *natural*.

Mas veremos no próximo conjunto de excertos que textos de outros campos são, eventualmente, citados, como podemos observar abaixo:

90. No Brasil, **revelou a pesquisa do IPEA**, a família é o valor primordial. Vem antes da saúde, do trabalho e do dinheiro. Que assim seja. (PC_08)

91. A dimensão religiosa é parte integrante da vida humana. A transcendência, os valores perenes, a comunhão com Deus é **um dado científico da psicologia junguiana e da logoterapia de V. Frankl**. (PC_11)

92. **As ciências psicológicas e pedagógicas**, nas suas mais recentes aquisições e experiência, concordam em sublinhar a importância decisiva, em ordem a uma educação sexual harmônica e válida, do clima afectivo que reina na família, especialmente nos primeiros anos da infância e da adolescência e talvez até na fase pré-natal, períodos em que se instauram os dinamismos emocionais e profundos das crianças. (PC_20)

No entanto, textos produzidos em outros campos só são invocados quando há compatibilidade com o discurso da Igreja – o que é, aliás, previsto pela proposta teórica de

Maingueneau. A noção de intertextualidade supõe exatamente a ideia de que um discurso só cita textos que são “considerados” citáveis pela sua grade semântica. O excerto (90) acima é absolutamente representativo desta característica dos discursos, uma vez que o *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas* (IPEA) é uma fundação pública federal cujas atividades de pesquisa “fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros²³”. Assim, se as políticas públicas nacionais – o que inclui aquelas na área de saúde – utilizam dados fornecidos pelo IPEA, e, segundo informa uma pesquisa realizada pelo instituto, a família tem “valor primordial” para os brasileiros, como então o Estado justificaria uma política pública que coloca em risco algo tão valioso? O excerto (91), por sua vez, qualifica de científicos enunciados que dificilmente a ciência incorporaria e no excerto (92) o enunciado atribuído à ciência em nada difere dos enunciados produzidos pelos enunciadores católicos.

Outro campo externo ao religioso que é referido é o científico, como ocorre a seguir:

93. **A verdade cientificamente verificada** é que o uso da “camisinha” não é absolutamente seguro. **Têm-se feito inúmeras pesquisas a esse respeito nos meios científicos**, como estudos de microscopia eletrônica e testes de passagem de micro partículas. **Estes estudos feitos por cientistas europeus (por exemplo De Vicenzi²⁴) e norte-americanos (por exemplo Davis e Weller²⁵)**, entre outros, chegam a uma clara conclusão: o uso de preservativos não é confiável. (PC_17)

A referência ao discurso científico ocorre quase exclusivamente quando o tema é a confiabilidade dos preservativos. De fato, ocorrências como a que podemos observar em (93) são bastante raras. O valor da família tem bases divinas, e recorrer a um discurso externo ao campo religioso para corroborar esse valor é acessório e não configura uma

²³ Informações disponíveis no site oficial da fundação, <http://www.ipea.gov.br/portal>. Acesso em 10 jan. 2011.

²⁴ Referência tal como consta no texto original: DE VICENZI, “For the European Study Group on Heterosexual Transmission of HIV, a Longitudinal study of Human Immunodeficiency Virus Transmission by Heterosexual Partners”, in *NEJM* 331(1994)6, 341-346.

²⁵ Referência tal como consta no texto original: K. R. Davis - S. C. Weller, “The Effectiveness of Condoms in Reducing Heterosexual Transmission of HIV”, in *Farm Plan Perspectives* 31(1996)6, 272-279.

estratégia típica deste posicionamento. Entretanto, quando o tema em questão são os preservativos, a ciência ocupa um lugar de destaque.

Segundo o posicionamento católico, o incentivo ao uso dos preservativos deve ser combatido não apenas por questões morais (que veremos mais detalhadamente no próximo capítulo), mas, acima de tudo, porque *a verdade cientificamente verificada é que o uso da “camisinha” não é absolutamente seguro*, o que, conseqüentemente, faz com que *em vez de se tornar um método inibidor da doença, torna-se, de fato, um método propagador da mesma* (PC_17).

O texto *Family Values versus Safe Sex* (PC_19)²⁶ é o texto de referência no interior do posicionamento católico a respeito do tema. Em linhas gerais, o *Conselho Pontifício para a Família*, por meio das palavras de seu presidente López Trujillo, apresenta uma longa e detalhada análise de trabalhos acadêmicos que provariam que os preservativos não são seguros. As razões para isso são diversas, as quais, por sua vez, são dadas como constatadas cientificamente, conforme os exemplos abaixo:

94. Nas décadas de 1980 e 1990, alguns questionamentos a respeito da real proteção oferecida pelos preservativos surgiram a partir de estudos de microscopia eletrônica realizados com o látex, preocupação derivada do fato de o vírus da Aids ser aproximadamente 25 vezes menor que a cabeça do espermatozoide, 450 vezes menor que o comprimento do espermatozoide e 60 vezes menor que a bactéria que transmite a sífilis²⁷.
95. Começar o ato sexual sem preservativo ou retirá-lo durante o ato, não segurar adequadamente o preservativo durante a retirada, não retirá-lo com o pênis ereto, reutilizá-lo, etc., são alguns outros exemplos de uso incorreto do preservativo, os quais podem facilmente ocorrer. Um estudo mostra que, in vivo, escapar do pênis e estourar são dois problemas que somam 0.1 a 16.6% e 0.5 a 6.7% de porcentagem de falha,

²⁶ O texto analisado está em inglês e a tradução dos excertos apresentados nesta tese foi realizada por mim.

²⁷ Referência tal como conta no texto original: See for example, S. G. Arnold, J. E. Whitman, C. H. Fox and M. H. Cottler-Fox, Latex Gloves not Enough to Exclude Viruses, in *Nature* 335 (1988) 6185: 19. B. A. Hermann, S. M. Retta and L. E. Rinaldi reported in A Simulated Physiologic Test of Latex Condoms, in the 5th International Conference on AIDS, Montreal 1989 (Abstracts WAP 101), that there were relative permeability of microspheres greater than the HIV in 6 out of 69 condoms tested. See also B. A. Rozenzweig, A. Even and L. E. Budnick, Observations of Scanning Electron Microscopy Detected Abnormalities of Non-lubricated Latex Condoms, in *Contraception* 53 (1996) 1: 49-53. These studies are quoted by Jacques Suaudeau, Sesso sicuro, in Pontifical Council for the Family (Ed.), *Lexicon. Termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche*, Edizioni Dehoniane Bologna, 2003, pp. 797-798.

respectivamente.

96. O uso típico de preservativos, na vida real, está longe da perfeição; ao invés disso, ele é frequentemente usado de maneira inconsistente e incorreta. O que não é difícil de entender, já que o uso correto requer uma enorme auto-disciplina (e memória), e que um processo de 7 passos sejam meticulosamente seguido²⁸. [...] Sem entrar em detalhes, é suficiente dizer que o ato sexual, devido ao seu aspecto instintivo e apaixonado, ao lado da ausência de um mínimo de autocontrole, traz consigo os riscos já mencionados durante e depois o uso do preservativo.

97. Em seu artigo, *Fitch et al* enfatizam que o fator de risco acumulativo é muito significativo. “Por exemplo, uma intervenção que é 99,8% eficaz para um único ato sexual pode produzir uma taxa acumulativa de falha de 18% em 100 exposições²⁹” Do mesmo modo, um artigo da *International Planned Parenthood Federation (IPPF)* afirma, “o risco de contrair Aids durante o chamado ‘sexo protegido’ aproxima-se de 100% conforme o número de relações sexuais aumenta³⁰” A IPPF é uma instituição que promove todas as formas de “controle de natalidade”.

Assim, segundo este texto – e os muitos estudos científicos que são nele referidos – ao lado dos problemas morais que o uso do preservativo acarreta, há problemas que independem de uma orientação religiosa. Esse aspecto explica, por exemplo, o excerto (97), em que é dada ênfase ao fato de a instituição responsável pela pesquisa, a IPPF, promover *todas as formas de “controle de natalidade”*. A relevância dessa informação só se justifica na medida em que o que se busca, com esses dados, é mostrar a ineficiência das campanhas de sexo seguro para o combate à Aids independentemente de qualquer valor moral. É como se o enunciador católico falasse: *vejam, até mesmo uma instituição que poderia apoiar as campanhas de sexo seguro – dado que ela apoia todos os tipos de “controle de natalidade” – percebe que elas são falsas.*

²⁸ Referência tal como conta no texto original: See CDC, Update: Barrier Protection Against HIV Infection and Other Sexually Transmitted Diseases, MMWR, 42 (Aug 6, 1993) 30: 589-591,597.

²⁹ Referência tal como consta no texto original: Fitch et al, *Condom Effectiveness*, p. 812.

³⁰ Referência tal como consta no texto original: Human Life International, Fact Sheet on Condom Failure, <http://www.hli.org/Fact%20Sheet%20on%20Condom%20Failure.html>, referring to as source Willard Cates, How Much Do Condoms Protect Against Sexually Transmitted Diseases?, in IPPF Medical Bulletin, 31 (Feb 1997) 1: 2-3. See also Human Life International’s other fact sheets on condoms, in <http://www.hli.org/bbc.html>.

Aliás, é interessante notar, ainda em relação ao excerto (97), que o termo “controle de natalidade” não é um termo *adequado* no interior do posicionamento laico. De fato, para o enunciador deste discurso, existe uma diferença radical, em termos legais e semânticos, entre “controle de natalidade” e “planejamento familiar”: enquanto o primeiro remete a um passado em que o Estado empregava técnicas contraceptivas como forma de “melhorar a nação” (resultado da relação que haveria entre o número de filhos de famílias carentes e os índices de pobreza de uma comunidade), a noção de “planejamento familiar” está associada aos direitos sexuais e reprodutivos e, portanto, ao dever do Estado de fornecer informação para que as pessoas possam *decidir*, por si mesmas, quantos filhos querem ter e em que situações. Neste sentido, os excertos a seguir são bastante esclarecedores:

98. **Os princípios de Cairo e Pequim opõem-se radicalmente à instrumentalização do corpo das mulheres e meninas pelas políticas de controle de natalidade e mesmo de planejamento familiar.** Estabelecem como **violação dos direitos humanos todo o viés controlista e contrário ao direito de decisão das mulheres**, definindo o respeito aos direitos sexuais e direitos reprodutivos como princípios de toda política de saúde. **Desta forma, aponta aos países signatários o desafio de romper e erradicar as práticas controlistas** no plano das políticas públicas, tais como o combate à pobreza, via controle do crescimento populacional. (PL_05)
99. O planejamento familiar, portanto, é definido como direito relacionado às escolhas de mulheres, do homem ou do casal, a ser assistido pelo Estado de maneira ampla e integral, **sendo proibida sua utilização para fins de controle demográfico.** (PL_05)
100. O Ministério da Saúde entende que **o controle da natalidade, que implica imposições do Governo sobre a vida reprodutiva de homens e mulheres**, não é estratégia adequada para a superação da situação de pobreza existente no País e contraria os princípios dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. (PL_09)

No entanto, esta diferença, radical para o enunciador laico, é apagada pelo enunciador católico, que falará em “controle de natalidade” para referir-se a práticas que, da perspectiva laica, são denominadas de “planejamento familiar”. As aspas, neste contexto, marcam essa postura do enunciador católico por meio de um “distanciamento

metalinguístico” (Authier-Revuz, 1982), delimitando exatamente este termo como sendo estranho ao seu próprio discurso e pertencente, portanto, ao discurso do Outro. Ainda que, vale repetir, o Outro não possa se reconhecer aí.

A não confiabilidade dos preservativos é um dado cientificamente atestado, conforme as muitas notas e referências mostram. O enunciador católico, para mostrar que o incentivo ao uso dos preservativos é uma estratégia ineficaz – e, acima de tudo, perigosa – recorre exatamente ao discurso que legitima a única estratégia válida para o combate à Aids no interior do posicionamento laico. Assim, trazer para a cena enunciativa católica um dos discursos legitimadores da proposta adversária (embora enunciando segundo suas próprias expectativas) tem como efeito mostrar que não apenas a verdade de Deus mostra que se trata de algo negativo, mas a própria verdade dos homens.

Além disso, esses excertos mostram de maneira privilegiada como polemizar é apanhar o Outro publicamente em erro (mentindo, dando informações errôneas, sendo incompetente, pouco inteligente), conforme sublinha Maingueneau (1984: 114). Essa estratégia visa tirar do enunciador adversário o direito à palavra. Isso porque a relação polêmica, no sentido que é dado a ela nesta proposta teórica, só se estabelece entre dois discursos incompatíveis, que querem ocupar uma mesma função. É como se não houvesse espaço para ambos, e um deles devesse ser eliminado.

4.1.2.1 Os Discursos constituintes: a Revelação Divina

Recorri, anteriormente, a noção de discursos constituintes, tal como proposto por Maingueneau (2006c) (*cf. Seção 4.1.1.1* acima), para mostrar como um intertexto científico tem uma função importante para a constituição do discurso laico. Assim, a proposta de educação sexual laica se mostra válida na medida em que, para legitimar-se, mostra-se intimamente associada, ao lado de discursos também altamente legitimadores (o jurídico e o das organizações internacionais), a um saber científico.

Por sua vez, a Igreja só invoca o discurso científico em uma situação muito específica: para abalar os fundamentos de seu adversário no que diz respeito à confiabilidade dos preservativos como método de prevenção ao contágio pelo HIV. Tentei

mostrar, com as análises acima, que não se trata de um intertexto sob o qual se funda a proposta católica, mas que se faz presente como uma “arma de combate” privilegiada para minar uma das práticas mais difundidas pelo posicionamento laico (ou, mais especificamente, difundida como *a única* solução que pode salvar o mundo da epidemia de Aids): o uso de preservativos em toda e qualquer relação sexual (inclusive entre cônjuges, como veremos).

Entretanto, ainda que haja eventuais “aparições” de discursos exteriores ao catolicismo ortodoxo, a base do posicionamento católico é o discurso religioso, conforme indicia o intertexto típico de seus textos. Ou seja, a proposta católica de uma educação sexual sadia e válida é, ela mesma, a enunciação de um discurso constituinte, dado que o discurso religioso, assim como o científico, o filosófico e o literário (discursos que Maingueneau caracteriza como tipicamente constituintes em uma sociedade como a nossa), possui uma configuração enunciativa que o institui como acima de todos os outros – e abaixo apenas da Fonte inspiradora.

Assim sendo, a proposta católica retoma o próprio discurso para se legitimar, já que é evocado como “prova” de sua legitimidade a Revelação Divina, seja aquela que consta nas Sagradas Escrituras, seja aquela anunciada pelos mais altos níveis da hierarquia católica, especialmente pelo papa, cuja infalibilidade é um dos dogmas católicos por excelência. A esse respeito, vale citar um trecho especialmente revelador da Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, aprovada no *Concílio Vaticano I* e que definiu o estatuto e a autoridade do papa na Igreja Católica:

Se, pois, alguém disser que o Apóstolo S. Pedro não foi constituído por Jesus Cristo príncipe de todos os Apóstolos e chefe visível de toda a Igreja militante; ou disser que ele não recebeu direta e imediatamente do mesmo Nosso Senhor Jesus Cristo o primado de verdadeira e própria jurisdição, mas apenas o primado de honra – seja excomungado.

Se, portanto, alguém negar ser de direito divino e por instituição do próprio Cristo que S. Pedro tem perpétuos sucessores no primado da Igreja universal; ou que o Romano Pontífice não é o sucessor de S. Pedro no mesmo primado – seja excomungado.

Se, pois, alguém disser que ao Romano Pontífice cabe apenas o ofício de inspeção ou direção, mas não o pleno e supremo poder de jurisdição sobre toda a Igreja, não só nas

coisas referentes à fé e aos costumes, mas também nas que se referem à disciplina e ao governo da Igreja, espalhada por todo o mundo; ou disser que ele só goza da parte principal deste supremo poder, e não de toda a sua plenitude; ou disser que este seu poder não é ordinário e imediato, quer sobre todas e cada uma das igrejas quer sobre todos e cada um dos pastores e fiéis – seja excomungado.

Por isso, Nós, apegando-nos à Tradição recebida desde o início da fé cristã, para a glória de Deus, nosso Salvador, para exaltação da religião católica, e para a salvação dos povos cristãos, com a aprovação do Sagrado Concílio, ensinamos e definimos como dogma divinamente revelado que o Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando, no desempenho do ministério de pastor e doutor de todos os cristãos, define com sua suprema autoridade apostólica alguma doutrina referente à fé e à moral para toda a Igreja, em virtude da assistência divina prometida a ele na pessoa de São Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual Cristo quis munir a sua Igreja quando define alguma doutrina sobre a fé e a moral; e que, portanto, tais declarações do Romano Pontífice são por si mesmas, e não apenas em virtude do consenso da Igreja, irreformáveis. Se, porém, alguém ousar contrariar esta nossa definição, o que Deus não permita, – seja excomungado³¹.

Este texto define um dogma bastante relevante para as análises que estão sendo feitas: a da infalibilidade do papa, resultado da *assistência divina prometida a ele na pessoa de São Pedro*. Essa ligação íntima com a Fonte legitimadora é um traço fundamental dos discursos constituintes, ao mesmo tempo em que define um paradoxo. Como afirma Maingueneau (*ibid.*, p.35),

O paradoxo constitutivo do funcionamento de tais discursos é que esse Absoluto a partir do qual se autoriza é supostamente exterior ao discurso, para que possa lhe conferir sua autoridade, mas deve ser construído por esse mesmo discurso para pode fundá-lo.

A Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, citada acima – e todas aquelas por meio das quais os dogmas católicos foram instituídos – revelam, de maneira exemplar, esse paradoxo. É através de sua atividade enunciativa que o discurso católico pode fundar-se

³¹ CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA PASTOR AETERNUS, Sessão IV (18-7-1870), Primeira Constituição dogmática sobre a Igreja de Cristo. Dicionário de Fé (Tradução: Frei Guilherme Baraúna). Disponível em <http://www.dicionariodafe.com.br>. Acesso em 5 jan. 2011.

como constituinte. Ou seja, para instituir-se, no interdiscurso, como constituinte, um discurso mostra-se como “imbricação entre uma representação de mundo e uma atividade enunciativa” (*ibid.*, p.36). Não há, assim, uma “realidade muda, não textual” e uma atividade enunciativa que a representa, mas uma superposição entre um modo de organização social, uma prática enunciativa e um modo de existência nos textos. O papa, como representante terreno mais próximo de Deus, é o enunciador católico por excelência, aquele cuja voz representa a Verdade Soberana. E esse estatuto é resultado da própria atividade enunciativa da Igreja, que define seus dogmas e mostra-se, assim, ligados à fonte legitimadora. Como afirma Maingueneau (*ibid.*, p. 50),

Há *constituição* precisamente na medida em que um dispositivo enunciativo funda, de modo performativo, sua própria existência, fazendo como se extraísse essa legitimidade de uma Fonte da qual ele seria só uma manifestação (o Verbo revelado, a razão, a Lei, etc.). Há assim uma circularidade constitutiva entre a imagem que ele dá de sua própria instauração e a validação retrospectiva de uma certa configuração da comunicação, da repartição de sua autoridade, do exercício do poder que ele cauciona, denuncia ou promove por seu gesto instaurador.

As referências à Bíblia e às Cartas Encíclicas ou a pronunciamentos papais revelam uma atividade enunciativa em que a proposta católica de educação sexual mostra-se como sendo a vontade de Deus para a humanidade. É possível definir, também, uma hierarquia no interior do corpus selecionado: haveria os *arquitectos*, textos que “adquirem um estatuto de inscrição última” (*ibid.*, p.43) – os textos bíblicos, acima de tudo, e, num patamar imediatamente inferior, os textos produzidos pela Santa Sé. Em relação aos últimos, é possível observar, também, uma organização hierárquica, em que, no topo, está a palavra do papa, seguida da dos bispos que, representando as diversas divisões da hierarquia interna do corpo administrativo da Igreja, revelam ao mundo uma doutrina e uma moral católica que, por sua vez, estão baseadas nos textos hierarquicamente superiores a eles (as Escrituras, as encíclicas, etc.).

Esses são, conforme minhas análises, os textos fundadores deste posicionamento. Esses textos definem uma moral sexual católica, com base nas demandas da atualidade, e na sabedoria que provém, em última instância, da palavra de Deus. Por sua vez, os textos

produzidos pela CNBB são, praticamente, comentários da doutrina já instituída ou, quando muito, a aplicação, no cenário nacional, desta mesma doutrina. No entanto, são fundamentais para a circulação da doutrina definida pelo Vaticano. Na medida em que são aplicados ao cenário nacional, os preceitos da Santa Sé ganham vida e valor e revelam, neste mesmo movimento, a necessidade de uma proposta de *educação para o verdadeiro significado da sexualidade* em que *práticas sexuais verdadeiramente seguras* são incentivadas.

Apresentar-se em perfeita harmonia com essa Verdade Superior *escrita pelo dedo de Deus* é, assim, absolutamente imprescindível para a legitimação de sua proposta de educação sexual (a feita em casa, pela família, *educadora natural dos filhos*, e que ensina o valor da castidade e da fidelidade matrimonial como formas exclusivas de viver adequadamente a sexualidade). É desta relação que nasce a sua legitimidade.

Isso significa que há uma diferença crucial entre a função do discurso científico para o posicionamento laico e a do discurso religioso para o posicionamento católico: o discurso científico é retomado nos textos laicos como um saber que legitima, que torna válida uma certa abordagem da sexualidade humana. Mas o discurso laico não é, ele mesmo, um discurso científico. Ele não se inscreve no espaço público como um discurso constituinte, mas como um discurso que se valida através do recurso a um discurso constituinte. Isso fica bastante claro se considerarmos, como vimos nas análises, que ao lado do discurso científico, o posicionamento laico coloca em cena, com o mesmo valor legitimador, o discurso das organizações internacionais e o discurso jurídico. Assim, a proposta laica se caracteriza por apoiar-se no tripé *saber científico – direitos humanos – leis*, sendo que nenhum deles é mais fundamental que o outro e, mais que isso, todos são indissociáveis entre si. Seria possível pensar que toda a proposta laica é consequência de um “consenso” de que o exercício pleno e seguro da sexualidade é uma questão de direitos humanos. No entanto, esse “consenso” só se tornou possível por meio da mobilização de um saber científico (seja ele sociológico, seja ele médico/biológico) e de um trabalho conjunto com o campo jurídico (já que o “outro lado da moeda” dos direitos humanos é um corpo de leis locais que garantem que eles sejam respeitados), campo do qual, em última instância, as organizações internacionais são parte.

As análises permitiram definir algumas características da intertextualidade católica e

da laica. No caso da primeira, foi possível observar que ela é quase exclusivamente interna. Isto é, as Escrituras são a grande fonte de onde os preceitos vêm. Em segundo plano, estão os documentos oficiais, especialmente as encíclicas papais, que, por sua vez, se referem a outros textos oficiais e às Sagradas Escrituras. Só há apelo a textos exteriores ao campo religioso quando um registro tipicamente polêmico aparece – especialmente quando tais textos confirmam os preceitos católicos. Isso fica bastante claro em relação ao discurso científico: cientistas só são convocados para provar que a ciência do adversário é parcial e, em última instância, equivocada. Assim, creio não ser possível falar que o campo científico é, efetivamente, referido nos textos católicos, mas que apenas uma parte muito específica do campo é, aquela em que os preceitos católicos exercem influência.

Por sua vez, a intertextualidade laica revela que, possivelmente, não é possível falar em uma intertextualidade interna ao posicionamento na medida em que ele próprio se configura como disperso, pulverizado por pelo menos dois campos: o jurídico e o científico. Mesmo que se possa questionar se se trata, efetivamente, de uma intertextualidade *externa*, na medida em que este posicionamento está ancorado nestes dois campos e remeter a eles não seria, assim, remeter a uma exterioridade, a questão crucial quanto à intertextualidade laica e católica é outra. Existe uma diferença fundamental entre os discurso laico e o católico que a intertextualidade de cada um deles revela: enquanto o discurso católico é auto-centrado e, ele mesmo, uma manifestação de um discurso religioso, o discurso laico se constitui e se legitima de uma forma essencialmente descentralizada. É exatamente sua relação constitutiva com esses campos altamente legitimadores em nossa sociedade que possibilita ao Estado definir sua proposta como sendo *a mais válida* em um mundo que precisa lidar com gravidez indesejada, DST/Aids, violência e preconceitos sexualmente motivados, etc.

No próximo capítulo, veremos como a intertextualidade está intrinsecamente ligada à forma de polemizar dos dois discursos. Assumir um *tom* tipicamente polêmico ou uma quase indiferença em relação ao adversário mostra-se indissociável deste passado e desta memória que o intertexto de cada um dos posicionamentos revelou.

CAPÍTULO 5

É falando que a gente não se entende

Neste capítulo, o objetivo é analisar como a relação polêmica entre Estado e Igreja se materializa linguisticamente. Como já explicitado, a ideia de estudar a polêmica entre os posicionamentos laico e católico surgiu da constatação de que as teses que o Estado divulga em suas campanhas de educação sexual é fortemente reprovado pelos membros do alto clero da Igreja. Essa reprovação é feita nos textos católicos analisados com bastante veemência, como podemos observar abaixo:

101. Então a escola, que se tornou disponível a desenvolver programas de educação sexual, fê-lo muitas vezes **substituindo-se à família** e o mais das vezes com **intenções puramente informativas**. Às vezes chega-se a **uma verdadeira deformação das consciências**. (PC_20)
102. A educação afetiva e sexual uma tarefa que compete primordialmente aos pais. A **propaganda maciça, iniludível e impositiva** sobre o uso de preservativos entre menores, significa uma interferência abusiva num direito inalienável do pátrio poder (PC_17)
103. **Ameaças, projetos de lei, crises se abatem** sobre a instituição do casamento e da família. Precisamos defender a todo custo o valor e a centralidade, quer do matrimônio como da família, para a **serenidade dos filhos, a ordem social, a segurança pública e a sociedade equilibrada**. (PC_08)

No entanto, a contrapartida laica é distinta. Em seus textos, a proposta católica nunca é explicitamente desqualificada, mas apenas contradita. Isto é, nos textos laicos, a educação sexual católica nunca chega a ser explicitamente qualificada de ameaça, impositiva ou deformadora de consciência – ou qualquer insulto semelhante. Com as análises que se seguirão, esta diferença radical, reveladora da semântica global de cada um dos discursos envolvidos no conflito, ficará mais clara.

Assumo, com base em Maingueneau (1984), que o espaço discursivo é uma rede de interação semântica no qual a relação polêmica se constrói a partir de um processo de

interincompreensão regradada. Trata-se de um processo que resulta da mesma grade semântica que organiza todas as outras dimensões discursivas – como a intertextualidade, os modos de circulação, o ethos, o status dos enunciadores e co-enunciadores, etc. – e que, portanto, é indissociável da identidade de um discurso. Como afirma Maingueneau (*ibid.*, p.103),

... não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno.

Assim, dado que a proposta deste autor vai ao encontro de movimentos teóricos que entendem a relação com o Outro como constitutiva do Mesmo, a relação polêmica, desta perspectiva teórica, não é concebida como contingente, exterior a um sentido primeiro e pacífico. Não haveria um sentido autônomo que seria *a posteriori* colocado em relação com um adversário que, por sua vez, possuiria também sua autonomia e, fora desta relação conflituosa, seria essencialmente pacífico. Longe disso, o que tal proposta supõe é que mesmo aqueles posicionamentos que evitam a todo custo entrar em qualquer tipo de conflito, mesmo aqueles discursos doces e pacifistas, mesmo eles definem sua identidade por meio da negação, ainda que não manifesta linguisticamente, de outros posicionamentos com quem ele necessariamente disputa por um espaço legítimo.

No entanto, quando a polêmica eclode na superfície discursiva, é possível identificar índices polêmicos, isto é, simulacros do discurso adversário. O simulacro cria uma situação em que um discurso A não pode ver B como B, mas inevitavelmente como um “não-A”. A criação do simulacro resulta da re-interpretação do discurso do Outro através de um dispositivo de tradução que é parte, também, da semântica global de um discurso.

Fala-se, aqui, em tradução em um sentido bastante particular: é uma proposta de definição de regras de passagem de uma interpretação a outra; de como um certo conjunto de significantes são associados a estes ou aqueles significados, conforme o sistema de restrições semânticas de dois posicionamentos em confronto. Trata-se de propor um modo de relação entre dois discursos que estão situados em “zonas de interincompreensão recíproca”, fato de que decorrem situações em que aparentemente há, no interior de uma

mesma língua, enunciadores que não podem entender um ao outro, como em um “diálogo de surdos”.

... essa interincompreensão necessária não se exerce no mesmo nível das múltiplas formas de mal-entendido que uma linguística preocupada em dar conta da realidade da atividade languageira pode ser levada a sublinhar. [...] Malgrado sua semelhança aparente, os dois processos, o linguístico e o discursivo, são incomensuráveis: a “tradução” que nos interessa aqui é um mecanismo necessário e regular, ligado à constituição de formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio-históricas irreduzíveis (*ibid.*, p.104, 105).

Este processo de tradução está associado a um conjunto de *semas* que funcionam como operadores de individuação no interior dos sistemas de restrição semântica de cada um dos dois discursos. Definem, assim, o núcleo semântico em torno do qual o discurso, em sua totalidade, se organiza. Os *semas* se dividem em duas classes complementares: i) os que o discurso reivindica como positivos e ii) e seus contrários, que ele classifica como negativos, rejeita e atribui ao seu adversário. Assim, “a relação polêmica está fundada nesta dupla repartição: cada pólo discursivo recusa o outro, como derivando de seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo” (*ibid.*, p.67).

5.1 Uma educação sexual justa e plural

Tendo em vista descrever este processo de interincompreensão entre os posicionamentos laico e católico e definir um conjunto de *semas* reivindicados e outro de *semas* rejeitados por cada um dos posicionamentos, iniciarei definindo o que o discurso laico reivindica como positivo, isto é, o que o enunciador laico estabelece como “educação sexual adequada” e quais os valores a ela agregados.

Esta definição é indissociável daquela atribuída à sexualidade. Não por acaso, em praticamente todos os textos analisados, o termo “sexualidade” vem sempre acompanhado de glosas, comentários e elucidações, necessidade que se justifica discursivamente exatamente por haver uma disputa pelo seu verdadeiro sentido.

104. Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se **considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano**. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes. (PL_01)
105. **A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso**, é a energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. (PL_01)
106. Muitas escolas, atentas para a necessidade de trabalhar com essa temática em seus conteúdos formais, **incluem Aparelho Reprodutivo no currículo de Ciências Naturais**. Geralmente o fazem por meio da discussão sobre a reprodução humana, com **informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano**. Essa **abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo**. (PL_01)
107. **Sexualidade é muito mais do que sexo. Ela envolve desejos e práticas relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos e ao exercício da liberdade**. É ter prazer ao acordar e espreguiçar-se na cama. Abrir a janela e sentir o sol ou o vento sobre a pele. É abraçar, acariciar, beijar carinhosamente as outras pessoas. (PL_03)
108. **A sexualidade é uma dimensão fundamental de todas as etapas da vida de homens e mulheres**, envolvendo práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde. A sexualidade humana é uma construção histórica, cultural e social, e se transforma conforme mudam as relações sociais. (PL_05)
109. **O QUE É SEXUALIDADE? A sexualidade é a combinação de muitos aspectos com a vivência social e cultural de cada pessoa**. Diante disso, os comportamentos sexuais também são uma forma de expressão, que envolvem o corpo, a linguagem, os costumes, a saúde física e mental e permitem compreender a cultura, com seus limites e

possibilidades. Ela deve ser vivida de acordo com o desejo de cada pessoa. (PL_06)

110. **Sexualidade é muito mais do que sexo.** Ela é um aspecto central da vida das pessoas e envolve sexo, papéis sexuais, orientação sexual, erotismo, prazer, envolvimento emocional, amor e reprodução. A sexualidade é vivenciada e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Em todas as sociedades, as expressões da sexualidade são alvo de normas morais, religiosas ou científicas, que vão sendo aprendidas pelas pessoas desde a infância. **A sexualidade envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura.** É importante buscarmos o autoconhecimento, para que possamos fazer as escolhas que sejam mais positivas para a nossa vida e para a expressão da nossa sexualidade. (PL_07)

111. **O comportamento sexual é, antes de tudo, uma forma de expressão que envolve o corpo, a linguagem, os costumes, a saúde física e mental, e permite compreender a cultura de cada pessoa, com seus limites e possibilidades.** Por isso, a sexualidade deve ser vivida de acordo com o desejo de cada pessoa. (PL_08)

É interessante que a definição do que é sexualidade inclui, frequentemente, aquilo que ela não é: sinônimo de coito ou de sexo (excertos (105), (107) e (110)). Trata-se, efetivamente, de um indício da polêmica porque, se, por um lado, há um diálogo com o senso comum (neste caso, seria “apenas” um esclarecimento de um equívoco generalizado), por outro, os enunciadores católicos frequentemente afirmam que a proposta laica é reducionista exatamente por considerar que a sexualidade humana se reduz ao ato sexual.

A partir desta abordagem da sexualidade em suas diversas manifestações é que será definida a proposta laica de educação sexual. Ou seja, como veremos, trata-se de uma proposta que se mostra empenhada em garantir que os indivíduos tenham todos os aspectos relacionados a sua sexualidade resguardados – e não apenas o coito (para que seja livre de doenças e para que não resulte em gravidez indesejada). É neste sentido que o enunciador laico falará em “viver plenamente a sexualidade” (cf. *Quadro 1* abaixo).

Como vimos nos Capítulos 2 e 4, especialmente, o posicionamento laico define uma proposta de educação sexual pautada exclusivamente nos direitos sexuais e reprodutivos que, por sua vez, visam garantir o exercício pleno e seguro da sexualidade a todos os

indivíduos e estão associados aos Direitos Humanos. O excerto abaixo, da cartilha *Direitos Sexuais, Direitos Reprodutivos e Métodos Anticoncepcionais* (PL_07), destinado a jovens e adultos heterossexuais, explicita e resume o que o Estado, com base em nas definições da ONU e OMS, define como direitos sexuais e reprodutivos:

O que são direitos sexuais e direitos reprodutivos?

São Direitos Humanos já reconhecidos em **leis nacionais** e **documentos internacionais**.

Direitos reprodutivos

Direito das pessoas de **decidirem, de forma livre e responsável**, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas.

Direito a **informações**, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos.

Direito de exercer a sexualidade e a reprodução **livre de discriminação, imposição e violência**.

Direitos sexuais

Direito de viver e **expressar livremente a sexualidade** sem violência, discriminações e imposições e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a).

Direito de **escolher** o(a) parceiro(a) sexual.

Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças.

Direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física.

Direito de **escolher** se quer ou não quer ter relação sexual.

Direito de **expressar livremente sua orientação sexual**: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras.

Direito de ter relação sexual independente da reprodução.

Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS.

Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação.

Direito à **informação** e à educação sexual e reprodutiva.

Quadro 1: Definição de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos presente no texto PL_07.

Ao longo dos textos analisados, algumas unidades lexicais mostraram-se como pontos de passagem obrigatórios da proposta laica. São termos que sintetizam aspectos centrais de uma proposta de educação sexual inspirada nos direitos sexuais e reprodutivos: *direito*, e *autonomia*, em um primeiro plano, e *escolha*, *informação*, *liberdade* e *responsabilidade*, como subjacentes aos dois primeiros. Assim, as unidades em negrito no texto do *Quadro 1* acima condensam o que o posicionamento laico busca difundir e garantir com suas propostas educacionais. E, conforme podemos observar nos excertos abaixo (e também no conjunto de excertos (5) a (24) do *Capítulo 4*), estas unidades são, efetivamente, uma constante:

112. O trabalho de *Orientação Sexual* na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e **ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha** seu caminho. (PL_01)
113. A *Orientação Sexual* na escola é um dos fatores que contribui para o **conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos**. Estes dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres **tomem decisões** sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para implementar suas **decisões**. (PL_02)
114. [Os adolescentes] Precisam aprender a considerar, também, os aspectos reprodutivos de sua sexualidade genital e, portanto, **agir responsabilmente**, prevenindo-se da gravidez indesejada e das doenças sexualmente transmissíveis/Aids. (PL_02)
115. É nessa fase [na adolescência] que construímos nossa própria identidade e adquirimos autonomia e **capacidade para fazer escolhas, tomar decisões e assumir novas responsabilidades**. (PL_04)
116. Para adolescentes e jovens, esta dimensão se traduz em um campo de descobertas, experimentações e **vivência da liberdade**, como também de construção de capacidade para a **tomada de decisões, de escolha, de responsabilidades** e de afirmação de identidades, tanto pessoais como políticas. (PL_05)
117. O reconhecimento do fato de que a gravidez pode expressar o desejo dos jovens não significa retirar a importância das políticas de contracepção para ambos, uma vez que se trata de **assegurar que a escolha possa acontecer** no momento desejado e planejado pelos adolescentes e jovens. (PL_05)
118. Estas diretrizes fundamentam-se no **princípio da autonomia** e são garantidos e reconhecidos pelo Código de Ética Médica. São entendidas ainda como elementos que favorecem a abordagem dos temas relacionadas à saúde sexual e saúde reprodutiva. *Em todas as situações, os valores morais, socioculturais e religiosos deverão ser considerados*. (PL_05)
119. O planejamento familiar é um direito sexual e reprodutivo e assegura a **livre decisão** da pessoa sobre ter ou não ter filhos. (PL_06)
120. Os(as) adolescentes e os(as) jovens têm **direito de ter acesso a informações** e educação em saúde sexual e saúde reprodutiva e de ter acesso a meios e métodos que os

auxiliem a evitar uma gravidez não planejada e a prevenir-se contra as doenças sexualmente transmissíveis/HIV/AIDS, respeitando-se a sua **liberdade de escolha**. (PL_07)

121. Como escolher o método anticoncepcional? A **escolha** deve ser **livre e informada**. É importante procurar um serviço de saúde para receber **informações** sobre os métodos anticoncepcionais disponíveis e para obter o método escolhido. **Estar bem informado é fundamental para se fazer a melhor escolha**. (PL_07)

Assim, é possível montar uma tabela que organiza o modo como esses termos relacionam-se entre si e como estão associados a outros. Esclareço que não se tratam de semas, na medida em que eles não funcionam como operadores semânticos no dispositivo de tradução do discurso laico. São, apenas, noções centrais em torno das quais a proposta de educação sexual definida pelo Estado se constroi e que condensam, em alguma medida, o que o discurso laico assume como positivo e, mais que isso, necessário para uma proposta adequada:

DIREITO	Ao exercício sexual sem coerções de nenhum tipo.	
	À informação sobre a lei.	
	À informação sobre como não adoecer e sobre como evitar gravidez indesejada (informações cientificamente embasadas).	
	Ao atendimento médico público, gratuito e de qualidade.	
AUTONOMIA	De escolhas	Quando e com quem fazer sexo.
		Quantos filhos ter (o que inclui não ter nenhum).

Tabela 4: Noções centrais associadas à proposta laica de educação sexual.

Porém, se os termos acima não constituem semas, é a partir deles que é possível identificar dois operadores de coesão semântica que não só organizam o discurso laico, mas também define o modo como o discurso católico será traduzido. Trata-se dos semas **/justiça/** e **/autonomia/**. Toda a proposta laica sedimenta-se sobre as noções de *direitos*, *liberdade* e *autonomia*, a partir das quais é possível desenvolver determinado tipos de

ações. São *direitos e liberdades* que devem ser garantidos a todos os membros da sociedade, independentemente de raça, cor, credo, orientação sexual, etc., para que tenham *autonomia* para fazer *escolhas* a respeito de sua vida sexual. E, por fim, todas as ações neste sentido devem ser livres de julgamento morais e cientificamente embasadas – o que garante uma objetividade imprescindível à justiça.

Se o sema /autonomia/ dispensa explicações, parece-me necessário comentar a escolha da unidade lexical JUSTIÇA para representar um dos semas básicos do posicionamento laico (e porque não *direito*, por exemplo). O termo *justiça* parece especialmente oportuno para sintetizar certas características centrais do discurso laico porque ele remete, de uma só vez, à justiça oriunda do campo jurídico, isto é, ao poder judiciário que elabora as leis necessárias, inclusive, para legitimar as intervenções estatais nas escolas, postos de saúde, etc. (e a partir das quais são definidos direitos dos cidadãos), mas também a uma justiça moral, no sentido de ser “a coisa certa a ser feita” se se busca um mundo mais democrático, justo, igualitário.

No entanto, há mais um sema identificado. A proposta laica é justa e confere autonomia aos indivíduos na medida em que manifesta um /pluralismo/ em suas ações educativas. É muito interessante observar que os vocábulos “pluralista” ou “plural” (ou afins) não são frequentes nos textos. De fato, há apenas 8 ocorrências nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PL_01 e PL_02), conforme podemos ver nos excertos abaixo:

122. Por entender que a abordagem oferecida acontece a partir de uma **visão pluralista** de sexualidade e o papel da escola é abrir espaço para que essa **pluralidade de concepções**, valores e crenças possa se expressar, não compete à escola, em nenhuma situação, julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. (PL_01)
123. Para que o trabalho de Orientação Sexual possa se efetivar de forma coerente com a **visão pluralista de sexualidade** aqui proposta, é necessário que as diferentes crenças e valores, as dúvidas e os questionamentos sobre os diversos aspectos ligados à sexualidade encontrem espaço para se expressar. (PL_01)
124. É necessário que o professor possa reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Sua **postura deve ser pluralista e democrática**, o que cria condições mais favoráveis para o esclarecimento e a

informação sem a imposição de valores particulares. (PL_01)

125. Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, **dentro de uma perspectiva democrática e pluralista**, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (PL_02)

126. A postura dos educadores precisa refletir os **valores democráticos e pluralistas** propostos e os objetivos gerais a serem alcançados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, os professores devem transmitir, por sua conduta, a valorização da equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. (PL_02)

127. O papel da escola é abrir espaço para que a **pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade** possa se expressar. (PL_02)

128. Na abordagem de cada item do programa, o coordenador deve ter clareza de sua função: problematizar e explicitar os **valores plurais existentes em cada tema**, além de *oferecer informação correta do ponto de vista científico*, mostrando o caráter dinâmico da evolução da ciência. (PL_02)

129. Como premissas desse trabalho estão os princípios norteadores: respeito a si próprio e ao outro, atitudes não discriminatórias, questionamento de valores preconceituosos, **conhecimento dos valores pluralistas**, combate à intolerância e uso do diálogo e da negociação como forma de mediar conflitos (vide documento de Ética). (PL_02)

Percebe-se, a partir dos excertos (122) a (129) acima como o pluralismo é indissociável da justiça e da democracia – em, em alguma medida, da ciência (*cf.* excerto (128)). Para ser uma proposta justa, é preciso ser pluralista. E, por ser pluralista, a proposta laica é uma proposta justa.

Embora vocábulo *pluralismo* não apareça, efetivamente, nenhuma vez no corpus laico – mas apenas os termos cognatos *pluralidade*, *pluralista* e *plural* – os quais, por sua vez, só ocorrem nos textos *Orientação Sexual* dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a definição deste sema está associada a outros critérios. De fato, a definição dos semas não é resultado de um levantamento de base lexical. Na verdade, trata-se de definir, levando-se

em consideração o discurso em todas as suas dimensões – isto é, na perspectiva de uma semântica global – uma grade semântica única que organiza a identidade discursiva. Neste sentido, o sema /pluralismo/ mostra-se profundamente adequado pelas seguintes razões:

- A noção de pluralismo, enquanto *sistema que admite a existência, no seio de um grupo organizado, de opiniões políticas e religiosas e de comportamentos culturais e sociais diversos*³², mostra-se subjacente a todas as ações definidas como legítimas no interior deste posicionamento – e tem reflexo, inclusive, naquilo que é definido como sexualidade no interior deste posicionamento (excertos (104) a (111)) – o que, aliás, é a condição de existência do sema /justiça/. Isto é, como já dito acima, para ser justa, a proposta deve *contemplar a todos* e possibilitar que *diferentes crenças e valores ligados à sexualidade encontrem espaço para se expressar*, inclusive aqueles associados à religião. Deve ser, portanto, uma proposta *pluralista*;
- Mas o pluralismo ultrapassa o “nível das ideias” e se manifesta, também, na diversidade de gêneros, ethos e cenografias que os materiais laicos assumem. Uma vez que a análise da cena enunciativa de cada um dos discursos será o tema do próximo capítulo, por ora, apenas menciono a *pluralidade* de gêneros mobilizados pelos enunciadores laicos: são agendas e cartilhas para o público não especializado e manuais técnicos para profissionais da saúde e educação – que assumem, por sua vez, cenografias variadas. Mesmo os manuais não apresentam, sempre, a mesma cenografia. É o caso, por exemplo, do manual sobre anticoncepção de emergência (PL_10), que se organiza em torno de perguntas que se supõe relevantes e respostas *esclarecedoras e cientificamente embasadas*. No caso das campanhas de prevenção ao contágio pela Aids, a diversidade é ainda maior: são jingles para rádio, vídeos para a TV, manuais, pôsteres, planfletos informativos;
- Além de uma cena enunciativa diversificada, o público a quem estes materiais se destinam são, também, bastante heterogêneos. Além de profissionais da saúde e da educação, os textos dirigidos ao “público em geral” definem como público-alvo uma *pluralidade* de grupos sociais: meninos e meninas adolescentes,

³² Terceira acepção para o termo *pluralismo* do *Dicionário Houaiss Eletrônico* (edição dez./2000).

mulheres hetero, bi e homossexuais, travestis, homens hetero e homossexuais, homens e mulheres com mais de cinquenta anos, profissionais do sexo.

- Há, igualmente, uma *diversidade* de temas: prevenção às DST/Aids, as muitas formas de regulação da fertilidade (métodos artificiais, naturais, reversíveis ou definitivos), violência e discriminação sexual, orientação sexual, questões de gênero.
- E, como vimos no Capítulo 2, este posicionamento se situa, também, em campos discursivos diversos, atravessados por uma multiplicidade de saberes que, por sua vez, legitimam essa proposta. Trata-se de um *posicionamento, ele mesmo, plural*, na medida em que não se situa em um campo apenas.

Assim, o posicionamento “*não seria um conglomerado mais ou menos consistente de elementos diversos que se soldariam pouco a pouco, mas sim a exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico*” (ibid., p.64, grifos do autor). No caso do discurso laico, seu núcleo semântico é composto pelos semas /justiça/, /autonomia/ e /pluralismo/.

Mas a proposta é que os semas se dividem em classes complementares, uma vez que a grade semântica define não apenas o que o discurso reivindica para si, mas também o que ele refuta e atribui ao discurso adversário. Assim, as oposições complementares que compõem o sistema laico seriam /justiça/ vs /crença/, /autonomia/ vs /imposição/ e /pluralismo/ vs /uniformidade/. A escolha de /crença/ para opor-se a justiça parece adequada porque agrega, em termos semânticos, tudo aquilo que o posicionamento laico rejeita, não explicitamente, mas quando afirma, sistematicamente, que sua proposta tem bases científicas e jurídicas (que, como vimos, é a condição de sua condição *justa*). Isto é, à crença estão associados valores religiosos (embora não necessariamente), mas, em especial, uma *convicção profunda e sem justificativas racionais em qualquer pessoa ou coisa*³³. É exatamente esta carência de *justificativas racionais* que é um dos pontos nevrálgicos da proposta católica (da perspectiva laica, vale ressaltar), o que faz dela, aos olhos do enunciador laico, uma abordagem insuficiente, inadequada para as demandas do mundo moderno, etc. Mostra-se, igualmente, como um sema válido na medida em que o

³³ Quarta acepção para o termo *crença* do *Dicionário Houaiss Eletrônico* (edição dez./2000).

posicionamento laico desconsidera, por completo, as provas científicas da ineficácia dos preservativos – o que indica, entre outras coisas, que para o enunciador laico não se trata, efetivamente, de provas científicas³⁴. E, por fim, é importante também o fato de este sema não ser, exatamente, ofensivo, mas se referir a uma condição mais ou menos justificável do discurso adversário, uma vez que se trata de um discurso religioso. Este aspecto – a ausência de agressividade, por assim dizer – dos semas rejeitados da grade semântica laica é bastante relevante. Veremos adiante como o modo de polemizar do enunciador laico não se caracteriza, como já mencionado, por um tom tipicamente agressivo, mas por uma quase indiferença pelo adversário.

Por sua vez, o sema /imposição/ se justifica exatamente porque, se a autonomia dos indivíduos é tão essencial do ponto de vista laico – base, inclusive, de seu aspecto *justo* e *plural* – qualquer tentativa de coagir indivíduos a fazer as escolhas em relação à própria vida sexual é vista como imposição. Neste sentido, o excerto (124) acima é bastante esclarecedor, quando afirma que a postura do professore deve ser *pluralista e democrática* para que possa evitar, assim, *a imposição de valores particulares*.

Em relação ao sema /uniformidade/, é suficiente dizer que o fato de o posicionamento laico reivindicar uma postura *pluralista* em relação à sexualidade humana vai de encontro a uma moralidade sexual homogeneizante, que condena as diferenças e que propõe uma educação sexual em *uniformidade* com a ortodoxia doutrinal. Além disso, a /uniformidade/ coloca em evidência outro aspecto central do conflito: enquanto uma educação sexual pautada pelo /pluralismo/, pela /autonomia/ e pela /justiça/ define como necessário dar condições para as pessoas fazerem escolhas, aquela pautada pela /uniformidade/ define-se pela /imposição/ de condutas uniformes, iguais para todos, sem que os indivíduos tenham *autonomia* para decidir.

³⁴ A esse respeito, vale citar a seguinte informação, que consta no site do *Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais* do Ministério da Saúde: *A camisinha é impermeável: A impermeabilidade é um dos fatores que mais preocupam as pessoas. Pesquisadores dos Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos esticaram e ampliaram 2 mil vezes o látex do preservativo masculino (utilizando-se de microscópio eletrônico) e não foi encontrado nenhum poro. Em outro estudo, foram examinadas as 40 marcas de camisinha mais utilizadas em todo o mundo. A borracha foi ampliada 30 mil vezes (nível de ampliação que possibilita a visão do HIV) e nenhum exemplar apresentou poros. Em 1992, cientistas usaram microesferas semelhantes ao HIV em concentração 100 vezes maior que a quantidade encontrada no sêmen. Os resultados demonstraram que, mesmo nos casos em que a resistência dos preservativos mostrou-se menor, os vazamentos foram inferiores a 0,01% do volume total. Ou seja, mesmo nas piores condições, os preservativos oferecem 10 mil vezes mais proteção contra o vírus da aids do que a sua não utilização.* (Disponível em <http://www.aids.gov.br/pagina/por-que-usar>, grifos meus. Acesso em 03 jan. 2010)

Tendo em conta as considerações feitas até este momento, é possível montar a tabela a seguir, que representa o sub-modelo laico. O modelo completo inclui, necessariamente, o sub-modelo católico, que será apresentado na próxima seção. Como já afirmado, a identidade não resulta de uma essência, mas de um conflito regrado.

POSICIONAMENTO LAICO	
Semas positivos (reivindicados)	Semas negativos (rejeitados)
/justiça/	/crença/
/autonomia/	/imposição/
/pluralismo/	/uniformidade/

Tabela 5: Sub-modelo laico.

Na próxima seção, veremos quais os “pontos de passagem” obrigatórios do posicionamento católico para, então, definir quais os semas reivindicados e quais os rejeitados.

5.2 Uma verdadeira educação sexual

Vimos no Capítulo 4 que a proposta de educação sexual católica se define como *verdadeira, natural e decorrente de um plano/projeto de Deus/de uma Lei Divina*. Tal descrição de si é indissociável das relações intertextuais que a competência católica define como legítimas: é a partir da sua conexão e obediência à *Palavra de Deus* é que o enunciador católico poderá reconhecer sua proposta como “a mais adequada”. Nesta seção, veremos quais valores são associados a uma *boa educação sexual*, isto é, aquela elaborada conforme os planos de Deus.

A seguir, apresento um conjunto de excertos em que o enunciador católico define o caminho correto a ser percorrido para educar jovens e adultos a respeito das verdades do sexo.

130. Educar a sexualidade, **necessariamente**, é educar na **castidade**. Esta é um enorme benefício para a juventude, porque promove a energia espiritual, **defende o amor diante do egoísmo e da agressividade, e leva à realização pessoal**. Essa educação

favorece o **amadurecimento afetivo, a afirmação do “eu”, a autoestima, o senso de dignidade, a autoposse, o equilíbrio interior**. Vamos mais longe? Essa educação leva à **aquisição dos valores da procriação, da vida e da família**. (PC_02)

131. **Só a família tem condições** para fazer compreender a masculinidade e a feminilidade, discernir a relação afetiva, e **fazer perceber a sexualidade como dom de si mesmo ao outro, no amor**. (PC_02)
132. Pela **castidade humanizamos nossos instintos**, ordenamos os afetos desordenados, nos libertamos da escravidão das paixões e das pulsões. **Castidade tem muito a ver com liberdade, maturidade, humanização de si**. (PC_06)
133. **Um pai forte e amigo, uma mãe equilibrada e feliz, são os primeiros educadores** da escola do “saber ser”. (PC_08)
134. **O nascimento dos filhos e sua educação**, além de ser dom de Deus e propagação da espécie humana, são **um bem para a sociedade**, pois a vida é acolhida, amada, respeitada, desenvolvida desde a fecundação até seu término natural, **no seu lugar natural que é a família**. (PC_11)
135. A **família** é indispensável para a **serenidade da pessoa**, para a **organização social** e para o **bem comum**. (PC_11)
136. **Os pais têm o dever e o direito de serem os primeiros e os principais educadores dos seus filhos**. (PL_20)
137. **O método normal e fundamental**, já proposto por este guia, é o **diálogo pessoal** entre os pais e os filhos, isto é, a **formação individual no âmbito da família**. (PL_20)
138. Cada criança é uma **pessoa única e irrepetível** e deve receber uma **formação individualizada**. (PL_20)
139. Os pais poderão pôr em realce que **os cristãos são chamados a viver o dom da sexualidade segundo o plano de Deus** que é Amor, isto é, no contexto do **matrimônio** ou da **virgindade consagrada** ou ainda no **celibato**. (PL_20)
140. **A castidade torna harmónica a personalidade, fá-la amadurecer e enche-a de paz interior**. (PC_20)
141. **A sexualidade humana é um mistério sagrado** que deve ser apresentado segundo o ensinamento doutrinal e moral da Igreja... (PL_20)

142. A sexualidade deve ser **orientada, elevada e integrada pelo amor**, que é o único a torná-la **verdadeiramente humana**. (PC_20)
143. A instrução deve ser sempre **“positiva e prudente”** e **“clara e delicada”**... (PC_20)
144. Os jovens devem ser **conveniente e oportunamente instruídos, sobretudo no seio da própria família**, acerca da dignidade, missão e exercício do amor conjugal. (PC_20)

Os excertos acima abordam aquilo que o discurso católico avalia como positivo e indispensável para uma educação sexual *sadia e válida*. Da perspectiva católica, uma verdadeira educação sexual deve:

- Ser feita prioritariamente pela família,
 - porque é um direito e um dever dos pais cuidar da educação dos filhos;
 - porque só os pais têm condições de oferecer uma educação individualizada, que leve em conta as características pessoais de cada filho;
 - porque só no âmbito da família é possível que a sexualidade seja ensinada como um dom e como manifestação do amor de Deus.
- Ensinar o valor da castidade para os não casados e da fidelidade conjugal,
 - porque a castidade humaniza os instintos, favorece o amadurecimento, o equilíbrio pessoal, a auto-estima;
 - porque a fidelidade conjugal protege a família, primeira célula da sociedade;
 - e, acima de tudo, porque somente o ato sexual praticado no interior do casamento, com o objetivo de formar família (ou seja, aquele que respeita o *vínculo procriativo natural* que subjaz ao ato sexual), é uma prática legítima, se se quer viver a sexualidade em conformidade com os planos de Deus.

É importante notar que a família é um tema central no interior do posicionamento católico (aspecto já discutido na *Introdução* e no *Capítulo 2*). Só ela pode educar

adequadamente – e “educar adequadamente”, neste contexto, implica, necessariamente, defender práticas que protegem a própria família. Assim, para a Igreja, a sexualidade é indissociável noção de família que, por sua vez, é a instituição social mais importante aos olhos da hierarquia:

145. Em nossos dias a família passa por um inverno. Mas ela é indestrutível, porque é um “patrimônio da humanidade”, **e tem seu fundamento em Deus.** (PC_11)

146. **A família é uma Igreja Doméstica.** A religião, a fé, os mandamentos de Deus, estão vinculados à família, porque a oração, o perdão, os valores espirituais, **muito contribuem na educação da pessoa, a consistência da família e o bem da sociedade.** (PC_11)

147. **O Estado existe a serviço da pessoa e da família.** [...] Família é uma prioridade social, é a primeira célula de um corpo, ou seja, da sociedade. **Primeira sociedade natural, titular de direitos próprios.** (PC_11)

Outro aspecto importante a ser sublinhado é que, enquanto a Igreja apenas afirma o que é legítimo, faz parecer que a sua proposta é válida apenas no interior do campo católico. Isto é, a sua proposta parece ser válida apenas para católicos na medida em que o que é definido como legítimo em termos de educação sexual está associado a questões essencialmente católicas (formação da família, castidade, obediência a Deus). É notável como a auto-referência que caracteriza a intertextualidade católica se reflete naquilo que é identificado como positivo em termos de educação sexual: a proposta católica se apresenta como a mais adequada porque por meio dela preceitos centrais do catolicismo são salvaguardados.

Entretanto, a situação é um pouco mais complexa. De fato, a proposta católica se apresenta como uma opção válida para qualquer um exatamente quando mostra que a outra opção – a proposta laica – é absolutamente inadequada. Ou seja, é por meio do ataque ao Estado que a Igreja pretende mostrar que uma educação sexual que segue os preceitos católicos é a melhor opção para qualquer pessoa que não queira ser vítima de um engodo.

Neste sentido, é importante notar como todos os documentos analisados produzidos pelo Vaticano sublinham a validade de suas propostas para qualquer um, conforme é

possível observar nos três excertos abaixo – o que corrobora o sema /crença/ como sema rejeitado pelo discurso laico e através do qual a proposta católica é traduzida pelo enunciador laico. Ou seja, afirmar que a sua proposta é válida para todos é uma forma de o enunciador católico negar que a validade de seus ensinamentos é uma questão de /crença/:

148. Este documento **não é uma exposição de teologia dogmática ou moral** sobre o matrimônio e a família, ainda que reflita o pensamento da Igreja sobre o assunto. [...] De fato, sua finalidade é apresentar **a todos os nossos contemporâneos, cristãos ou não**, uma formulação – a mais completa e ordenada possível – acerca dos direitos fundamentais inerentes a esta sociedade natural e universal que é a família. (Carta dos Direitos da Família, excerto já citado no Capítulo 2)
149. **A Carta se dirige, finalmente, a todos, homens e mulheres**, para que se comprometam a fazer todo o possível para assegurar que os direitos da família sejam protegidos e para que a instituição familiar seja fortalecida para o bem de toda a humanidade, hoje e no futuro. (Carta dos Direitos da Família)
150. Visto que transcende toda a ordem da natureza e da cultura, **a fé cristã, por um lado, é compatível com todas as culturas**, naquilo que têm de conforme à recta razão e à boa vontade... (PC_20)
151. **Este guia não quer ser nem um tratado de teologia moral** nem um compêndio de psicologia... (PC_20)
152. ... a Igreja ensina uma postura moral que é **válida para todos, cristãos e não-cristãos**. (PC_19)

Assim, a proposta católica só pode se constituir como a melhor opção, mesmo fora do campo religioso na medida em que todas as outras são impróprias e ineficazes. Esse modo de funcionamento é, na verdade, previsto pelo modelo proposto por Maingueneau para a análise das relações polêmicas, uma vez que a identidade de cada um dos posicionamentos é indissociável da relação com o Outro. Entretanto, é relevante que, enquanto a negação do discurso católico no interior do posicionamento laico não é explícita – por exemplo, o adversário nunca é nomeado (retornarei a esta questão ainda neste capítulo) –, o enunciador católico só pode instituir sua proposta como válida por

meio da desqualificação explícita da educação sexual pautada nos direitos sexuais e reprodutivos.

Neste sentido, é bastante interessante observar o funcionamento característico das negações nos enunciados católicos. Para abordar este fenômeno específico e descrever de que maneira um discurso polemiza com o seu adversário através das negações, recorrerei à teoria polifônica da enunciação tal como proposta por Ducrot (1984, 1988, 1989), que oferece ferramentas de análise bastante produtivas.

Porém, antes algumas ressalvas são necessárias, uma vez que se trata de uma proposta desenvolvida em um quadro teórico distinto do da AD, o que traz implicações relevantes, em especial a respeito da noção de sujeito e de sentido³⁵. Ducrot propõe uma Semântica enquanto teoria estritamente lingüística da significação, e supõe sujeitos que fazem manobras (são, portanto, sujeitos táticos) e expressam seus argumentos por meio das estruturas que a língua oferece. Por sua vez, para a AD, o sentido não é da ordem da língua, mas do discurso, isto é, não resulta apenas das estruturas da língua, mas da sua articulação com a história e com as ideologias. A posição canônica da AD é a de que os processos discursivos inscrevem-se numa língua, cuja estrutura impõe restrições e serve de base para os discursos. Em outras palavras, a língua é relativamente autônoma, mas os sentidos são engendrados por meio dos discursos. No caso específico de Maingueneau (1984), os sentidos atribuídos a certos significantes – especialmente aqueles que são objeto de disputa, como ocorre com o sintagma “educação sexual”, por exemplo – é indissociável da relação polêmica, ou seja, de relações exteriores aos sistema lingüístico. Em relação aos sujeitos, é suficiente dizer que a ideia de que existe um sistema de restrições semânticas supõe um sujeito que tem suas margens de manobras restritas às regras que este sistema define. Isto significa que para falar como um enunciador católico, por exemplo, é preciso refutar, entre outras coisas, que o uso de preservativos garante a segurança do sexo, e defender que tal segurança só pode ser garantida pela fidelidade conjugal. Assim, os sujeitos falam de acordo com uma *competência discursiva* (cf. Capítulo 4) que delimita o dizível de um dado posicionamento. Disso resulta que o sujeito da AD não é um sujeito livre e tático, mas está submetido às regras do posicionamento ao qual adere. Vale, ainda, ressaltar que este

³⁵ Para uma discussão mais aprofundada a respeito da “compatibilidade” entre Ducrot e a AD, ver Possenti (2009).

processo de “aderência” é, em boa medida, inconsciente e histórico e tem pouco a ver com uma identificação clara e objetiva com uma ideologia. Em outras palavras, falar como um católico ou como um laico a respeito da sexualidade resulta de um processo de subjetivação muito mais ligado a processos históricos do que uma escolha consciente do sujeito, que adota esta ou aquela perspectiva. De qualquer forma, o que parece essencial para Maingueneau é que para falar como um católico – ou como um laico, ou como um comunista, ou como um ecologista, e assim por diante – é preciso estar submetido a esta poderosa grade semântica, que, para tanto, se mostra absolutamente simples (de fato, a definição dos semas que compõem o sub-modelo laico confirmam essa simplicidade). A esse respeito, o autor afirma:

No caso da competência discursiva, ao invés de invocar uma espécie de “impregnação” misteriosa para explicar sua aquisição, seria mais verossímil postular que existe uma relação estreita entre a simplicidade do sistema de restrições do discurso e a possibilidade de dominá-lo. [...] No curso de sua vida, o mesmo indivíduo pode, sucessivamente e talvez simultaneamente, inscrever-se em competências discursivas distintas, embora se tenha facilmente a tendência a imaginar que cada um está associado a uma e só a uma competência. Essa estabilidade é talvez verdadeira para algumas personalidades, que se identificaram completamente a um certo discurso, mas ela é desmentida pelos dados mais evidentes. [...] A capacidade de adaptação da grande maioria não padece de nenhuma dúvida: a maior parte dos pregadores, dos jornalistas etc... católicos de antes do Concílio Vaticano II não deu lugar a outros; eles mudaram de discurso. **É possível dar conta mais facilmente desses fenômenos se postulamos a existência de uma competência com regras simples: os Sujeitos estão tanto menos presos a um “paradigma” quanto mais um acesso a um novo paradigma discursivo é formalmente fácil.** (Maingueneau, 1984: 54, 55, grifos meus)

No entanto, ainda que haja diferenças cruciais que resultam dos quadros teóricos implicados nas teorias de Ducrot e Maingueneau, minha aposta foi a de que analisar os enunciados negativos produzidos no interior dos posicionamentos laico e católico, considerando a teoria polifônica, tal como proposta por Ducrot, seria especialmente produtivo para identificar como cada um dos enunciadore nega o seu adversário. É certo

que o processo de refutação do discurso do Outro não se dá apenas por meio da negação linguística. De fato, toda a competência discursiva do Outro é negada – por isso, o sistema é composto por semas reivindicados e por semas rejeitados, o que significa que a totalidade do discurso adversário deve ser rejeitada, e não apenas alguns enunciados problemáticos. Esse processo de refutação se materializa na língua de inúmeras formas. Por exemplo, um enunciado como *os pais têm o dever e o direito de serem os primeiros e os principais educadores dos seus filhos* (PC_20) faz ecoar, necessariamente, um enunciado como *A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade...* (PL_02), que, por sua vez, também reflete o enunciado católico. Assim, também por meio de uma afirmação, o discurso do outro é negado. Além disso, os textos são indissociáveis das práticas que cada um dos discursos considera legítima. A definição de uma política pluralista de educação sexual – que está difundida na sociedade por meio de ações nas escolas, nos postos de saúde e na mídia em geral – contrapõe-se àquela que define a educação sexual como algo pessoal a ser realizado no interior dos lares, conforme a vontade dos pais. Assim, o discurso como um todo nega, por meio de sua existência, o Outro do espaço discursivo.

No entanto, as negações linguísticas se mostraram como um lugar privilegiado de observação desta negação generalizada e mútua entre os dois discursos. Conforme veremos com as análises a seguir, as negações – analisadas segundo a metodologia proposta por Ducrot – revelaram características relevantes de ambos os discursos.

5.2.1 As negações

O ponto de partida de Ducrot é diferenciação entre *frase* e *enunciado*; enquanto o primeiro termo refere-se a uma estrutura que resulta de uma abstração teórica da gramática e cujo valor semântico é a *significação*, o enunciado será o termo usado para nomear um segmento de discurso único, que não se repete, isto é, “a manifestação *hic et nunc* de uma frase” e cujo valor semântico é o *sentido*. Isto quer dizer que duas ocorrências de uma mesma frase representam dois enunciados distintos, uma vez que o momento de enunciação não é o mesmo. Neste quadro, os elementos lexicais e sintáticos presentes na frase constituem-se como diretivas para interpretar adequadamente o sentido de um enunciado.

Segundo Ducrot (1989: 14), “a frase nos diz o que é necessário fazer quando se tem que interpretar seus enunciados, especifica especialmente o tipo de indícios que é necessário procurar no contexto”.

Tendo em vista, então, esta distinção, e fortemente inspirado nas análises do fenômeno da polifonia na literatura feitas por Bakhtin, Ducrot define uma série de figuras enunciativas com diferentes status linguístico que oferecem meios de tratar a multiplicidade de vozes que um único enunciado permite ouvir. E será exatamente do confronto destas muitas vozes que resultará o sentido do enunciado.

Para o autor, o sujeito da enunciação sustenta-se sobre um tripé composto pelas funções de *sujeito empírico* (ou *sujeito falante*), *locutor* e um ou mais *enunciador(es)*. O sujeito empírico é o autor efetivo, o responsável pela produção do enunciado. Para Ducrot, a determinação do sujeito empírico não é um problema pertinente para os linguistas. Na verdade, este é visto como uma questão externa ao enunciado, o que pode ser relevante para sociólogos, por exemplo. O que é um problema especificamente linguístico para este autor é o *sentido* do enunciado, que deriva da frase e seus componentes (isto é, da língua), e não as condições externas de sua produção.

Será, então, necessário ater-se à descrição do locutor e do(s) enunciador(es), figuras internas ao enunciado e que possibilitam determinar o seu sentido. O locutor é descrito como aquele a quem é atribuída a responsabilidade pela enunciação através de marcas do próprio enunciado. As principais marcas que apontam para a figura do locutor são os dêiticos: será, portanto, o locutor o ponto de referência das marcas de primeira pessoa (verbos e pronomes pessoais) e dos advérbios de tempo e lugar (*aqui, agora, ontem, hoje, etc.*). Ducrot (1988: 17) afirma, “chamo a este autor, inscrito no próprio sentido do enunciado, de locutor”.

E, por fim, a terceira função será a de enunciador. Todo enunciado apresenta diversos pontos de vista e a instância origem destes pontos de vista é a função enunciador – que pode se desdobrar, em um mesmo enunciado, em dois ou mais enunciadores, conforme dois ou mais pontos de vistas são apresentados. Os enunciadores são, assim, não pessoas físicas, mas entidades abstratas, origens de diferentes perspectivas enunciativas que o locutor apresenta em seu enunciado: “Chamo de ‘enunciadores’ esses seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe

atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras.” (Ducrot, 1984: 192).

Em geral, quando existe a função locutor no enunciado, ela pode ser identificada com uma das funções de enunciador presentes. Em outros casos, há um distanciamento entre o locutor e o(s) enunciador(es). Assim, para Ducrot (1988: 20),

Descrever o sentido de um enunciado consiste, a meu ver, entre outras coisas, em responder a diversas perguntas: o enunciado contém a função locutor? A quem é atribuída esta função? A quem se assimila o locutor? Quais são os diferentes pontos de vista expressados, isto é, quais são as diferentes funções de enunciador presentes no enunciado? A quem são atribuídas eventualmente estas funções?

Um dos fenômenos linguísticos a que Ducrot recorre para demonstrar o funcionamento de sua teoria polifônica são as negações. Em sua conferência de 1988, Ducrot introduz o tema da negação citando Freud, para quem o fenômeno materializa, na língua, uma negociação feita pelo *ego* entre as pulsões do *id* e a censura do *superego*. Desta forma, em um enunciado negativo [não-P], duas “vozes” se expressariam: a do *id*, no enunciado positivo [P], e a do *superego*, através da negação ligada ao morfema *não*:

A negação, segundo Freud, é um truque inventado pelo *ego* para poder satisfazer de uma só vez à libido e a um *superego* mais ou menos moral: a negação permite dizer coisas e ao mesmo tempo censurá-las, agradando, assim, a todo mundo. (Ducrot, 1988: 23)

Nesta conferência, Ducrot afirma ter-se inspirado em Freud para definir sua teoria da negação, por meio da qual busca demonstrar a dissimetria existente entre enunciados positivos e negativos e que “uma afirmação é apresentada na negação de uma maneira mais fundamental que a negação na afirmação” (1984: 202). Na apresentação de tal teoria, Ducrot opõe-se de maneira explícita a uma abordagem semântica que descreve o morfema *não* não como marca de polifonia no enunciado negativo, mas apenas como um signo de negação que nas línguas naturais marca a inversão de uma proposição positiva.

Ducrot falará, então, em *negação polêmica*, em que é possível observar uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se recusam mutuamente³⁶, E₁ e E₂. Há, portanto, dois pontos de vista em confronto, e o locutor se mostra associado a um deles – em geral, a E₂. Por exemplo: em um enunciado como *O uso de preservativos não é confiável* (PC_17), temos o seguinte esquema:

Ponto de vista de E₁ [a camisinha é confiável]

Ponto de vista de E₂ [refutação do ponto de vista de E₁]

Insisto, novamente, nas ressalvas já feitas. Ducrot afirma que aquilo que é externo ao enunciado não é uma questão relevante e propõe uma metodologia de análise que exclui o sujeito empírico – embora reconheça sua existência (e, inclusive, a impossibilidade de haver enunciado sem que haja um sujeito empírico). Já a AD considera que o exterior linguístico – a história (e não o contexto imediato, é importante ressaltar) – é indissociável dos sentidos que emergem das estruturas linguísticas. Porém, o sujeito empírico que Ducrot exclui do seu escopo de observação **não é** o sujeito da AD. Não são conceitos que se equivalem. Volto a dizer que essa entidade externa ao sistema linguístico, no quadro teórico da AD, é o sujeito do discurso, que enuncia segundo as regras do seu posicionamento discursivo e que, neste mesmo movimento, constitui-se como sujeito de um discurso. Dado este imbricamento entre processo discursivo (que passa pela língua) e subjetivação, falar em entidade exterior à língua para referir ao sujeito do discurso se mostra, também, inadequado. Neste sentido, o sujeito empírico ducrotiano não é também pertinente para a AD, na medida em que o que interessa para essa teoria não são os indivíduos, portadores de um RG, etc., mas esses indivíduos em sua relação intransponível com as ideologias e com os discursos.

A noção de enunciador precisa também de um ajuste. Se para Ducrot os enunciadores são entidades virtuais que manifestam pontos de vista distintos no interior de um enunciado, nas análises das negações que se seguirão será possível observar que esses

³⁶ Nem todas as negações são polêmicas, segundo o autor. Há, também, as negações metalinguísticas e as descritivas. Considerando que para as análises que proponho aqui estas outras categorias são irrelevantes, remeto o leitor ao texto original (Ducrot, 1984: 203-208).

“pontos de vista” materializam exatamente o confronto entre os discursos laico e católico. Neste sentido, os enunciadores serão não entidades desprovidas de palavras e que expressam apenas uma atitude, mas exatamente a manifestação do Outro no discurso do Mesmo na forma de um simulacro – aspecto que ficará mais claro com as análises.

No corpus católico, as negações são muito abundantes. No entanto, dois tipos de estrutura mostraram-se especialmente reveladoras do embate discursivo entre os posicionamentos laico e católico e que, por isso, podem ser identificadas com a negação polêmica de Ducrot: (i) [não p, mas q]³⁷; (ii) [não p – q] ou [q, não p], em que [p], sistematicamente, representa o simulacro do discurso adversário e [q] aquilo que é reivindicado no interior do posicionamento católico. É importante ressaltar que há outras estruturas negativas ao longo do corpus, mas a seleção destas duas estruturas especificamente justifica-se exatamente por evidenciar as relações interdiscursivas que subjazem ao discurso católico³⁸ e por materializarem, na superfície discursiva, a contraposição de duas formas de entender a sexualidade humana.

As análises seguiram o seguinte protocolo: o segmento do excerto que representa a voz da Igreja (o termo (q) da estrutura) virá *[entre colchetes e em itálico]* e o trecho que corresponde ao simulacro do discurso adversário (o termo (p) da estrutura) virá **{entre chaves e em negrito}**. E, abaixo de cada excerto, apresento um esquema inspirado em Ducrot para o enunciado negativo **{não p}**, em que explícito o ponto de vista expresso por E₁ (o ponto de vista afirmativo, subjacente à negação) e que E₂ refuta por meio da negação.

³⁷ Ressalto que o “mas” dos exemplos analisados tem valor de refutação, e não um valor estritamente argumentativo. Assim, [não p, mas q] mostra-se como uma “encenação de uma estrutura de diálogo, no interior de um movimento único de refutação, que liga a negação e a retificação” (Maingueneau, 1987: 165)

³⁸ Dois exemplos de estruturas negativas que não serão analisadas:

(i) *É por isso necessário que **nunca** falte na catequese e na formação conferida dentro e fora da família, **não só** o ensinamento da Igreja sobre o valor excelso da virgindade e do celibato, **mas** também sobre o sentido da vocação ao matrimônio, que **nunca** pode ser considerado por um cristão somente como aventura humana.* (PC_20)

(ii) ***Não** é só a sexualidade que pode nos colocar em estado improdutivo. Também o desejo irrefreável do dinheiro, a “cobiça dos olhos”.* (PC_05)

GRUPO 1: [não p, mas q]:

{A questão não consiste em curar os efeitos,} [*mas as causas.*] **{Não se encontra o remédio nos preservativos, nas pílulas, na esterilização,}** [*mas na mudança de atitude: um verdadeiro trabalho educativo no qual a Família, o Estado e a Igreja têm que envidar os mais vigorosos esforços.*] (PC_12)

a) E₁: A questão consiste em curar os efeitos.

b) E₁: Encontra-se remédio nos preservativos, nas pílulas e na esterilização.

{Em nome da saúde pública, não basta o uso dos preservativos,} [*mas os cidadãos têm direito à educação para o amor, para os valores, para os limites em matéria de sexualidade, sempre sendo preservada a área da intimidade das pessoas.*] (PC_18)

E₁: Em nome da saúde pública, basta o uso dos preservativos.

{A sexualidade, portanto, não é qualquer coisa de puramente biológico,} [*mas refere-se antes ao núcleo íntimo da pessoa.*] (PC_20)

E₁: A sexualidade é algo puramente biológico.

{a virtude da castidade, [...] não é entendida como uma virtude repressiva,} [*mas, pelo contrário, como a transparência e, ao mesmo tempo, a guarda de um dom recebido, precioso e rico, o dom do amor; em vista do dom de si que se realiza na vocação específica de cada um.*] (PC_20)

E₁: A castidade é repressiva.

{Não se trata de impor uma determinada linha de comportamento,} [*mas de mostrar os motivos, sobrenaturais e humanos, que a recomendam.*] (PC_20)

E₁: Trata-se de impor uma determinada linha de comportamento.

GRUPO 2: [não p – q] ou [q, não p]

[O educando deve ser conduzido a crescer como pessoa virtuosa, para a aquisição da aptidão permanente de fazer o bem.] {E não ser encaminhado à luxúria e à irresponsabilidade.} (PC_02)

E₁: Os alunos são encaminhados à luxúria e à irresponsabilidade.

{Não basta distribuir preservativos, nem ensinar fisiologia e anatomia sexual.}
[Precisamos de valores, de famílias bem constituídas, de fé e oração, de respeito pela dignidade humana, de limites e sublimação do erotismo.] (PC_06)

E₁: Basta distribuir preservativos e ensinar fisiologia e anatomia sexual.

[É indispensável formar a juventude para valores que dêem base à sua verdadeira realização no matrimônio.] {Não basta uma educação sexual para explicar como não pegar doenças como a Aids e outras, usando-se preservativos.} (PC_07)

E₁: Basta uma educação sexual que ensine como não pegar doenças usando-se preservativos.

[A CNBB sente a urgência de um verdadeiro plano de educação afetiva e sexual]. {A vida sexual não pode ser banalizada.} (PC_17)

E₁: A vida sexual pode ser banalizada.

[A CNBB se empenha em apoiar e desenvolver campanhas educativas, formativas e informativas que visam ampliar os conhecimentos de toda a população, especialmente dos adolescentes e jovens, para que tenham um estilo de vida saudável, comportamentos pautados nos valores humano-cristãos.] {e não, simplesmente, na mera distribuição de preservativos.} (PC_17)

E₁: A distribuição de preservativos é suficiente.

{Não basta só o sexo seguro}, [é preciso falar de sexo ético.] (PC_18)

E₁: Falar de sexo seguro é suficiente.

Para analisar os excertos acima a partir de uma perspectiva discursiva, é preciso, agora, um afastamento de Ducrot, na medida em que, para poder identificar o sentido destes enunciados, é preciso ir além da língua. É preciso recorrer à dimensão interdiscursiva, que articula língua, discurso e história, para poder explicar, em termos teóricos, como E_1 representa, nestes enunciados, a voz do Outro do espaço discursivo. Mais que isso, na realidade, estes excertos revelam aspectos importante da grade semântica católica, que comento a seguir:

a) A primeira delas é que este modo de oposição linguística reflete a dualidade característica do discurso católico. Como vimos, o discurso católico a respeito da sexualidade, pelo menos desde a Revolução Industrial, institui-se como uma forma de defender a instituição familiar dos mais diversos perigos que desde então *invadiram* a sociedade. Assim, essa contraposição explícita ao discurso do Outro, que é um traço essencial da discursividade católica, manifesta-se linguisticamente na forma como estes excertos contrapõem, lado a lado, dois pontos de vista antagônicos. Ou seja, discurso católico institui-se para derrubar o seu Outro do espaço discursivo, o que adquire materialidade linguística neste enfrentamento corpo a corpo entre enunciados rejeitados e enunciados reivindicados. Porém, é imprescindível ressaltar que, se a polêmica é constitutiva, para o discurso laico não é menos essencial destituir seu adversário católico da palavra válida no interior do espaço discursivo. O que muda, entretanto, são as estratégias que a competência discursiva de cada um dos discursos legitima, o que tem consequências diretas para identidade de cada um deles. Neste sentido, vale já comentar que este tipo de estrutura negativa é rara nos textos laicos – e quando aparecem, engendram sentidos bastante distintos, como se verá na sessão a seguir (o que, não é demais repetir, sinaliza a diferença entre as grades semântica que subjazem a cada um dos discursos).

b) Em relação à associação de E_1 com o enunciador laico, é preciso retomar a ideia da *interincompreensão regradada*, em que a interpretação do discurso do Outro se dá sempre e inevitavelmente através das categorias do Mesmo (o que faz com que o Outro nunca se reconheça no discurso do Mesmo). Disso resulta que a relação com o Outro só pode ocorrer sob a forma do “simulacro”. Neste sentido, o posicionamento discursivo, “ao delimitar a

zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, do dizível errado” (Maingueneau, 1984: 39). Assim, aquilo que é atribuído ao Outro coincide com o que o Mesmo deve negar para definir sua identidade. Se concordarmos com Maingueneau, é preciso afirmar, portanto, que os enunciados E_1 subjacentes às negações analisadas acima representam não o discurso laico tal como ele é, mas um simulacro deste discurso. Na tabela abaixo, do lado esquerdo estão os enunciados E_1 rejeitados e associados à “má educação sexual” e do lado direito, um resumo do que enunciador católico define como legítimo e necessário (conforme os enunciados acima e as respectivas análises):

<i>O que o discurso laico afirma, segundo os enunciadores católicos...</i>	<i>... e o que precisa ser feito, de fato, segundo os enunciadores católicos.</i>
A questão consiste em curar os efeitos.	É preciso que as causas dos problemas relativos à sexualidade sejam curadas por meio de um verdadeiro trabalho educativo e de um verdadeiro plano de educação afetiva e sexual: uma educação para o amor, para os valores, para o sexo ético, que impõe limites em matéria de sexualidade, que considera a sexualidade como algo indissociável do núcleo íntimo da pessoa e que ensina o valor da castidade, da família e do matrimônio, da sublimação do erotismo.
Encontra-se remédio nos preservativos, nas pílulas e na esterilização.	
Em nome da saúde pública, basta o uso dos preservativos.	
A sexualidade é algo puramente biológico.	
A castidade é repressiva.	
Os alunos são encaminhados à luxúria e a irresponsabilidade.	
Basta distribuir preservativos e ensinar fisiologia e anatomia sexual.	
Basta uma educação sexual que ensine como não pegar doenças usando-se preservativos.	
A vida sexual pode ser banalizada.	
A distribuição de preservativos é suficiente.	
Falar de sexo seguro é suficiente.	

Tabela 6: Enunciados rejeitados e reivindicados no interior do posicionamento católico.

A partir da Tabela 6 acima, fica claro como a negação explícita do Outro é essencial para o estabelecimento daquilo que precisa ser feito em matéria de educação sexual de uma perspectiva católica. A proposta de educação sexual laica é vista como uma abordagem reducionista que só distribui preservativos e que, portanto, banaliza a vida sexual, enquanto que a proposta católica abarca a sexualidade humana em seu verdadeiro significado.

Mas não é só por meio das negações que é possível observar os simulacros do discurso laico. Vejamos mais um conjunto de excertos:

153. Nunca se deve esquecer que **a desordem no uso do sexo** tende a destruir progressivamente a capacidade de amar da pessoa (PC_01)
154. **A diversão barata, pela prática genital**, tornou-se um imperativo ético. **Todos devem considerar o prazer sexual como um direito universal.** (PC_02)
155. **A influência do paganismo, da mediocridade, falta de formação** e influência de grandes meios de comunicação materialistas dificultam a juventude a se pautar na vida por valores acima apresentados. (PC_04)
156. **Fixando-se mais no animalesco do que no sentido da vida plenificado** com valores éticos, morais e sociais, **a pessoa está sujeita à irracionalidade do uso e da busca do prazer momentâneo** como sendo isto absoluto. (PC_04)
157. **A pura banalização do sexo** não torna as pessoas mais aptas para não pegarem os vírus da irresponsabilidade matrimonial e a falta de compromisso para se levar a efeito o verdadeiro amor conjugal. (PC_07)
158. Egoísmo e imaturidade, despreparo e desconhecimento de si e do outro, fazem do namoro **uma brincadeira erótica, cheia de enganos e decepções.** É preciso distinguir entre o que é gamar, gostar, amar. (PC_10)
159. **A vida sexual plena, fora do casamento, foi estimulada sem nenhum entrave.** (PC_14)
160. Sucedem-se através dos tempos o **simples acasalamento em busca do prazer**, o incesto, o adultério e a traição entre marido e esposa, terminando nem tão raramente em assassinato. (PC_16)
161. É **simplesmente a busca do prazer pelo prazer**, em seguidas agressões à dignidade humana. (PC_16)
162. **A propaganda para difundir o uso do preservativo** é, por isso mesmo, absolutamente inadequada por que, por um lado, **favorece a proliferação da promiscuidade** e, por outro, não evita devidamente a contaminação. (PC_17)
163. Pedagogicamente corre o perigo de que a campanha venha a ser entendida assim: **“Tenha relações sexuais, desde que tome as devidas precauções”.** Não seria esta

uma forma de incentivar a prática do sexo prematuro? (PC_17)

164. Esse direito natural dos pais tem que ser defendido de maneira vigorosa. **A ingerência do Estado** em matéria tão delicada, é absolutamente inadmissível. (PC_17)
165. **O erotismo é egocêntrico, vingativo, sedutor e ilusório.** (PC_18)
166. A prevenção verdadeira só é possível por meio de um verdadeiro esforço educativo. **Uma educação sem equívocos e sem a ampla difusão de conceitos reducionistas** e que leve ao descobrimento ou redescobrimto dos valores da sexualidade... (PC_19)
167. ... uma **evolução semântica** ocorre, em que **“homicídio” é chamado de “morte induzida”, “infanticídio”, de “aborto terapêutico” e o “adultério” se transforma em uma “mera aventura extra-conjugal”.** (PC_19)
168. Diante do **uma cultura que “banaliza” em grande parte a sexualidade humana, porque a interpreta e a vive de maneira limitada e empobrecida coligando-a unicamente ao corpo e ao prazer egoístico,** o serviço educativo dos pais deve dirigir-se com firmeza para uma cultura sexual que seja verdadeira e plenamente pessoal. (PC_20)
169. A Igreja opõe-se firmemente a **uma certa forma de informação sexual,** desligada dos princípios morais, tão difundida, **que não é senão uma introdução à experiência do prazer e um estímulo que leva à perda — ainda nos anos da inocência — da serenidade, abrindo as portas ao vício.** (PC_20)

Nos excertos acima, a proposta laica é acusada de difundir um “estilo de vida sexual” absolutamente profano. Da perspectiva católica, as propostas defendidas pelo enunciador laico – que, como vimos, se apresenta como justa e plural – são recebidas pelo enunciador católico como algo muito mais próximo de um filme pornográfico do que de uma política pública que protege a liberdade e a autonomia dos indivíduos. Além disso, longe de promoverem atitudes responsáveis, incentivam uma vida desregrada e medíocre; o Estado, neste sentido, não estaria cumprindo um dever, mas impondo uma ideologia e oferecendo informações parciais, reducionistas e deturpadas.

Esses exemplos mostram também como o discurso-agente (aquele que se coloca na posição de intérprete do discurso adversário) não pode reconhecer o discurso-paciente (o que é submetido ao processo de tradução) tal como ele é. É preciso construir dele uma

imagem distorcida, um simulacro, garantindo, assim, o seu espaço através da “desautorização” do discurso do Outro.

Na tabela abaixo, a partir de um levantamento feito em todo o corpus – e considerando os excertos católicos analisados anteriormente – apresento o modo como a educação sexual laica é qualificada pelos enunciadores católicos (colunas da esquerda e central) e, na coluna da direita, estão as teses que o discurso católico "reivindica" para si.

Sobre a proposta laica em geral, os enunciadores católicos afirmam:	Sobre o incentivo ao uso de preservativos, os enunciadores católicos afirmam:	Sobre uma educação sexual pautada nos valores morais da Igreja, os enunciadores católicos afirmam:
<p>Dá apenas informações sobre a fisiologia do aparelho sexual</p> <p>É imposta pelo governo – feita fora do seio da família</p> <p>Apenas explica como não pegar doenças como a Aids e outras ou engravidar, usando-se preservativos</p> <p>Encaminha à luxúria e à irresponsabilidade</p> <p>Fixa-se mais no animalesco e nos prazeres do sexo sem amor</p> <p>Põe Deus à margem da vida</p> <p>Impõe um falso estilo de vida</p> <p>Banaliza o sexo</p> <p>Usa uma linguagem ambígua</p> <p>Liga a sexualidade só ao corpo e ao prazer egoísta</p> <p>Inspira comportamentos permissivos e hedonísticos</p> <p>É pagã – medíocre – materialista – impessoal – massiva – reducionista – impositiva – secularizada – anti-natalista – pernicioso – precoce – inaceitável – utópica – ideológica</p> <p>É uma ingerência do Estado</p>	<p>É como uma roleta-russa</p> <p>Favorece a proliferação da promiscuidade</p> <p>Não evita a contaminação</p> <p>É um método propagador da Aids e de outras DST</p> <p>Incentiva a prática do sexo prematuro</p> <p>É uma solução imediatista e inadequada</p> <p>Incentiva a prática desregrada do sexo</p> <p>Muda a ordem natural</p> <p>Incentiva o sexo sem responsabilidade</p> <p>Destroi não apenas a saúde reprodutiva dos jovens, mas sua saúde emocional, mental e espiritual.</p> <p>É uma falácia – um engodo – um equívoco – uma teoria ilusória – uma arma imoral – uma política perigosa</p>	<p>É feita primordialmente pela família, as primeiras educadoras naturais dos filhos</p> <p>É conveniente – oportuna – positiva – prudente – clara – delicada – sadia – efetiva – verdadeira – humana – harmônica.</p> <p>Promove a castidade – a dignidade – a virtude nas pessoas – o sexo protegido pelo casamento – o comportamento sexual responsável no amor – a beleza do ato de amor</p> <p>Considera a relação da sexualidade com o núcleo íntimo da pessoa, com o amor – é um mistério sagrado</p> <p>É verdadeira</p>

Tabela 7: O modo como o enunciador católico avalia as propostas laicas e como qualifica a própria proposta.

A partir dos enunciados acima, é possível observar como o ataque à proposta laica é aberta, explícita e bastante violenta. No entanto, embora as “injúrias” se multipliquem ao longo dos textos, é possível observar que as acusações, na verdade, são poucas. Isto é, elas parecem se organizar em torno do eixo MENTIRA – PROMISCUIDADE – INFRAÇÃO (da lei divina, dos direitos dos pais).

A partir das análises feitas até este momento, é possível definir as duas primeiras oposições semânticas básicas que constituem o sob-modelo católico: **/verdade/ vs /mentira/** e **/dever/ vs /infração/**. Conforme vimos ao longo das análises do discurso católico – que incluí, evidentemente, a análise de sua intertextualidade – a proposta católica é, acima de tudo, obediente à palavra de Deus. Sendo assim, ela é verdadeira e autêntica e, portanto, a mais adequada. Por conseguinte, a proposta adversária é uma fraude, um ardid – algo cujas bases não encontram sustentação válida e plausível, o que faz dela uma proposta perigosa.

Trata-se, possivelmente, de uma oposição um tanto quanto óbvia. De fato, desde muito cedo levantei a hipótese de o sema */verdade/* ser um dos operadores de individuação católica – hipótese levantada a partir da constatação da recorrência de *verdadeiro* qualificando termos como *sexo seguro, educação sexual, proteção*. Porém, foi preciso organizar o corpus e verificar em que medida se tratava, efetivamente, de um sema – o que, creio, foi devidamente demonstrado.

Em relação ao sema rejeitado */mentira/*, parece suficiente dizer que ele dá conta de organizar boa parte daquilo que é dito por um enunciador católico a respeito do discurso laico. Além disso, a proposta católica se mostra mais verdadeira na mesma medida em que o discurso opositor é mentiroso. Isto é, a educação sexual católica é a melhor opção para *qualquer um* não apenas porque está em consonância com a verdade divina, mas porque protege *verdadeiramente* as pessoas de todos os perigos que uma vida sexual inadequada impõe. E, por fim, essa vida sexual inadequada é, ela mesmo, resultado das campanhas educacionais laicas, que mentem quando dizem estar protegendo as pessoas.

Por sua vez, o sema */dever/* é subjacente a boa parte dos enunciados legítimos católicos, uma vez que, se são os pais que *devem* educar seus filhos conforme a doutrina católica, o Estado *deve* respeitar o direito dos pais e todos *deveriam* viver a sexualidade

conforme as definições da Igreja – se todos cumprissem o seu /dever/, o mundo seria um lugar melhor. No entanto, o que é possível observar é a /infração/ da lei que define o /dever/: as pessoas infringem a moral católica (e vivem desregradamente) e o Estado infringe o direito dos pais e a moral católica. Em outras palavras, a proposta laica é, aos olhos dos católicos, uma grande infração.

Mas os semas /verdade/ e /dever/ não estão sozinhos no sistema de restrições católico. Para identificar o terceiro sema, apresento mais um conjunto de exemplos:

170. **O mundo não evoluiu depois da revolução sexual**, pelo contrário, **o que aumentou** foi a Aids, o alcoolismo, o consumo de drogas, a decadência familiar, a exploração de crianças. (PC_06)
171. **As civilizações decaem por muitos motivos**, um entre eles, é a decadência familiar e sexual. **Hoje** existe a obrigatoriedade do orgasmo. Eis **um novo tabu**, uma nova repressão. (PC_06)
172. o pior não são os estragos materiais. Se os pessimistas tiverem razão, **pior ainda será a situação moral e espiritual, a decadência** da religião e da família que é uma das maiores conquistas da Bíblia e do cristianismo. (PC_09)
173. **Antigamente** também existiam pecadores, mas o pecado era reconhecido como pecado. **Hoje** é apresentado como coisa boa, conquista da liberdade. (PC_09)
174. **Neste mundo** cheio de gente que procura a felicidade nos prazeres do sexo sem amor, ainda surgem jovens, até mesmo sem motivação religiosa, que redescobrem o valor da virgindade até o casamento. (PC_09)
175. **Em nossos dias**, a experiência sexual é cada vez mais precoce e fortemente influenciada pela pornografia via internet, celular etc., por outro lado, a permissividade sexual dos adultos recebe também o nome de namoro. (PC_10)
176. **Diante de tantos ataques que a vida vem sofrendo em nossos dias**, é nossa missão reafirmar sua importância inestimável e inegociável. (PC_13)
177. **Olhando para o ano Dois Mil**, como não pensar nos jovens? **O que lhes é proposto?** Uma sociedade de “coisas” e não de “pessoas”. O direito de fazer livremente tudo, desde a idade mais jovem, sem freios mas com o máximo da “segurança” possível. O dom desinteressado de si, o controle dos instintos, o sentido da

responsabilidade são noções que **se consideram ligadas a uma outra época**. (PC_20)

178. **No passado**, mesmo quando da parte da família não se dava uma explícita educação sexual, todavia a cultura geral, marcada pelo respeito dos valores fundamentais, servia objectivamente para os proteger e conservar. A falta dos modelos tradicionais em grande parte da sociedade, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em vias de desenvolvimento, deixou os filhos privados de indicações unívocas e positivas... **Este novo contexto** é ainda agravado por um obscurecimento da verdade sobre o homem a que assistimos e em que age, entre outras coisas, uma pressão em direcção à banalização do sexo. (PC_20)

179. **A grande revolução sexual da década de 1960**, pôs de ponta cabeça tudo o que a humanidade dizia - bem ou mal - sobre sexualidade. **De repente** todos fomos proibidos de proibir qualquer coisa. A busca do prazer, legítimo em si, entrou em velocidade crescente, sem possibilidade de usar freios que mantivessem uma velocidade de segurança. A vida sexual plena, fora do casamento, foi estimulada sem nenhum entrave. Daí para a juventude concluir que casar, ter uma família aprovada pela sociedade, é totalmente cafona, foi apenas um passo. **O novo jeito** é juntar os trapos e ir morar juntos, e permanecer apenas enquanto der tudo certo. Ou então, partir para a gravidez fora da vida familiar. A fidelidade conjugal entre casais estáveis, **passou a ser** um pio desejo. (PC_14)

180. Nossa cultura **está** erotizada demais. Uma das causas da **queda das civilizações** é a decadência da moral sexual. Temos **hoje** um novo tabu - a orgasmomania e orgasmolatria. (PC_18)

O que os excertos (170) a (180) acima têm em comum (além dos simulacros) é a identificação de um passado em que a conduta moral verdadeira tinha valor; um passado bom, em que as pessoas valorizavam o casamento, o controle dos instintos, a família, a castidade. Neste passado, os indivíduos sabiam identificar o certo e o errado e o pecado era reconhecido como tal. No entanto, a *decadência* vem assolando cada vez mais a humanidade, e o pecado é chamado, agora, de *liberdade*. Como se vê, é feita uma delimitação clara entre um hoje, assolado por uma moralidade sexual libertina e vulgar, e um passado em que reinava a ordem e a /tradição/ tinha valor.

Maingueneau (1987) chama de *dêixis discursiva* ao princípio de funcionamento

discursivo por meio do qual um universo de sentido se constrói através de sua enunciação. A dêixis lingüística refere-se às coordenadas espaciotemporais implicadas em um ato de enunciação EU – TU – AQUI – AGORA. A dêixis discursiva, por sua vez, tem a mesma função, mas manifesta-se em um nível diferente: LOCUTOR –DESTINATÁRIO – TOPOGRAFIA – CRONOGRAFIA. Os discursos criam seus universos de sentido, os quais possuem um tempo e um lugar, que não são cronológicos e geográficos, mas ideológicos. O que se sobrepõe é a ideologia. Assim, falamos, por exemplo, em Idade das Trevas ou Idade da Razão. Ou seja, existe uma data cronologicamente identificável na linha do tempo, mas não é ela que importa. O que conta para a constituição do sentido é o tempo do discurso: tempo em que certas coisas podem ser ditas e outras não, em que se acredita em X e não em Y. Busca-se, desta forma, um lugar de legitimação: busca-se uma *dêixis fundadora*. “Esta deve ser entendida como a(s) situação(ões) de enunciação anterior(es) que esta dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimação” (*ibid.*, p.42).

Embora a dêixis discursiva de ambos os discursos seja um dos temas do próximo capítulo, por ora basta identificar esta cronografia fundadora do discurso católico, que define um *hoje decadente e vulgar* em contraposição a *um passado em que a verdade era soberana*. Esta cronografia, de fato, é absolutamente relevante no interior deste posicionamento na medida em que revela, exatamente, uma das oposições semânticas que constitui o sistema de restrição católico: **/tradição/ vs /vulgaridade/**.

Assim, a grade semântica laica é formada pelos seguintes semas complementares:

POSICIONAMENTO CATÓLICO	
Semas positivos (reivindicados)	Semas negativos (rejeitados)
/verdade/	/mentira/
/dever/	/infração/
/tradição/	/vulgaridade/

Tabela 8: Sub-modelo católico

É da reinterpretação do discurso laico através dos semas rejeitados */mentira/*, */infração/* e */vulgaridade/* que resultam os simulacros, que podem ser resumidos conforme o quadro a seguir:

Sema laico reivindicado	Enunciado laico	Sema católico rejeitado	Simulacro do enunciado laico
/pluralismo/	Educação sexual pluralista	/vulgaridade/	Educação sexual imoral
	Viver plenamente a sexualidade		Viver a sexualidade como animais, de forma desordenada.
/autonomia/	Autonomia/liberdade para escolher (o parceiro, a orientação sexual, o n.º de filhos, etc.)	/infração/	Transgressão de regras morais e da Lei de Deus.
/justiça/	Educação sexual justa	/mentira/	Educação sexual mentirosa

Tabela 9: A interincompreensão regrada

Nesta seção, foi possível observar como o discurso católico polemiza com o discurso laico e como um registro tipicamente polêmico caracteriza este discurso, o que tem reflexos – e é um reflexo – nos/dos semas rejeitados /vulgaridade/, /infração/ e /mentira/. Neste sentido, é interessante observar a discrepância em relação aos semas rejeitados laicos, que são bem menos violentos e, quando “bate mais forte”, lê o discurso católico através do sema /imposição/.

De fato, a diferença entre as grades semântica reflete – como propõe a teoria subjacente às análises – a diferença profunda no modo como os dois discursos disputam pela palavra legítima no interior deste posicionamento, conforme veremos com as análises a seguir.

5.3 Mas negar é preciso

As estratégias de combate, por assim dizer, do discurso laico são bem diferentes daquelas que resultam do dispositivo de tradução da semântica católica. O discurso laico, por ser um discurso *justo*, *plural* e que proporciona *autonomia* aos indivíduos – o que é indissociável das relações intertextuais características deste posicionamento – incorpora um modo de polemizar menos combativo, mais “civilizado”. O fato de a proposta laica incorporar preceitos associados aos Direitos Humanos e às organizações internacionais (que representam a *Voz das Nações*), basear-se em informações científicas e estar de acordo com

a lei, faz com que ela se mostre acima de qualquer polêmica – dada a “evidência” da legitimidade de sua proposta – e “aparentemente” indiferente aos ataques que sofre da Igreja. Digo “aparentemente” porque, se o enunciador laico não ataca com violência o adversário, as análises a seguir mostrarão que a rejeição do discurso católico é uma constante nos textos laicos.

Um dos efeitos da “ação” dos semas /justiça/ e /pluralismo/ é que a proposta laica incorpora as questões de fé ao seu discurso: uma educação que é *plural e justa* não pode excluir ninguém – nem mesmo o seu adversário do espaço discursivo.

181. O fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma **crença religiosa** ou não e a forma como o faz determina em grande parte a educação das crianças. **Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais construirá sua sexualidade na infância.** (PL_01)

182. ... **não compete à escola, em nenhuma situação, julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece.** Antes, caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças, a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias. (PL_01)

183. **A Plataforma do Cairo** faz, entre outras, as seguintes recomendações para a garantia de direitos e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens (parágrafo E, capítulo VII): [dentre os 5 pontos, destaco o que se segue:] ***Respeitem os valores culturais e crenças religiosas, bem como os direitos, deveres e responsabilidades dos pais.*** (PL_05)

Além de reconhecer o papel da família na educação sexual dos filhos – o que, segundo o posicionamento católico, seria ignorado, de forma até mesmo violenta e autoritária, pelo Estado – reconhece-se como o fato da família “professar uma crença religiosa” interfere na formação sexual das crianças e jovens. É interessante notar como isso é dito de uma forma pretensamente neutra: apenas constatam-se estes fatos, e não é feita nenhuma avaliação – boa ou má – deles. Na verdade, é dada uma ênfase à necessidade de *respeitar sempre* (corroborando, uma vez mais, os semas positivos laicos /justiça/ e /pluralidade/).

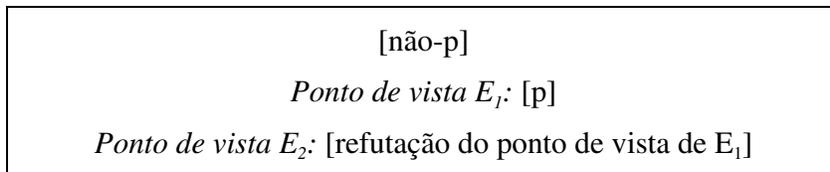
No entanto, outros materiais mostram que a *aceitação* das questões de cunho religioso não implica uma ausência de polêmica. Como não poderia deixar de ser – uma vez que a polêmica é constitutiva – o embate é inevitável, uma vez que, na verdade, aquilo que o discurso laico reivindica é incompatível com a semântica de base do discurso católico. Vejamos outra passagem dos PCN:

184. Outro ponto a ser considerado para as intervenções do professor nas situações de manifestação de sexualidade de seus alunos em sala de aula é o referente aos valores a ela associados. **O professor não deve emitir juízo de valor** sobre essas atitudes, e sim contextualizá-las. O mesmo vale para as respostas que oferece às perguntas feitas por seus alunos. **Por exemplo, se o professor disser que uma relação sexual é a que acontece entre um homem e uma mulher após o casamento para se ter filhos, estará transmitindo seus valores pessoais (sexo somente após o casamento com o objetivo da procriação).** É necessário que o professor possa **reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus.** Sua postura deve ser **pluralista e democrática**, o que cria condições mais favoráveis para o esclarecimento e a informação sem a imposição de valores particulares. (PL_01)

No excerto acima, o professor é explicitamente orientado a ter uma postura “pluralista e democrática” diante das questões dos alunos. Embora a orientação seja para que o professor não imponha suas crenças – o que faria dele um indivíduo *não pluralista e não democrático*, um indivíduo que *uniformiza* o mundo – o modo como isso aparece no texto não tem o tom acusatório dos textos católicos. Na verdade, a crítica é feita, mas de uma forma indireta e aparentemente “polida”. No entanto, a “polidez” perde sua “força” na medida em que o exemplo utilizado para mostrar como seria ser “não plural e não democrático” é exatamente uma das teses centrais do posicionamento adversário, a saber, a de que o sexo só deve ser feito após o casamento. Assim, o que o discurso católico reivindica como /verdade/, /tradição/ e /dever/ (sexo só no casamento e para formar família), o discurso laico interpreta, sob efeito dos semas negativos /uniformidade/, /imposição/ e /crença/ como algo não plural e não democrático.

Para as análises que se seguem, retomarei a teoria polifônica da negação de Ducrot

(cf. seção anterior), segundo a qual, em um enunciado negativo [não-p], é possível identificar dois pontos de vista em confronto, conforme o esquema abaixo:



O que foi possível observar é que as negações são bastante distintas das negações católicas. Como veremos, os pontos de vista de E_1 não constituem simulacros do discurso católico. O que ocorre é que ora o ponto de vista refutado é uma tese defendida, efetivamente, no interior do posicionamento católico [*GRUPO 1 abaixo*], ora é uma refutação de um enunciado que os católicos afirmam ser uma tese laica legítima [*GRUPO 2 abaixo*].

As análises dos enunciados do GRUPO 1 serão feitas da seguinte maneira: para facilitar a visualização, abaixo dos enunciados negativos, apresento o ponto de vista positivo E_1 (o que está sendo refutado por E_2), e, na coluna ao lado, exponho excertos retirados do corpus católico em que o ponto de vista defendido coincide com o E_1 que está sendo refutado (haverá, eventualmente, repetição de excertos católicos já analisados):

Enunciados negativos laicos/ E ₁ subjacente	Enunciado católico
<p>As questões referentes à sexualidade não se restringem ao âmbito individual. Pelo contrário, muitas vezes, para compreender comportamentos e valores pessoais é necessário contextualizá-los social e culturalmente. (PL_01)</p> <p><i>E₁: As questões referentes à sexualidade dizem respeito ao indivíduo.</i></p>	<p>o serviço educativo dos pais deve dirigir-se com firmeza para uma cultura sexual que seja verdadeira e plenamente pessoal. (PC_20)</p>
<p>É importante destacar que o Ministério da Saúde não considera e tampouco incentiva o abortamento como método de planejamento familiar. (PL_09)</p> <p><i>E₁: o MS incentiva o abortamento como método de planejamento familiar.</i></p>	<p>em nenhum momento se alerta à população dos aspectos negativos dessa campanha anticoncepcional. [...] Não se adverte que elas têm um potencial efeito antinidativo e, portanto, abortivo. (PC_12)</p>
<p>Como escolher o método anticoncepcional? A escolha deve ser livre e informada. [...] Não existe um método melhor que o outro, cada um tem vantagens e desvantagens. Assim como também não existe um método 100% eficaz, todos têm uma probabilidade de falha. (PL_07)</p> <p><i>E₁: Existem métodos anticoncepcionais melhores que outros e existem métodos 100% eficazes.</i></p>	<p>É louvável um verdadeiro planejamento familiar, sem contrariar a lei natural, servindo-se dos métodos naturais – como o Billings e outros – que têm uma eficácia comprovada igual ou maior do que as pílulas e não acarreta efeitos colaterais. (PC_12)</p> <p>É necessário apresentar uma solução “alternativa” [...] que é 100% efetiva contra a transmissão sexual dessas doenças [...]: abstinência antes do casamento e fidelidade entre os cônjuges. (PC_19)</p>
<p>Ao mesmo tempo que oferece referências e limites, o professor deve manifestar a compreensão de que as manifestações da sexualidade infantil são prazerosas e fazem parte do desenvolvimento saudável de todo ser humano. [...] tais manifestações não devem ser condenadas ou julgadas segundo doutrinas morais. (PL_01)</p> <p><i>E₁: É necessário que tais manifestações sejam julgadas segundo doutrinas morais.</i></p>	<p>A dimensão moral deve sempre fazer parte das suas explicações. (PC_21)</p>
<p>Tire o peso da dúvida. Se transou sem camisinha, faça o teste de Aids. Ele é gratuito na rede pública. Casamento não é garantia de proteção. (PL_DST_07)</p> <p><i>E₁: Casamento é garantia de proteção.</i></p>	<p>Em geral, as culturas sempre distinguiram entre sexo sem responsabilidade e sexo que é protegido pelo casamento, em favor da família. (PC_19)</p>

Tabela 10: Negações laicas

Os exemplos de enunciados negativos expostos acima refutam, conforme busquei mostrar, teses defendidas no interior do posicionamento laico e enunciados efetivamente proferidos por locutores católicos. Mas, ainda que esses enunciados laicos refutem teses defendidas em enunciados católicos, o “ponto de vista” refutado nunca é explicitamente atribuído à Igreja. Não encontrei, nos textos laicos que compõem o corpus desta pesquisa, ocorrências que definem aquilo que é refutado como sendo algo aceito ou divulgado como positivo pela Igreja Católica. Conforme podemos observar nos exemplos acima, a associação entre E_1 e a Igreja Católica se dá graças a uma memória discursiva que possibilita estabelecer uma correspondência entre aquilo que o discurso laico refuta e aquilo que o discurso católico defende. Disto resulta o tom específico no modo em que os textos laicos polemizam, um tom calmo e assertivo característico daqueles que não precisam brigar pela legitimidade de sua palavra.

Vejamos mais um exemplo deste tipo de negação linguística. O texto abaixo é a transcrição da letra de um jingle (gravado nos ritmos axé, samba e frevo) que fez parte da campanha do governo federal de prevenção ao contágio pela AIDS divulgada no carnaval de 2004 (PL_DST_03).

*Pode botar pressão/ que eu agüento. Coloca direitinho/ que **eu não arrebento**. Tô aqui pra proteger/ **por mim não passa nada**. Neste carnaval/ **não vá me esquecer**. Refrão: eu sou a camisinha, meu amor/ pode cair nesta folia sem pudor/ me use e me abuse, eu sou a camisinha, pode confiar. Para completar a diversão/ tem que usar direito. Tira o ar todinho/ encosta no sujeito. Pega na pontinha e vai desenrolando. Agora é só brincar/ sem se preocupar. Refrão... Locutor³⁹: Pela camisinha, não passa nada. Use e confie! Ministério da Saúde. Brasil, um país de todos.*

Neste texto, a voz do enunciador católico é assumida pelo preservativo, que, assumindo o papel de locutor (conforme nomenclatura ducrotiana, uma vez que é à camisinha que os dêiticos se referem), conversa com um folião, explica-lhe como deve ser usado (não é de qualquer jeito) e pede para não ser esquecido. E garante que é confiável.

³⁹ Aqui, o termo “locutor” refere-se ao profissional da imprensa falada que faz apresentações de programas, lê textos comerciais, etc. – no caso, profere o slogan da campanha de 2004 – , e não à figura enunciativa definida por Ducrot.

Em relação aos enunciados negativos, é interessante notar como eles dialogam com uma das acusações diletas do posicionamento católico, que é, como vimos, a ineficácia da camisinha na prevenção às DST/Aids. Assim, os E_1 que subjazem a estes enunciados negativos são do mesmo tipo dos analisados acima, isto é, são enunciados compatíveis com a competência católica – e que a competência laica rejeita.

Coloca direitinho/ que **eu não arrebento**.

E_1 : A camisinha arrebenta.

Tô aqui pra proteger/ **por mim não passa nada**.

Pela camisinha, não passa nada. Use e confie!

E_1 : Pela camisinha passa tudo, inclusive o vírus da Aids.

Neste carnaval/ **não vá me esquecer**.

E_1 : A camisinha deve ser esquecida.

Outro aspecto importante deste jingle é o seu diálogo especificamente com o excerto católico abaixo:

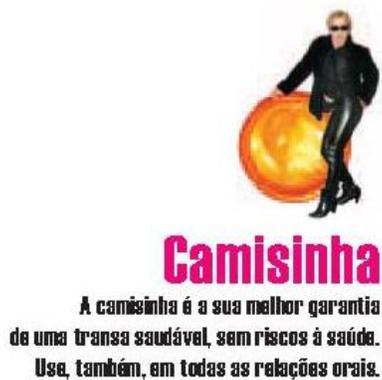
185. O uso típico de preservativos, na vida real, está longe da perfeição; ao invés disso, ele é frequentemente usado de maneira inconsistente e incorreta. O que não é difícil de entender, já que o uso correto requer uma enorme auto-disciplina (e memória), e que um processo de 7 passos sejam meticulosamente seguido. [...] Sem entrar em detalhes, é suficiente dizer que o ato sexual, devido ao seu aspecto instintivo e apaixonado, agravado pela ausência de um mínimo autocontrole, traz consigo os riscos já mencionados durante e depois o uso do preservativo. (PC_19)

A relação *uso correto x eficácia na proteção* dos preservativos é um tema relevante para os dois posicionamentos. No entanto, o enunciador católico dá um peso relativamente grande ao fato de a proteção ser prejudicada quando o uso não é correto – o que, segundo este enunciador, é quase impossível de ser executado na vida real já que exige que um

processo de 7 passos seja meticulosamente seguido (o que exigiria memória, auto-controle, etc.). Por sua vez, o enunciador laico não nega a importância do uso correto, e este é, inclusive, o tema principal do jingle que está sendo analisado. Na realidade, o modo de usar os preservativos de maneira a maximizar sua eficácia é frequentemente tematizado nos manuais produzidos pelo Governo Federal, através de instruções escritas e ilustradas de como o preservativo deve ser colocado. No entanto, o uso correto nos textos laicos é muito fácil de ser executado – como instrui o jingle: *Para completar a diversão/ tem que usar direito. Tira o ar todinho/ encosta no sujeito. Pega na pontinha e vai desenrolando. Agora é só brincar/ sem se preocupar.* Essa mesma facilidade é expressa nas instruções ilustradas presentes nos panfletos entregues aos foliões e nos manuais já analisados em geral:



Figura 1: Instruções ilustradas presentes no manual “Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais” (PL_07), cujo público-alvo são homens e mulheres adultos.



Se fique:

- Verifique sempre a data de validade da camisinha.
- Não use camisinha que esteja pegajosa ou ressecada.
- Guarde a camisinha em local seco e sem luminosidade e nunca no bolso de trás da calça ou na carteira, onde pode estragar-se facilmente.
- Na hora da *deitada*, também use a camisinha. A ação será mais confortável e não há riscos de sua unha causar feridas no ânus do seu parceiro.



Camisinha passo-a-passo

-  1 Abra a embalagem com cuidado - nunca com os dentes - para não furar a camisinha. Coloque a camisinha somente quando o pênis estiver duro.
-  2 Desenrole-a até a base do pênis, mas antes aperte a ponta para retirar o ar. Só use lubrificantes à base de água, evite vaselina e outros lubrificantes à base de óleo.
-  3 Após a ejaculação, retire-a com o pênis ainda duro, fechando com a mão a abertura para evitar que o esperma vazze da camisinha.
-  4 Dê um nó e jogue-a no lixo. Isso evitará vazamentos e possíveis contaminações do lixo. Nunca use a camisinha mais de uma vez.

Deixando tudo mais interessante...

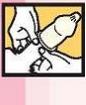
-  1 Aperte a ponta para o ar sair. Prenda a camisinha no céu da boca com a língua. Lembre-se: não morda a camisinha!
-  2 Leve até a ponta do pênis e empurre a camisinha com os lábios.
-  3 Usando a língua, os lábios e o rosto, desenrole a camisinha até a base do pênis.
-  4 Depois da transa, tire a camisinha com as mãos para evitar vazamento do esperma.

Figura 2: Instruções escritas e ilustradas presentes na cartilha “Ser travesti” (PL_11).

A insistência no uso correto do preservativo nos materiais laicos indica que se trata de algo relevante não apenas para os católicos. Isto é, o enunciado *o uso incorreto da camisinha a deixa insegura* pode ser atribuído tanto a um enunciador católico quanto ao laico. Inclusive, no jingle analisado, é afirmado que quando usada corretamente, a camisinha é segura (*Coloca direitinho que eu não arrebento; tem que usar direito*) – o que deixa subentendido que quando não colocada conforme as instruções, pode arrebentar, vazar, etc., comprometendo, portanto, sua segurança. No entanto, o que muda consideravelmente é a avaliação deste “fato” por cada um dos enunciadores: se o enunciador católico avalia que o uso incorreto é um problema praticamente insolúvel (como é possível verificar no excerto (185)), o enunciador laico aposta em instruções simples, ilustradas, abundantes – e, às vezes, bem-humoradas, como no caso do jingle – para resolver a questão. Na realidade, é algo tão simples que é possível até colocar com a boca, conforme ensina a cartilha destinada a travestis (Figura 2 acima).

Outra diferença é que da perspectiva laica o uso inadequado é o único problema que

pode interferir na segurança oferecida pelos preservativos, enquanto que para os católicos, mesmo sendo usada e armazenada seguindo todas as instruções, ainda assim ela não será efetivamente segura.

Por fim, mais um enunciado negativo laico do mesmo tipo dos analisados até agora. Trata-se do slogan da campanha de prevenção à Aids do carnaval de 2001 (PL_DST_01):



Em relação à campanha acima, o efeito polêmico do slogan *Não importa de que lado você está. Use camisinha.* é potencializado pelas imagens. Isto é, a rigor, não é o enunciado “Não importa de que lado você está” – já que poderia ser de um lado ou do outro de um rio, por suposição – que dá corpo à polêmica (embora o USE CAMISINHA seja, por si só, um ponto polêmico), mas sim as imagens (anjos e demônios), que possibilitam uma interpretação do tipo “esteja você do lado da Igreja ou do lado dos pecados da carne, use camisinha”.

Além disso, é interessante notar como aquela estrutura negativa identificada nos excertos católicos – [não p, mas q] e [q, não p] – se reflete na imagem que ilustra esta campanha, oposição que é, no posicionamento laico, rejeitada. Se lá é preciso “separar o joio do trigo” (os que vivem de acordo com a /tradição/ dos decadentes), aqui é afirmado exatamente o contrário: essa divisão não deve existir, já que todos devem usar a camisinha, não importando o lado em que se está. Assim, o que está sendo negado, aqui, é novamente uma tese central do posicionamento católico, aquela em que é /dever/ do indivíduo que vive de acordo com os preceitos católicos rejeitar a camisinha.

Mas como já afirmado, estes não são os únicos tipos de enunciados negativos encontrados nos materiais laicos. Ao lado das negações em que um dos pontos de vista pode ser atribuído ao discurso adversário, encontrei várias ocorrências de negações em que o ponto de vista refutado não pode ser atribuído a nenhum discurso efetivo. Vejamos alguns exemplos abaixo:

Enunciados negativos laicos/ E ₁ subjacente	Enunciados católicos
<p>Não pode haver imposição sobre o uso de métodos anticoncepcionais ou sobre o número de filhos. (PL_07)</p> <p><i>E₁: Deve haver imposição sobre o uso de métodos anticoncepcionais e sobre o número de filhos.</i></p>	<p>Há um paradoxo em que o Estado (que afirma ser neutro) tem a liberdade de ativamente propagar e difundir os anticoncepcionais, enquanto que, caso empreendesse uma campanha educacional baseada no valor (inclusive higiênico) da fidelidade conjugal, seria acusado de ser eclesial! (PC_19)</p>
<p>... as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. (PL_01)</p> <p><i>E₁: As diferentes temáticas da sexualidade devem invadir a intimidade e a privacidade dos alunos.</i></p>	<p>os cidadãos têm direito à educação para o amor, para os valores, para os limites em matéria de sexualidade, sempre sendo preservada a área da intimidade das pessoas. (PC_18)</p>
<p>... o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. (PL_01)</p> <p><i>E₁: A escola substitui e concorre com a família na tarefa de educar os filhos para a sexualidade.</i></p>	<p>a escola, que se tornou disponível a desenvolver programas de educação sexual, fê-lo muitas vezes substituindo-se à família e o mais das vezes com intenções puramente informativas. Às vezes chega-se a uma verdadeira deformação das consciências. (PC_21)</p>
<p>... o professor deve ter discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas. (PL_01)</p> <p><i>E₁: O professor deve impor aos alunos valores e crenças como sendo verdades absolutas.</i></p>	<p>O Estado não pode instigar a um tipo de educação sexual sem abrir opções aos pais para que possam escolher, com liberdade, entre uma solução ou outra. (PC_12)</p>
<p>Ressalta-se a importância de se abordar a sexualidade da criança e do adolescente não somente no que tange aos aspectos biológicos, mas também e principalmente aos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos dessa sexualidade. (PL_01)</p> <p>A sexualidade não é sinônimo de coito... (PL_01)</p> <p><i>E₁: É suficiente abordar a sexualidade da criança e do adolescente apenas em seu aspecto biológico. / A sexualidade é sinônimo de coito.</i></p>	<p>A sexualidade, portanto, não é qualquer coisa de puramente biológico, mas refere-se antes ao núcleo íntimo da pessoa. (PC_21)</p> <p>Não é qualquer tinturinha de informação sobre a fisiologia do aparelho sexual, ou as cautelas contra a gravidez indesejada, que pode receber aplausos. Nesta educação aguada não há espaço para os valores da família, nem para a educação da vontade. (PC_02)</p>

Tabela 11: Mais negações laicas

Diferentemente do que ocorre nas negações do primeiro grupo de exemplos analisados, no GRUPO 2 (Tabela 11) os enunciados E_1 não podem ser atribuídos a um enunciador católico ou a qualquer outro que seja um enunciador legítimo do campo em que circulam discursos de educação sexual. Mas, conforme podemos observar nos enunciados presentes na coluna da direita, os pontos de vista refutados nos enunciados laicos coincidem com o que a Igreja afirma que o Estado faz através de sua proposta de educação sexual – ou seja, coincidem com um simulacro do discurso laico. Inclusive, os dois últimos enunciados católicos são, eles mesmo, negativos e o E_1 subjacente, como vimos na seção anterior, materializa o simulacro do discurso laico nos textos católicos. Porém, o Estado refuta tais pontos de vista, operando, assim, aparentemente, uma estratégia de defesa.

No entanto, se o tom é sempre o mesmo ao longo dos textos, há uma exceção: quando o tema é o efeito supostamente abortivo da anticoncepção de emergência. O manual *Anticoncepção de Emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde* (PL_10) se dirige a estes profissionais com o objetivo de esclarecer diversos aspectos relativos a este tipo de anticoncepção. Ele é composto por 24 perguntas e respostas, que abordam o funcionamento químico do medicamento, as situações em que seu uso é indicado, sua efetividade, efeitos colaterais, contra-indicações, legalidade do uso, entre outros. Tudo é exposto de modo “neutro” na medida em que as bases são científicas (na bibliografia, constam 59 artigos científicos). No entanto, o tom muda drasticamente quando a pergunta diz respeito ao seu efeito abortivo. Mesmo embasado todas as respostas na ciência, o tom agressivo prevalece. Dada a relevância do texto completo para as análises – e, principalmente, para a visualização da elevação do tom polêmico – reproduzo a pergunta e a resposta quase por inteiro (as supressões são de trechos em que não há indício de polêmica – que são, como se vê, raros) no quadro que se segue:

16. A Anticoncepção de Emergência pode atuar como método abortivo?

R: Não existe nenhuma sustentação científica para afirmar que a AE seja método que resulte em aborto, **nem mesmo em percentual pequeno de casos. As pesquisas asseguram** que os mecanismos de ação da AE evitam ou retardam a ovulação, ou impedem a migração dos espermatozoides. Não há encontro entre os gametas masculino e feminino e, **portanto, não ocorre a fecundação.** A diminuição progressiva da efetividade da AE, conforme transcorre o tempo a partir da relação sexual, e a incapacidade de produzir sangramento imediato ou em caso de gravidez são **demonstrações simples, mas evidentes**, de que **a AE é capaz de evitar a gravidez, nunca de interrompê-la.** A AE impede a fecundação e não há indicadores de que ela atue após esse evento. Este fato deveria ser suficiente para estabelecer, claramente, a ausência de efeito abortivo. Apesar disso, conceitos cientificamente incorretos e mitos foram construídos sobre o mecanismo de ação da AE, dando margem a que se levante, **equivocadamente**, a hipótese de efeito abortivo. **Entre os falsos conceitos científicos**, o mais comum é acreditar que, nos casos em que ocorreria a fecundação, a gravidez ainda seria evitada por meio de alterações hormonais, conhecidas por efeito luteolítico. [...] No entanto, não há evidências de que a disfunção luteolítica interfira no processo de implantação. **O conceito cientificamente incorreto** reside em **acreditar** que a fecundação, uma vez não impedida, sofrerá ação luteolítica. Assim, o processo de implantação do blastocisto seria impedido, resultando no **“efeito abortivo precoce”**. Esse conceito não tem sustentação, por vários motivos. Primeiro, porque os progestágenos sintéticos contidos na AE são semelhantes à progesterona natural, [...] **É fato absolutamente conhecido que a progesterona não apresenta efeito abortivo, mesmo se administrada em altas doses. Pelo contrário, ela é essencial para a gravidez.** [...] Além disso, **investigações recentes sobre os efeitos pós-ovulatórios da AE não encontram evidências de alterações no endométrio que pudessem interferir no processo da implantação.** [...] Para completar, a Organização Mundial de Saúde assegura que a disfunção luteolítica produzida pela AE não se diferencia da disfunção luteolítica induzida pela lactação. **A amamentação segue como alternativa anticonceptiva natural e tecnicamente válida, sem que se atribua a ela qualquer “efeito abortivo”, devido à possibilidade de disfunção luteolítica.** A revisão das pesquisas científicas permite afirmar, sem reserva de dúvida, que a AE não atua após a fecundação e não impede a implantação, caso a fecundação ocorra. Por fim, cabe recordar a questão dos mitos, muitas vezes assimilados pelos profissionais de saúde como se fossem verdades, embora sem qualquer fundamentação científica. O mais comum **distorce** por completo o mecanismo de ação da AE. **Segundo o mito**, a AE se pautaria em oferecer **“altas doses de hormônios”** para **“espessar o endométrio”**. A **“interrupção abrupta”** desses hormônios levaria à **“eliminação do endométrio”** e, junto com ele, **“interromperia a implantação recente do embrião”**. Este mito, absolutamente inconsistente em cada detalhe, ainda persiste **entre algumas usuárias e, lamentavelmente, entre profissionais de saúde.**

O longo excerto acima mostra como o enunciador laico pode, eventualmente, assumir uma postura menos “integradora” – o que ocorre, exatamente, quando o tema tangencia a questão do aborto. Na verdade, o que aqui se vê é uma exceção – ou, talvez, um “pequeno adentramento” em outro espaço discursivo, aquele em que a questão do aborto é o objeto de disputa. De tudo o que foi analisado, em nenhum momento o ataque laico é tão direto e violento. A veemência que aqui se vê – garantida por meio dos muitos advérbios modalizadores avaliativos (*claramente, equivocadamente, absolutamente, lamentavelmente*) e negações – não é, entretanto, um desvio da grade semântica laica. Esse “rompante de fúria” mostra, na realidade, a ação do sema /crença/ que, se na grande parte dos materiais atua nos implícitos deixados, aqui ela torna explícita que o “erro” do adversário resulta de uma *crença* infundada. O enunciador reitera diversas vezes a falta de evidências científicas que sustentem a opinião do Outro, que é chamada de *mito, conceitos cientificamente incorretos, falsos conceitos científicos*. No entanto, nem mesmo aqui há explicitação de que quem está sendo atacado é a Igreja. São nomeados “alguns médicos e pacientes” que acreditariam nesses mitos. O que garante que todos saibam que se trata, acima de tudo, de um discurso católico é, novamente, uma multiplicidade de indícios ao longo do texto que o conectam ao interdiscurso e colocam em evidência a relação polêmica: os termos entre aspas, o próprio tema (é público e notório que o efeito abortivo da AE é uma das acusações feitas pela Igreja), mas, acima de tudo o seguinte trecho: *A amamentação segue como alternativa anticonceptiva natural e tecnicamente válida, sem que se atribua a ela qualquer “efeito abortivo”, devido à possibilidade de disfunção luteolítica*. Os métodos contraceptivos naturais são os únicos aceitos pela Igreja. Assim, afirmar que o princípio de ação é o mesmo que o de um método natural é uma tentativa de abalar os fundamentos que sustentam o argumento do Outro.

Mas, como vimos, a rejeição do discurso católico não se materializa, no discurso laico, apenas por meio das negações linguísticas. Na verdade, a recusa dos preceitos católicos se dá muito mais por meio da *afirmação do que deve se feito* do que pela *definição do que não pode ser feito* – como veremos nas análises que se seguem. Neste sentido, em relação à expressão da negação nos textos produzidos pelos Ministérios da Saúde e da Educação, é importante tecer duas considerações:

a) não se trata de um recurso tão abundante, se comparado à presença das negações no discurso católico. A esse respeito, o excerto abaixo é representativo da valoração dada ao “não” pelo enunciador católico:

186. Em terceiro lugar vem o valor dos limites. A criança precisa do “não” para discernir o bem e o mal. **Dizer “não” é próprio do amor exigente.** A firmeza da educação confere segurança e abertura para a convivência. É pela disciplina que a gente se torna discípulo. (PC_08)

b) no interior do posicionamento católico, conforme vimos nas análises da seção anterior, E₁ sistematicamente representa um simulacro do discurso laico. Assim, em geral, por meio da negação, o enunciador católico constrói uma imagem bastante rebaixada do adversário, isto é, seu simulacro. Por outro lado, o E₁ dos enunciados negativos laicos ora representa um ponto de vista efetivamente católico, ora representa um ponto de vista que é atribuído, pelo discurso católico (mais ou menos explicitamente), ao discurso laico. As negações que constroem simulacros, tais como as observadas no discurso católico, não foram observadas nos manuais, guias e textos de campanhas, etc. produzidos pelo governo federal – o que não significa que laicos não construam simulacros de seus adversários, mas apenas que o fazem de outra forma.

A seguir, apresento a análise de mais duas campanhas de prevenção ao contágio pelo HIV. Como veremos, há, novamente, a rejeição de postulados católicos, mas isso é feito de maneira indireta. Além disso, veremos com há uma negação generalizada que não se expressa por meio das negações linguísticas.

A primeira campanha que analiso a seguir foi divulgada no Carnaval de 2008 (PL_DST_05). Dentre os materiais criados para esta campanha, vou me concentrar, para a análise que se segue, no jingle, gravado também nos ritmos axé, samba e frevo:

Na cama, na praia ou na rua/ Com camisinha eu vou, sem camisinha eu não vou!// Com sol, com chuva ou com lua/ Com camisinha eu vou, sem camisinha eu não vou!// Com 1, com 2 ou com 3/ Com camisinha eu vou, sem camisinha eu não vou!// Com homens, mulheres, não sei/ Com camisinha eu vou, sem camisinha eu não vou!// Com camisinha eu vou, sem camisinha eu não vou!// Com camisinha eu vou, sem camisinha eu não vou!

Negra Lee no final diz: *Qual a sua atitude na luta contra a Aids? Ministério da Saúde. Brasil, um país de todos.*

A primeira coisa que parece ser relevante comentar a respeito desta campanha é o fato de ela ser parte de um conjunto de campanhas que são anualmente lançadas especialmente no período do carnaval. Este fato é relevante porque revela uma dada *memória discursiva*, a de que no carnaval as pessoas fazem mais sexo e de uma forma “menos regrada”. Haveria um clima típico neste período que levaria as pessoas a se libertarem de algumas “rédeas” e “cair na folia”. Independentemente de haver ou não dados que revelem que o índice de contágio aumente nesta época do ano, o que a elaboração sistemática de campanhas de prevenção ao contágio pelo HIV para o carnaval revela é uma memória que associa *carnaval* a *sexo* (por exemplo, seria muito estranho se essas campanhas anuais fossem lançadas no 7 de setembro).

Assim, a imagem de carnaval como uma festa que, por diversas razões, é ocasião para uma prática mais intensa do sexo, está presente neste jingle, cuja “mensagem” poderia ser assim glosada: “façam o que quiserem, mas façam com camisinha”.

O que parece relevante nesta peça publicitária/educativa é que ela, de forma alguma julga como negativo o fato das pessoas fazerem sexo grupal, por exemplo, ou homossexual, julgamento impossível de ser feito dado que um dos semas que constituem a grade semântica laica é o /pluralismo/. Estas situações são tão naturais quanto fazer sexo com chuva ou na cama. E serão absolutamente aceitáveis, desde que todos usem camisinha, sempre. Mas, como o /pluralismo/ é lido pelo posicionamento católico como /vulgaridade/, o comportamento sexual retratado no jingle é, para um católico, a representação da *promiscuidade* e da *luxúria* que a proposta laica dissemina.

Outro aspecto que precisa ser comentado é que enquanto o enunciado *façam o que quiserem, mas façam com camisinha* é “lido” pelo enunciador católico como um incentivo

à promiscuidade – efeito, também, da ação do sema /vulgaridade/ – no interior do posicionamento laico, esse enunciado é lido como algo positivo, na medida em que reflete os semas /pluralismo/ e /autonomia/. Inclusive, este é um slogan de outra campanha promovida pelo Estado, cujo folder reproduzo a seguir:



Trata-se de uma campanha associada ao *Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre gays, homens que fazem sexo com homens (HSH) e travestis* (PL_DST_06) cujo objetivo foi a conscientização deste grupo específico. É interessante observar que no interior deste posicionamento, há uma diferença entre *ser gay* e *ser um homem que faz sexo com homem*, resultado, também, do sema /pluralismo/. Assim, o slogan “Faça o que quiser, mas faça com camisinha” vem reforçar a postura pluralista que atravessa os materiais analisados e, para tanto, aparece em uma campanha destinada exatamente a um público historicamente discriminado e associado com promiscuidade.

Outra campanha que nega uma tese central do discurso católico é a promovida por ocasião do *Dia Mundial de Combate à Aids* de 2007 (PL_DST_04). O público-alvo definido foram os jovens. Dentre os diversos materiais distribuídos (folders explicativos, banners, adesivos), analisarei os dois vídeos veiculados nos canais de TVs abertos. Abaixo, descrevo os dois vídeos.

Vídeo 1

Uma moça e um rapaz entram em casa se beijando e se deparam com a mãe da moça sentada no sofá. Depois de um segundo de constrangimento, o seguinte diálogo se segue:

Moça: *Mãe, este é meu namorado, ele veio dormir comigo.*

Mãe: *Ah, namorado novo, hein?! Escuta aqui, rapaz... Vê se cuida direitinho da minha filha, ouviu bem?* – e entrega uma camisinha para os dois.

Mas a moça tira uma da bolsa e diz: *Deixa comigo, mãe. E vê se se cuida também, hein.* E vai para o quarto com o namorado. Então, a Negra Lee (garota propaganda da campanha) sai de trás da porta e diz para o telespectador: *Você não espera que todos os pais sejam assim, né? Usar a camisinha é uma atitude sua. E ela tem muita força na luta contra a Aids.* Ao final, o locutor diz: *Dia Mundial de Luta Contra a Aids. Ministério da Saúde. Brasil, um país de todos.*

Vídeo 2

Um rapaz se despede dos pais na sala da casa. O pai diz: *Se cuida, hein...* e a mãe entrega uma camisinha a ele, dizendo: *Vê se não esquece....* Então o pai diz: *É filho... melhor levar. Você nunca sabe se o seu namorado vai ter ou não.* O filho agradece aos pais e sai. Então, a Negra Lee sai de trás da porta e diz para o telespectador: *Você não espera que todos os pais sejam assim, né? Pô, usar a camisinha é uma atitude sua! E ela tem muita força na luta contra a Aids.* Ao final, o locutor diz: *Dia Mundial de Luta Contra a Aids. Ministério da Saúde. Brasil, um país de todos.*

A primeira coisa que quero comentar é o quanto assumir sem avaliação moral o sexo juvenil implica, necessariamente, um confronto com a proposta católica que, além de se opor a que o Estado assuma esta função educativa, acredita que ao em vez de aceitar o fato de que os jovens fazem sexo antes do casamento, o que deveria ser feito é “educar para a castidade”. E, a última coisa que esta campanha faz, é incentivar a castidade. Na realidade, como as análises mostram, a castidade não é, decididamente, um tema laico⁴⁰.

⁴⁰ Maingueneau (1984) vai falar em *temas* no sentido, talvez vago, de “aquilo de que um discurso trata”. No entanto, o conceito de semântica global faz com que qualquer vagueza que tal definição de tema possa implicar se dissipe. Assim, haverá temas que são amplamente desenvolvidos apenas por um dos discursos: por exemplo, os temas *matrimônio* e *castidade*, por estarem em conformidade estreita com sistema de restrições

Mas, para além do confronto que uma campanha dirigida a jovens implica, existe, aqui, um elemento muito importante, que compõe, como vimos, um dos argumentos centrais da proposta católica: a de que a vida sexual dos filhos – e sua educação sexual – deve ser controlada pelos pais. No entanto, o que estes vídeos negam, explicitamente, é que todos os pais tenham condições de oferecer uma educação sexual *adequada* aos filhos. Em outras palavras, o que é dito é que nem todos os pais são como os da campanha, que não apenas aceitam que seus filhos sejam sexualmente ativos antes do casamento e, eventualmente, gays (vídeo 2), mas também incentivam o uso da camisinha – inclusive, têm sempre uma em mãos, pronta para ser entregue aos filhos – o que seria, no interior do posicionamento laico, a atitude exemplar de um pai e de uma mãe em relação a seus filhos.

Assim, esta campanha representa mais um ponto de confronto com o discurso católico, que gira em torno da educação sexual que os jovens recebem em casa. Dado que os jovens nem sempre terão por parte dos pais uma educação sexual que responda às demandas de um mundo abalado pela Aids – que é, no interior deste posicionamento, a que incentiva o uso de camisinha e não a que aquela que ensina o valor da castidade e da família – o Estado oferece, assim, esta educação sexual que muitos pais não podem (ou não querem) oferecer. Tal atitude é lida, da perspectiva católica, como uma postura impositiva e unilateral – uma /infração/ (da Lei Divina, do direito dos pais) por parte do Estado. Esta

semânticas do posicionamento católico, estão abundantemente presentes em seus textos, enquanto que, nos textos laicos, praticamente não se toca neste assunto. No caso do matrimônio – ou casamento – este tema se faz presente apenas para afirmar que “casamento não é garantia de proteção” (PL_DST_07). Mas haverá *temas impostos* pelo espaço discursivo em que estes discursos se encontram. Assumindo que tais discursos se encontram em confronto para definir uma proposta de educação sexual legítima e adequada, *o melhor modo de evitar DST* é um tema imposto quando se trata de educação sexual na atualidade. Isto é, no interior deste espaço, é impossível não considerar as DST e, em especial, a Aids; é impossível não propor um meio de controlar esta epidemia. Aqueles temas que não são impostos podem estar ausentes – como ocorre no caso da castidade, por exemplo, no discurso laico; mas os impostos estão necessariamente presentes em ambos os discursos, mas de formas bem variadas. Quando se trata de um tema imposto que é incompatível com o sistema de restrições, ele será marginalizado, enquanto que um tema compatível será hipertrofiado. Novamente, o modo como os temas *matrimônio*, *castidade* e *prevenção às DST* circulam nestes dois posicionamentos parecem revelar aspectos importantes da semântica desses dois discursos: enquanto *matrimônio* e *castidade* são hipertrofiados nos textos católicos, eles são praticamente inexistentes para o enunciador laico; por sua vez, a prevenção ao contágio por DST é um dos núcleos temático principais do discurso católico; mas quando tal tema é apropriado por um enunciador laico, o que vemos acontecer é que a questão do matrimônio e da abstinência se sobrepõem aos problemas das doenças: se as pessoas vivessem de acordo com os preceitos da Igreja, não adoeceriam. Mas, no fundo, o que se pode observar nos textos católicos é a negação explícita dos direitos sexuais e reprodutivos, tal como propostos pela ONU e acatados pelo Estado brasileiro, é um meio de reafirmar os temas tipicamente católicos, como a defesa e importância da família e a necessidade do controle dos corpos.

cena (da publicidade), que simula um diálogo que se dá entre os jovens e o Estado – sem mediação dos pais – termina com o Estado (cuja voz é representada por Negra Lee, ao final dos vídeos) atribuindo aos jovens (e não aos pais) a responsabilidade por “tomarem uma atitude na luta contra a Aids”: *Pô, usar a camisinha é uma atitude sua!*

É importante sublinhar como as campanhas de prevenção ao contágio pela Aids promovidas pelo Estado na última década são sempre breves, bem-humoradas, não-preconceituosas. E, acima de tudo, divulgam a importância da prática do sexo seguro. Estão de acordo, portanto, com a grade semântica laica, já que são pautadas pelo /pluralismo/, incentivam a /autonomia/ e cumprem com o dever do Estado de garantir direitos essenciais ao seu cidadão, sendo, portanto, /justas/. Por isso mesmo, todas as campanhas analisadas até agora tocam em pontos nevrálgicos da polêmica entre Igreja e o Estado, resultado da interincompreensão regrada que faz com que campanhas sejam inevitavelmente lidas pelos católicos sob a forma do simulacro. São, portanto, /mentirosas/ – pois divulgam uma prática (o uso dos preservativos) que não previne, *verdadeiramente*, o contágio por DST –, disseminam a /vulgaridade/ e são, também, uma /infração/.

Mas se a Igreja avalia de forma bastante pejorativa as ações governamentais, por sua vez, o enunciador laico assume um tom que, aparentemente, não é polêmico – isto é, não possuem um tom agressivo, como ocorre com os textos católicos. Mas, dada as relações interdiscursivas implicadas, revelam o embate existente esses dois modos de falar de sexo na atualidade e o modo específico como o Estado interage na relação polêmica: um modo essencialmente afirmativo, que só é negativo na medida em que rejeita, pela suas afirmações, o Outro do posicionamento discursivo.

Seria possível imaginar, se olhássemos apenas para estas campanhas, que o Estado se ocupa exclusivamente das questões do sexo – deixando fora de seu escopo de atuação aspectos da sexualidade relacionados a afeto, amor, reprodução ou mesmo relacionamentos fixos etc. A imagem de pessoa sexualmente ativa que emerge destas campanhas em nada lembra casamento ou família ou mesmo um relacionamento “fixo e duradouro”. Aliás, como vimos, o Estado incentiva o uso de camisinha e o teste de Aids mesmo entre casais. Em geral, duas idéias parecem sustentar os rumos que essas campanhas tomam: (i) as pessoas têm muitos parceiros sexuais ao longo da vida (o que se intensifica no carnaval);

(ii) jovens fazem sexo (ou seja, o sexo só depois do casamento ou a abstinência não confere com a realidade).

No entanto, a proposta laica não se resume às campanhas de combate às DST, e a definição da sexualidade como “algo que vai muito além do sexo” aparece com alguma insistência nos textos laicos, como já explicitado (*cf.* excertos 104 a 111)

Assim, se, nas campanhas, as práticas sexuais dos indivíduos são tratadas de uma forma “mais prática” – talvez estereotipada – o que é uma demanda, inclusive, dos gêneros textuais implicados nessas campanhas (jingles, vídeos, folderes, etc.), ao longo dos diversos manuais, agendas, cartilhas, voltados tanto para o público leigo quanto para os profissionais da educação e da saúde, pode-se observar uma “ampliação” do significado de sexualidade, abarcando, com isso, aspectos como amor e afetividade – o que não se vê nas campanhas.

Assim, aparentemente, a grade semântica católica não permite ver os enunciados laicos que falam de amor, afetividades, etc., quando afirma, por exemplo, que a proposta laica trata a sexualidade como algo puramente biológico e banaliza o sexo ou que ela oferece apenas informações superficiais sobre a fisiologia do aparelho sexual. Ou ainda, quando afirma que “A CNBB sente a urgência de *um verdadeiro plano de educação afetiva e sexual*” (PC_17), o que revela que a ocorrência do termo *afeto* nos materiais laicos é sistematicamente apagada. É muito importante frisar que este apagamento não resulta de má fé ou da má vontade dos enunciadores católicos, mas do funcionamento de uma grade semântica poderosa, que impõe aos sujeitos que aderem a este discurso o modo como vêm o seu Outro.

É relevante mencionar também como este “dispositivo de tradução católico” – que é parte do sistema de restrições – transforma aquilo que um enunciador laico chamaria de “medidas preventivas” ou de “medidas educativas” e “responsabilidade” em “incentivo à promiscuidade” ou “ao sexo prematuro” ou “ao sexo sem responsabilidade”. O mesmo processo que não permite que os enunciados laicos que falam de afeto, amor, a complexidade da sexualidade, etc. sejam vistos ou que não haja coincidência entre o que cada um desses enunciadores entende por “educação sexual” conferirá um peso maior – senão absoluto – aos enunciados das campanhas veiculadas nos carnavais e campanhas de prevenção à DST.

As análises acima pretenderam explicitar o modo como discurso laico rejeita seu adversário. Diferentemente do enunciador católico, o ataque é mais sutil, exige que o co-enunciador tenha determinados conhecimentos prévios para reconhecer o embate – ou seja um enunciador católico, cuja competência lhe permite não apenas falar como um católico, mas também rejeitar o discurso de seu Outro no espaço discursivo. Em suma, a polêmica só pode ser reconhecida se levarmos em conta o interdiscurso.

CAPÍTULO 6
A cena enunciativa

Ao longo dos cinco capítulos anteriores, diversos aspectos dos textos de cada um dos posicionamentos estudados nesta tese foram analisados com o objetivo de definir a grade semântica que organiza o discurso de cada um deles. Disso resultou o seguinte conjunto de semas reivindicados e de semas rejeitados por cada um dos posicionamentos:

POSICIONAMENTO LAICO		POSICIONAMENTO CATÓLICO	
Semas positivos (reivindicados)	Semas negativos (rejeitados e atribuídos ao discurso católico)	Semas positivos (reivindicados)	Semas negativos (rejeitados e atribuídos ao discurso laico)
/justiça/	/crença/	/verdade/	/mentira/
/autonomia/	/imposição/	/dever/	/infração/
/pluralismo/	/uniformidade/	/tradição/	/vulgaridade/

Tabela 12: Modelo que rege a polêmica entre discurso laico e discurso católico.

De forma resumida, tal tabela deve ser interpretada da seguinte forma: o que o Estado entende por /justiça/, /autonomia/ e /pluralismo/, o enunciador católico interpreta como /mentira/, /infração/ e /vulgaridade/, respectivamente. Por sua vez, o que o enunciador católico define em termos de /verdade/, /dever/ e /tradição/, aos olhos do enunciador laico configura-se /crença/, /imposição/ e /uniformidade/.

Neste capítulo, veremos que esta grade não define apenas *o que* os enunciadores laico e católico devem dizer – e o modo como cada um traduz e rejeita os enunciados do Outro – mas ela organiza, igualmente, o *como* da enunciação. Como já afirmado anteriormente, a grade semântica acima representa um *sistema de restrições global*. Ela atua em todos os planos discursivos, e não apenas no plano das “ideias” – o que já foi demonstrado, de fato, com a análise da interdiscursividade. É neste sentido que Maingueneau fala de uma *semântica global*: segundo tal proposta, o sentido de um discurso não estaria depositado em uma profundidade e os textos seriam apenas a manifestação deste

sentido profundo. Ao invés de considerar a oposição entre profundidade e superfície, a proposta é que a significação discursiva emerge, simultânea e globalmente, de todas as instâncias dos discursos, sendo inadequado supor que há um lugar privilegiado do discurso que seria, por exemplo, o sentido. Embora sejamos tentados a pensar que, no fim das contas, essa grade semântica representa uma estrutura profunda de onde emergem os sentidos, o fato é que ela é parte desta dinâmica global que caracteriza os discursos. É a partir da relação mútua e contínua entre esta grade, a materialidade linguística e as práticas discursivas que um discurso “significa”. Há, portanto, uma relação de circularidade, em que o dizível e o indizível de um discurso resultam da grade semântica global ao mesmo tempo em que as práticas discursivas alimentam essa grade.

Como afirma Maingueneau (1984: 22),

O caráter “global” dessa semântica se manifesta pelo fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto dos “planos” discursivos: tanto o vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade ou as instâncias de enunciação... Trata-se, com isso, de libertar-nos de uma problemática do signo, ou mesmo da sentença, para apreender o dinamismo da “significância” que domina toda a discursividade: o enunciado, mas também a enunciação, e mesmo além dela.

As análises deste capítulo estarão centradas, portanto, na *cena de enunciação* dos textos de cada um dos discursos. Em Maingueneau (2010a), o autor propõe que a *situação de discurso* pode ser abordada segundo dois pontos de vistas distintos: um externo, a *situação de comunicação*, e um interno, a *cena de enunciação*. Segundo o autor (*ibid.*, p.205) “apreender uma situação de discurso como *cena de enunciação* é considerá-la no ‘interior’, através da situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no movimento mesmo de seu desdobramento. Um texto é, na verdade, rastro de um discurso no qual a fala é encenada”.

De certa maneira, os capítulos 1, 2 e 3 foram dedicados a descrever a situação de comunicação dos discursos laico e católico. Descrevendo as condições de produção e as instituições produtoras dos textos de ambos os posicionamentos estudados, a perspectiva de análise foi, em boa medida, externa. Nos capítulos 4 e 5, os textos passaram a ser olhados

de seu interior, na medida em que o foco das análises foram a intertextualidade e os índices de polêmica da superfície discursiva. Agora, passarei a analisar a cena de enunciação propriamente dita, um ponto de vista também interno aos textos. Segundo Maingueneau (1998, 2005, 2010a), trata-se de uma cena que valida a enunciação e ao mesmo tempo é validada por ela, e que recobre as noções de “cena englobante”, “cena genérica” e “cenografia”. O autor propõe que os textos possuem, entre outras coisas, uma classificação pragmática (são religiosos, políticos, literários, científicos...) e também uma classificação genérica (são um sermão, uma publicidade impressa, um outdoor, uma reportagem, um poema, um ofício...), que ele chama, respectivamente, de *cena englobante* e *cena genérica*. Desta perspectiva, para cada texto, há um *quadro cênico* que sustenta, em boa medida, os processos de significação que dele derivam. Pois não lemos ciência do mesmo modo como lemos ficção, nem lemos uma bula como lemos um poema, nem uma publicidade como uma ata, e assim por diante.

Mas, além do quadro cênico – cena englobante e genérica – os textos constroem uma *cenografia*. Isto é, os textos são constituídos de elementos (léxico, estruturas sintáticas típicas, temas, imagens associadas, etc.) dos quais deriva sua cenografia. Nem todos os gêneros de discurso elaboram cenografias específicas. Gêneros cuja função é mais utilitária – receitas médicas ou listas telefônicas, por exemplo – não costumam mobilizar cenografias variadas. Nesses casos, cenografia e cena genérica se coincidem. Já alguns gêneros se caracterizam pela originalidade da sua cenografia. Além da liberdade cenográfica própria (e constitutiva) dos gêneros artísticos (como o caso das obras literárias e das canções, por exemplo), os gêneros publicitários são também um bom exemplo disso.

Embora os termos “interior” e “exterior” estejam sendo usados para referir dois modos de olhar para os textos, é importante ressaltar que não se trata de planos independentes. Na verdade, essa é uma questão central no interior do quadro teórico em que este trabalho é desenvolvido. Como afirma Maingueneau (1987: 33, 34),

Admitiu-se, com frequência e de forma tácita, que os quadros da enunciação apenas duplicavam uma realidade anterior e exterior, que era a “máscara”, o lugar da dissimulação de planos, de interesses inconfessáveis. Em outras palavras, concebia-se o discurso como “porta-voz”. Atualmente, a tendência, cada vez maior, é de questionar esta topografia que coloca o discurso e a “realidade” como exteriores um ao outro, considerando a primeira

como uma espécie de teatro de sombras. [...] De fato, esta é uma dificuldade, já que os lugares sociais só podem existir através de uma rede de lugares discursivos, os quais se apoiam em uma economia distinta. É preciso admitir que a “encenação” não é uma máscara do “real”, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso. Aliás, se fosse diferente, a AD não teria razão de existir, ela seria apenas um anexo da sociologia ou da história, totalmente dedicada a mostrar como as conjunturas se traduzem em enunciados.

Assumir a ideia de uma semântica global é exatamente refutar este modo de conceber os discursos, como se eles ocorressem em contexto que lhes são exteriores.

Para as análises que se seguem, serão mobilizados os conceitos associados à cena de enunciação, de modo a identificar como a grade semântica exposta acima faz emergir um certo modo de falar de sexo, conforme o posicionamento discursivo em questão.

6.1 Uma pluralidade de cenas

Conforme já mencionado anteriormente, o discurso laico faz circular sua proposta de educação sexual por meio de uma diversidade de gêneros de discurso. Por um lado, são manuais cujo objetivo é instruir profissionais de saúde e de educação de modo que os direitos sexuais e reprodutivos sejam respeitados e devidamente difundidos. Por sua vez, para o público em geral, são elaborados agendas, cartilhas, panfletos, outdoors, folderes, adesivos, jingles, vídeos que se destinam a diferentes segmentos sociais, com diferentes faixas etárias e orientações sexuais.

Dado que os manuais possuem um quadro cênico que implica uma cenografia que varia pouco de manual para manual, as análises que se seguem se referem a quatro textos voltados para o público em geral. De fato, estes textos materializam de forma bastante evidente, como se verá, os temas reivindicados do posicionamento laico, especialmente a /pluralidade/ e a /justiça/.

O primeiro material que analiso é a *Cartilha “Ser Travesti”* (PL_11). Trata-se de um dos materiais de uma série de ações cujo slogan foi *Travesti e respeito: está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida.*

A cartilha tem 16 páginas e é destinada ao público travesti e transexual. Nela, há

informações legais (a respeito dos direitos que o público-alvo tem) e de como prevenir DST e Aids, conforme os excertos abaixo.

187. **Você** tem o direito de estudar, **de pegar um cineminha**, de ter uma conta no banco, de trabalhar e de freqüentar o serviço de saúde. Você também tem o direito a ter informação, e esta cartilha foi feita justamente para isso: **manter você informada**.
188. Por mais que sejam fortes as incompreensões e o preconceito, é importante que **você** não abra mão de sua cidadania. Denuncie se você for vítima de violência. Em caso de violência policial, procure saber o nome do agressor e lembre-se da hora em que o fato aconteceu. Denuncie o ocorrido na Corregedoria de Polícia ou procure orientação junto a **uma instituição amiga**.
189. Se ligue: [...] Na hora da **dedada**, também use a camisinha. A ação será mais confortável e não há riscos da sua unha causar feridas no ânus do seu parceiro.

Os termos grifados acima conferem um *tom* específico à enunciação. Ao chamar o público-alvo de “você”, simulam uma conversa direta com o co-enunciador – traço recorrente em todos os materiais analisados. Mas não é uma conversa qualquer, e sim um *papo* entre Estado e travestis, sendo que o Estado não se mostra nem superior ao seu público, nem distante dele. Este efeito de proximidade é garantido, por exemplo, pelo vocabulário informal (*pegar um cineminha*) e, mais que isso, característico do público a quem se dirige (*dedada*). Além disso, é importante o fato de as travestis serem referidas sempre no feminino (*manter você informada*), o que demonstra o respeito que o slogan da campanha quer difundir.

Mas a proximidade com o público é garantida por outras estratégias textuais. A diagramação é bastante “descontraída”: fontes diversas, coloridas e muitas fotos de travestis e transexuais, que são devidamente identificadas, não pelo nome de registro, mas pelo nome artístico, conforme abaixo:

190. Modelos: *Adriana Kevelly, Bruna de Cassia, Cassandra Fontoura, Charla Novy, Cris de Madri, Crys Stephanny, Fernanda Bevenuto, Flavia, Janaina Dutra, Karla Monique, Keila Simpson, Kiki, Liliane Anderson, Liza Minelly, Luana Cotroffi, Luciana*

Lins, Marcela Prado, Monike Alves, Nicolý, Paula Costa, Paulete, Raissa, Raissa Rios, Saara (in memorium), Sandra dos Santos, Tatiana Araújo, Weydman Henriques.

E, entre uma informação “mais séria” (relativa às DST e Aids, violência policial, preconceito, etc.) e outra, há dicas de beleza:

191. CHUCHU, na hora de se depilar, se for com lâmina, não se esqueça de usar bastante água quente. Se for com cera, também prefira a quente. O calor abre os poros, facilitando a remoção dos pelos. Finalize retocando com a pinça.
192. Salto! Não esqueça: para manter um andar elegante, é sempre o salto que deve encostar primeiro no chão - nunca a ponta dos pés.
193. Redução de danos: se você tem silicone aplicado abra mão de exercícios de alto impacto. Para manter a forma, alimentação leve e balanceada e caminhadas.
194. Pele: conheça o seu tipo de pele (pergunte a um profissional) e use produtos de maquiagem compatíveis, para evitar alergias e irritações.

Os temas abordados na cartilha, ao lado de um vocabulário descontraído e característico do público-alvo, projetam um ethos informal e solidário – na medida em que aproxima Estado e travestis. Esse respeito é indissociável, igualmente, do modo neutro e sem julgamentos com que as informações são transmitidas. Fala-se em “dedada” e “silicone”, por exemplo, sem indício de qualquer tipo de preconceito ou julgamento moral.

A noção de ethos discursivo configura-se, no contexto teórico em que trabalha Maingueneau, como mais uma instância dos discursos que deriva de uma semântica global e, por isso, está profundamente associados aos processos de adesão dos sujeitos aos discursos. É uma propriedade dos posicionamentos discursivos, pois suas regras não especificam apenas o que dizer, mas também o tom adequado em que se deve dizer os enunciados que lhes são característicos. Trata-se de uma voz que se revela na enunciação, que a sustenta e a legitima, e que não se restringe aos enunciados orais, uma vez que “faz parte da identidade de um posicionamento discursivo” (Maingueneau, 2005: 73). De fato, o ethos é uma dimensão constitutiva dos discursos e está atrelado a todas as outras instâncias, que em sua totalidade estão submetidos à mesma semântica. Neste sentido, os enunciados

forneem ao coenunciador índices de várias ordens, a partir dos quais é possível formar uma representação do sujeito enunciador. Por isso, o processo de leitura de um texto faz emergir a representação de uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito, isto é, a representação do corpo do enunciador.

No caso da cartilha acima, a imagem de um Estado que cuida de todos sem qualquer tipo de discriminação, e que fala com o seu público “de igual para igual”, sem julgamentos morais, é indissociável dos outros traços do discurso de educação sexual *pluralista e justo*. Neste sentido, a cenografia instituída pela enunciação – que compreende todos os elementos do texto elencados acima (fotos, modo de se referir às travestis, vocabulário, dicas de beleza, etc.) – mostra-se como a única forma de enunciar compatível com este enunciador *justo e plural*.

Um fenômeno muito semelhante pode ser observado na cartilha *Chegou a hora de cuidar da saúde: um livreto especial para lésbicas e mulheres bissexuais* (PL_08). Esta publicação tem 20 páginas e é voltada para o público homo ou bissexual feminino, com informações sobre saúde em geral (alimentação, gravidez, uso de drogas e menopausa) e, especificamente, sobre saúde sexual e sobre a legislação brasileira.

Embora a ênfase esteja nas informações relativas aos direitos de exercer livremente suas escolhas, também no campo da sexualidade, e aos cuidados necessários para evitar o contágio por DST/Aids, outros temas são também abordados. Ao lado das informações “sérias”, há algumas de outra ordem, como, por exemplo, a contida no excerto abaixo:

195. CURIOSIDADE: De onde vem a palavra LÉSBICA? Safo era uma poetisa que viveu na Ilha de Lesbos, Grécia, por volta de 640 a.C., e que escrevia sobre o amor entre mulheres. Em referência a ela, as **mulheres que amam mulheres** são chamadas de lésbicas.

É interessante considerar no excerto acima como a questão do amor é abordada. A homossexualidade não é associada à promiscuidade – um lugar comum que qualquer Estado *justo* deve combater –, mas ao amor que existe entre duas pessoas do mesmo que sexo. Assim como na cartilha “Ser travesti”, encontramos ao longo das 20 páginas instruções que mostram que o enunciador deste texto fala como alguém que entende e

respeita seu co-enunciador. Essa aproximação não se dá só por meio das ideias, mas também pelo tipo de instruções que são dadas, como a que se segue:

196. Use sempre camisinha quando for **usar “brinquedinhos”** ou qualquer objeto para penetração

Assim, o modo como essas informações são passadas conferem um tom amistoso ao texto. A diagramação é descontraída e em muitas páginas, não há parágrafos “tradicionais”, um embaixo do outro, mas blocos de textos espalhados pela folha. A cor da fonte é lilás escuro e o tipo da fonte varia.

Outro dado relevante, e que tem a ver com imagem de co-enunciador que um texto faz emergir, são as orientações a respeito do uso de drogas. Embora seja reconhecido que o uso é prejudicial à saúde, o foco destas orientações é muito mais voltado para o uso mais seguro do que para o incentivo ao “não uso”.

197. Usar drogas pode produzir sensações positivas e agradáveis; **mas também** pode causar riscos saúde. Então, se você usa drogas, **tome cuidado**. Lembre-se de que o álcool também é droga.

198. Dicas Úteis PARA **REDUZIR OS DANOS ASSOCIADOS AO USO DE DROGAS**: 1. Beba sempre muita água antes, durante e depois do uso. 2. Alimente-se bem antes de usar qualquer tipo de droga. 3. Evite fazer misturas com diferentes drogas; passar mal pode ser o resultado. 4. Evite compartilhar **apetrechos: seringas, cachimbos e canudos são sempre de uso individual**, e seu compartilhamento pode transmitir doenças como hepatites, aids, sífilis, herpes, entre outras. 5. **Em caso de overdose**, chame o SAMU-192 ou o resgate. Você também pode ir a um pronto-socorro. **Lembre-se que você e sua acompanhante estão protegidas pelo sigilo dos profissionais de saúde.**

A abordagem do tema é feita de forma pretensamente “neutra”, na medida em que há uma ausência de julgamentos. Em nenhum momento o uso de drogas é visto como moralmente problemático ou questionável. Além disso, à leitora são fornecidas informações de como agir num caso de overdose – termo que, ao lado dos apetrechos

citados (seringas, cachimbos e canudos), revela que ali se fala de drogas ilícitas. Assim, o Estado se mostra indiferente a uma certa moral, que condena o uso de drogas (de fato, não é uma questão apenas moral, mas também legal), e mostra que para ele é mais importante tornar o uso de drogas o mais seguro possível e evitar que as drogas sejam uma porta de entrada para doenças contagiosas.

De qualquer forma, vemos que esses dois materiais (para lésbicas e para travestis) buscam, por meio de recursos diversos (desde a diagramação até ao léxico e mesmo as próprias instruções oferecidas), falar em um tom amistoso e solidário com seus co-enunciadores, utilizando termos e abordando temas de uma forma livre de preconceitos e buscando, acima de tudo, informar para que todos possam ter /autonomia/. Além disso, ter, por exemplo, lésbicas e travestis como público-alvo de materiais de educação sexual mostra, que, além de *justo*, o Estado brasileiro se pauta em valores *plurais*.

A próxima cartilha que analiso é a *Caderneta de Saúde do Adolescente e Caderneta de Saúde da Adolescente* (PL_03 e PL_04). Essas cadernetas são espécies de diários destinados a meninas e meninos com idades entre 10 e 19 anos. Nelas, é possível anotar dados pessoais como endereço, idade, etc., e também vacinas tomadas, alergias, cirurgias realizadas. Além destes aspectos relacionados à saúde do adolescente em geral, está repleta de textos informativos com dicas sobre alimentação, saúde bucal, espinhas, higiene; informações sobre sexualidade, sexo seguro, métodos anticoncepcionais; orientações de como proceder no caso de violência (incluindo a sexual) ou de gravidez. Cada uma delas tem 50 páginas, e grande parte dos conteúdos de uma e de outra são idênticos. O que muda são as informações sobre anatomia e às relativas à gravidez: enquanto às meninas são dadas informações a respeito de seu direito de receber atendimento pré-natal, no parto e no pós-parto, e de que a escola é obrigada, por lei, a possibilitar que a mãe adolescente reponha provas, apresente justificativa de faltas, etc., aos meninos são dadas a orientação de que devem assumir a paternidade e não abandonar os estudos.

Assim como acontece com as cartilhas analisadas anteriormente, observa-se que a definição do público-alvo traz reflexos importantes para ethos que emerge das *Cadernetas*. As estratégias são, em alguma medida, as mesmas. A diagramação é colorida, com fontes de diversos tipos. Ambas as cadernetas estão repletas de ilustrações e fotos de meninos e meninas de várias etnias (negros, brancos, índios e orientais), além de cadeirantes e

deficientes visuais. O co-enunciador é referido como “você”, e o léxico e estruturas frasais fazem emergir um ethos jovial, ao mesmo tempo em que a imagem de jovem é daquele indivíduo cheio de dúvidas e, por isso, necessitado de uma voz firme, mas solidária, que o incentive a fazer as melhores escolhas.

199. Pronto, agora olhe para o espelho e sorria. **Você está de parabéns!** Mas não se esqueça de dar parabéns todo dia a você... (PL_04, PL_05)
200. Espinhas? **Calma, isso não é o fim do mundo!** Uma boa dica: lavar o rosto 2 a 3 vezes ao dia com sabonete esfoliante pode ajudar no controle da oleosidade. Se o problema incomodar, procure um serviço de saúde, pois existe tratamento, **viu? Sem drama!** (PL_04, PL_05)
201. A primeira relação sexual, para ser segura e prazerosa, só deve ocorrer a partir do momento em que você se sentir preparada. **Essa escolha é sua! Respeite** seu próprio ritmo e **não se deixe levar pelas pressões dos outros.** (PL_04)
202. A partir de estímulos hormonais, podem ocorrer também mudanças no tom de voz. Inicia-se o aumento dos testículos e do pênis. Também há o aparecimento de pelos na região pubiana, nas axilas, no rosto e no restante do corpo. **E não para por aí não!** É comum o aumento da transpiração e odores (**cheiros**), principalmente nas axilas (**o popular “CC”**) e nos pés (**o “chulé”**). **Por tudo isso o banho diário é muito importante!** (PL_05)
203. **Menino tem peito?** É frequente na adolescência haver o aumento das mamas, **sabia?** Isso tem um nome **“difícil”**, chama-se ginecomastia puberal. Geralmente, esse aumento ocorre nos dois lados e pode doer um pouco. **Mas fique tranquilo**, isso regride espontaneamente em 1 ano ou até em 2 anos. (PL_05)
204. É normal que seu pênis apresente uma secreção branca e espessa, que também tem um **outro nome “difícil”**: chama-se esmegma, na glândula (**a cabeça do pênis, lembra?**), sob o prepúcio. É muito importante você limpá-la todos os dias no banho com água e sabão. Para isso, primeiro puxe o prepúcio deixando aparecer toda a glândula para uma boa higiene. Se você não conseguir puxar totalmente a pele para descobrir a glândula, sentir dor ou apresentar feridas ou secreções, procure o serviço de saúde para saber o que está acontecendo, **combinado?** (PL_05)

Nos excertos acima, é possível observar como um tom professoral é assumido pelo enunciador – um professor “legal”, que sabe falar com os jovens, que sabe dos seus anseios e dúvidas. Como nas cartilhas analisadas anteriormente, este enunciador simula uma conversa cara a cara com os adolescentes, mas nesta conversa, diferentemente do que ocorre nos outros materiais, há um desnivelamento entre as posições ocupadas pelo enunciador e pelo co-enunciador. Aqui, o Estado assume o papel do adulto que informa e dá apoio aos jovens que estão passando por uma fase de muitas dúvidas e descobertas. Isso é mostrado, por exemplo, nas instruções sobre higiene e na dica de como resolver o problema das espinhas. Além disso, as marcas de oralidade (*combinado? viu?*), a explicitação dos termos “difíceis” (*ginecomastia puberal, esmegma, glade*), a utilização de um léxico tipicamente jovial (*chulé, o popular CC*) fazem emergir a imagem de um Estado que, quando fala com jovens, assume o papel de tutor.

Além disso, o exercício da sexualidade é apresentado como um direito e fonte de prazer e felicidade – *desde que* se tenha uma atitude de responsabilidade nas práticas sexuais. Isto é, é dada ênfase ao fato de que uma vida sexual adequada exige um comportamento responsável e que “atitudes inadequadas” – sexo sem proteção, e não sexo antes do casamento, vale ressaltar – trazem consequências graves para a vida dos jovens. Embora esta seja uma informação presente em praticamente todos os materiais educativos voltados para a população em geral, o tom dos textos dirigidos a um público de jovens e adolescentes é mais firme – isto é, fala-se a jovens, supostamente não muito conscientes e responsáveis, como um adulto que tenta mostrar a importância de ter responsabilidade e fazer escolhas adequadas. Reproduz-se, de certa maneira, a disparidade que existe nas relações entre adultos e jovens.

205. É preciso cuidar da sua saúde física, mental e emocional e se preparar para **assumir as responsabilidades e consequências que fazem parte da sua escolha**, como conhecimentos e recursos que possam ajudá-la/o a se prevenir de uma gravidez não planejada e a se proteger de doenças, como as sexualmente transmissíveis - DST/Aids. O uso do preservativo **só depende de você**. Essa é a única forma de garantir sua segurança.

206. Por último, lembre-se: **Você é a dona/o da sua vida** e, por isso mesmo, pode

participar da construção de um mundo melhor. Um mundo sem preconceitos, sem discriminação. Um mundo mais pacífico, mais solidário e menos violento. [...] Por isso, **escolha bem as sementes que vão gerar os frutos que você deseja colher.**

Com isso, a imagem de jovem que emerge destes materiais é a do adolescente um pouco “desmiolado”, que não tem a devida noção das consequências do sexo inseguro e que precisa, por isso, ser constantemente “advertido”. Mas, por outro lado, esses “desmiolamento”, por assim dizer, nunca é abordado por um viés moral. Esse tom que às vezes se torna mais ameaçador tem por objetivo, sempre, tornar os jovens conscientes para que possam assumir, com /autonomia/, os rumos de suas vidas.

Por fim, o último material que será analisado é a campanha nacional de prevenção ao contágio a Aids direcionada às profissionais do sexo feminino, com foco na conscientização de seus direitos, como a negociação com clientes pelo uso da camisinha, o esclarecimento do uso correto do preservativo e a promoção do preservativo feminino. O slogan foi da campanha *Sem vergonha, garota. Você tem profissão* (PL_02).

Como acontece em todas as campanhas, diversos materiais foram produzidos e veiculados especialmente no rádio e nos locais de prática do sexo pago. Além do jingle para rádio, há folder e cartilha com informações sobre práticas seguras de sexo; principais doenças que podem ser transmitidas nas relações sem o uso do preservativo; direitos humanos; dependência química e redução de danos entre usuários de drogas injetáveis, adesivos para banheiros e manual do multiplicador (profissionais do sexo que ensinam as companheiras a se prevenir das doenças).

Há, como sempre, uma completa ausência de avaliação moral. O sexo pago é visto como um serviço que profissionais de um determinado tipo oferecem a seus clientes. Não é tratado, assim, como vadiagem ou pecado, por exemplo. O fato de esta campanha ter sido feita “sob medida” para estas profissionais materializa a idéia (central, no interior do posicionamento laico) de que uma prática sexual protegida, saudável e livre de preconceitos é um direito humano básico. E, sendo um direito humano, deve estar ao alcance de todos, sem qualquer tipo de discriminação.

Outro aspecto interessante é o tom desta campanha, leve, divertido, inclusivo, sem sinais de discriminação moral. Esse tom resulta, em especial, do jingle, que utiliza um tipo

de música romântico-brega interpretada por Reginaldo Rossi e cuja letra fala o seguinte:

Sei que a vida levou/ por diversos caminhos/ por sobrevivência ou amor/ você vende carinhos/ não se arrisque/ nem um instante/ não vá se esquecer/ sua saúde é importante/ cuide bem de você – Refrão: você é profissional do amor/ você é profissional do amor/ você é profissional do prazer/ por isso tome cuidado/ com cliente ou namorado/ você tem que se proteger (na segunda vez que o refrão é cantado, um coral feminino canta ao fundo: use camisinha, use camisinha, use camisinha). Ao final, Reginaldo Rossi diz: Não transe nunca sem camisinha!

É bastante relevante, também, o fato de ser Reginaldo Rossi, cujo codinome é *O Rei do Brega*, o intérprete do jingle, e o estilo escolhido ser o romântico-brega. Disto emana uma imagem de profissional do sexo que não remete aos bordéis de luxo, mas às casas noturnas da Rua Augusta – uma imagem de profissional do sexo, em boa medida, estereotipada.

Novamente, a imagem de Estado que pode falar com todos – e segundo as especificidades de cada um – emana deste material e de todos os outros analisados. Conforme o público a que se dirige, utiliza estratégias retóricas específicas. Assim, o enunciador destes textos – que, presumivelmente, representa a voz do Estado – varia conforme muda seu co-enunciador. Quando fala para as lésbicas, para as travestis e para profissionais do sexo, mostra-se mais próximo de público; quando fala para os adolescentes, mostra-se mais distante, ou melhor, em um nível diferente, assumindo um papel de tutor.

Assim, além da dimensão vocal que a noção de ethos mobiliza, são atribuídos ao fiador traços físicos e psíquicos: trata-se de um caráter e de uma corporalidade, que, respectivamente, dizem respeito a traços psicológicos e a uma compleição corporal, que são atualizados não por meio do que o enunciador diz de si mesmo no texto, mas por meio de uma personalidade que se revela pela enunciação.

É construída, pois, a imagem de um fiador, instância subjetiva que responde por aquilo que se diz no texto e essa imagem compreende um corpo e um caráter. “A qualidade do ethos remete, com efeito, à imagem desse ‘fiador’ que, por meio de sua fala, confere a si

próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado” (Maingueneau, 1998: 99). No caso dos materiais analisados, emerge o corpo de um Estado que sabe falar com todos, que entende as necessidades de cada um e que, acima de tudo, é um Estado *justo*, pautado pela *pluralidade* e que busca, por meio de uma diversidade de materiais, garantir que seus cidadãos tenham /autonomia/ para cuidar da saúde.

Portanto, vê-se que os semas positivos da grade laica não dizem respeito, apenas, às ideias que o Estado defende em suas campanhas, mas ecoam, também, nos gêneros e no ethos que emerge de seus textos – um ethos que, por um lado, é múltiplo, na medida em que muda conforme o público, mas, por outro lado, é sempre justo e plural, no sentido de não definir uma conduta moral como correta ou condenável.

6.2 Um dizer puro

Vimos, na seção anterior, que o posicionamento laico lança mão de uma *pluralidade* de gêneros, que, por sua vez, admitem cenografias mais ou menos *variadas* por meio das quais o Estado mostra-se como uma instituição justa, não-preconceituosa e comprometida com o bem-estar de seus cidadãos. Por sua vez, a cena enunciativa dos textos católicos muda muito pouco de um texto para outro. Inclusive, o enunciador católico utiliza poucos gêneros discursivos. Todos os textos, na realidade, se enquadram no gênero “texto opinativo”, por meio dos quais membros da hierarquia (nunca o laicato) esclarecem a doutrina eclesiástica a respeito de uma moralidade sexual *sadia*. A única exceção é o texto *Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família* (PC_20), que se apresenta como um guia destinado aos pais a respeito de como deve ser uma educação sexual, de acordo com os preceitos católicos – mas que, textualmente, não difere muito dos textos opinativos, a não ser pela extensão (é um guia de 30 páginas, enquanto os textos opinativos têm em média três).

Mas não só os gêneros são escassos. Os *ethé* também variam pouco. Em geral, vimos como o tom dos textos católicos é bastante agressivo. Sempre denunciam explicitamente as mazelas que a proposta laica de educação sexual está trazendo para o mundo. Esse enunciador mostra-se, neste processo de denúncia, como porta-voz de uma

verdade transcendental, na mesma medida em que mostra o Outro como divulgador de mentiras. O co-enunciador que emerge desses textos é, em geral, pouco caracterizado e, se é possível identificá-lo, é como o indivíduo em busca da /verdade/, que quer cumprir o seu /dever/ de católico por meio de um modo de vida pautado na /tradição/.

Assim, se, “do lado de lá” os gêneros, os *ethé* e os co-enunciadores previstos se multiplicam, assim como os temas abordados – fazendo emergir uma educação sexual essencialmente *plural* –, a dinâmica católica se caracteriza pela exiguidade de ideias (poucas e as mesmas há pelo menos dois séculos), de *ethé* e de co-enunciadores autorizados. Pautado pela /tradição/, o enunciador católico privilegia um modo de enunciação mais próximo dos Grandes Textos.

De fato, o modo de enunciação católico se caracteriza por ser fortemente *aforizante*. O conceito de *aforização*, definido por Maingueneau (2010b), diz respeito a um regime de enunciação que se contrapõe à enunciação textualizante, aquela que se inscreve em gêneros de discurso. Nas palavras do autor (*ibid.*, p.13),

Todo gênero de discurso define duas posições correlativas, de produção e de recepção, em interação e especificadas pelas restrições da cena genérica. O que faz com que possamos falar de “papeis”. Poderíamos também dizer que na textualização não nos relacionamos com Sujeitos, mas com facetas, aquelas que são pertinentes para a cena verbal, onde a responsabilidade do dizer é partilhada e negociada. Na enunciação aforizante, em contrapartida, não há posições correlativas, mas uma instância que fala a uma espécie de “auditório universal” (Perelman), que não se reduz a um destinatário localmente especificado: a aforização institui uma cena de fala onde não há interação entre dois protagonistas colocados num mesmo plano. O locutor não é apreendido por tais ou tais facetas, mas em sua plenitude imaginária: não há ruptura entre uma instância fora da enunciação e uma instância que é um papel discursivo. É o próprio indivíduo que se exprime, além/aquém de todo papel, “ele mesmo”, de alguma forma. Fundamentalmente monologal, a aforização tem como efeito centrar a enunciação no locutor.

Assim, enquanto a enunciação textualizante é essencialmente descentrada, na medida em que mobiliza uma cena genérica que amplia ou restringe as possibilidades da cenografia, e de onde emerge uma figura de enunciador e uma de co-enunciador (como

ocorre com os textos laicos), o regime aforizante tende a centralizar o processo enunciativo na figura do locutor. Assim, o efeito que se tem é de estar em contato direto com o pensamento do locutor: “nem resposta, nem argumentação, nem narração, mas pensamento, dito, tese, proposição, afirmação soberana...” (ibid., p. 14).

A noção de enunciação aforizante está intimamente associada à noção de enunciados destacados, como as máximas, os provérbios, os slogans, as manchetes, as citações, etc. A noção de *destacabilidade* (Maingueneau, 2006d) tem a ver com o fato de que, em uma sociedade como a nossa, há uma grande circulação de *fórmulas*⁴¹, isto é, de frases curtas de um tipo especial. Segundo o autor, diversos elementos – características linguísticas, tamanho, ritmo – atuam em conjunto para tornar uma frase passível de ser citada fora de seu contexto “original” e circular de forma relativamente autônoma entre as produções textuais de uma sociedade.

Mas, além destas características mais ligadas à forma destas frases, há traços que marcam o seu conteúdo. Em geral, essas frases veiculam um ensinamento ou asseveram alguma *verdade* a respeito de alguma coisa. Desta forma, outra característica que marca essas frases é o seu caráter generalizante. Elas falam do amor, da justiça, da verdade, da amizade, da inteligência, de um povo... Por isso, são asserções reutilizáveis, que podem ser citadas sempre que tais temas estão em pauta.

Na verdade, algumas dessas frases são criadas exatamente para isso, como é o caso dos slogans publicitários e políticos. Embora tenham um contexto histórico bastante relevante, não possuem um contexto textual imediato imprescindível para seu “funcionamento”. Mas existem também aquelas que são *destacadas* de seus contextos textuais originais – e o são graças a essa estrutura frasal específica, assim como ao seu conteúdo generalizante e a um ethos solene. Nestes casos, apesar de fazer parte de um texto, sua estrutura faz com que ela se sobressaia dentre os outros enunciados e passe a ser empregada como uma fórmula. Isso é bastante comum na literatura, na filosofia e nos discursos políticos.

Maingueneau (2010b) falará, assim, em *destacamento constitutivo*, para referir-se a

⁴¹ A noção de fórmula, segundo esta proposta de Maingueneau, difere, em boa medida, da fórmula definida por Krieg-Planque (2007) e que foi comentada no Capítulo 1. Na realidade, se há algum ponto de contato, ele está exatamente na sua forma condensada, em que, com poucas palavras, é possível “marcar um posicionamento específico que se opõe implicitamente a outros” (Maingueneau, 2006c: 72).

estes enunciados que nascem destacados (como os provérbios e os slogans publicitários), e em *destacamento por extração*, como ocorre com as citações.

A aforização é exatamente o regime enunciativo implicado em um enunciado destacado por extração. Em outras palavras, o regime de enunciação aforizante torna um enunciado passível de ser destacado de seu contexto original.

Minha tese é que o enunciador católico é tipicamente um *aforizador*. Isto quer dizer que o enunciador católico dos textos analisados mostra sua enunciação como anúncio de uma verdade tão soberana que dispensa qualquer esclarecimento ou argumentação. Ela apenas *é*, como é possível observar nos excertos que se seguem:

207. Educar a sexualidade, necessariamente, é educar na castidade. (PL_02)
208. A castidade é uma possibilidade embutida na própria sexualidade humana. Ninguém morre por ser casto ou virgem. Não morremos por falta de sexo, morremos por falta de afeto. Muitas pessoas guardam a castidade e são sadias, alegres, centradas. Sempre podemos readquirir a castidade através do Sacramento da Confissão. Pela castidade humanizamos nossos instintos, ordenamos os afetos desordenados, nos libertamos da escravidão das paixões e das pulsões. Castidade tem muito a ver com liberdade, maturidade, humanização de si. (PC_06)
209. Castidade é sabedoria, ética, maturidade, amor maior, grandeza interior. (PC_06)
210. A família é um bem para o mundo, uma necessidade para a pessoa, esperança da sociedade como berço da vida, ninho do amor, “útero cultural e espiritual” das pessoas. (PC_08)
211. O melhor lugar do mundo é a nossa casa e o tesouro mais precioso é a família. (PC_08)
212. A família é o eixo transversal de toda a ação pastoral da Igreja. (PC_08)
213. Os animais têm instinto gregário, os humanos têm pulsão familiar. A pessoa e a família são anteriores ao Estado e ao poder civil. A sociedade e o Estado são para a família. O Estado existe a serviço da pessoa e da família. A dignidade da pessoa antecede, precede e fundamenta a existência de outras instituições. A vida, a pessoa, a família são um bem primário e fundamental que antecede as outras instituições. Família é uma prioridade social, é a primeira célula de um corpo, ou seja, da sociedade.

Primeira sociedade natural, titular de direitos próprios. A família é uma escola. Desde o útero a família exerce a função educativa, cultural, humanizadora. Pai e mãe são pontos de referência educacional e a criança aprende imitando. Crianças e jovens sem família ou com família desestruturada sofrem na escola, na catequese, no trabalho e fazem os outros sofrer. A família é indispensável para a serenidade da pessoa, para a organização social e para o bem comum. Enquanto escola de valores, de fé e amor, a família é um “segundo útero”. A família é uma igreja doméstica. (PC_11)

214. Deus não é estorvo, nem inimigo do homem. Sem Deus, construímos um mundo contra o homem. Jesus elevou o matrimônio à dignidade de sacramento, sinal do amor de Deus pela humanidade. Deus mesmo vive em família. Ele é o autor do matrimônio, enquanto criador do homem e da mulher. (PC_11)

215. A grandeza do homem e da mulher está em serem feitos à imagem e semelhança de Deus. (PC_16)

216. Liberdade não é permissividade, nem o “vale tudo”. Hoje o princípio do prazer tornou-se obrigatório. O prazer egoísta é desumano. O sexo psicológico é tão ou mais importante que o sexo fisiológico. O erotismo é egocêntrico, vingativo, sedutor e ilusório. A revolução sexual não tornou a humanidade mais feliz. Não morremos por falta de sexo, mas por falta de afeto. (PC_18)

217. A castidade é a afirmação cheia de alegria de quem sabe viver o dom de si, livre de toda a escravidão egoísta. (PC_20)

218. A formação para o verdadeiro amor é a melhor preparação para a vocação ao matrimônio. (PC_20)

A quantidade de excertos como esses nos textos católicos é enorme. As verdades são expostas, afirmadas, sem necessidade de argumentação. Há ausência total de conectores argumentativos – na realidade, uma grande escassez de qualquer tipo de conector. São frases breves, que mostram uma verdade evidente a seu auditório. O tempo verbal é um presente que remete a uma convicção profunda (não é um presente dêitico). Os temas são, como se vê, as teses centrais do posicionamento católico – família, castidade, a formação para o verdadeiro amor – que são não só definidas como verdadeira pela intertextualidade, mas por de seu modo de enunciação.

Esse efeito fica especialmente evidente nos excertos (208), (213), (214) e (216): no extremo dos casos (excerto (213)), o parágrafo compõe-se, em sua totalidade, por 11 aforizações consecutivas. Um parágrafo inteiro sem qualquer conectivo ou qualquer indício de argumentação. Apenas frases apresentam a /verdade/ da enunciação católica.

Como afirma Maingueneau (2010b: 14),

Assim, através da aforização, é possível ao locutor vir para o lado de cá, ou ir para o lado de lá, da diversidade infinita das interações imediatas, dos gêneros de discurso e dos textos. O “aforizador” assume o ethos do locutor que está no alto, do indivíduo autorizado, em contato com uma Fonte transcendente. Ele é considerado como aquele que enuncia sua verdade, que prescinde de negociação, que exprime uma totalidade vivida: seja uma doutrina ou uma concepção vaga de existência.

O ethos deste enunciador aforizante é, pois, o ethos daquele que enuncia uma verdade evidente, soberana, acima de qualquer dúvida e que, por isso, dispensa negociação ou argumentação. Esta característica do discurso católico mostra-se profundamente vinculada ao sema /verdade/ que compõe sua grade semântica. Assim, a doutrina católica mostra-se como a melhor e a mais verdadeira, não apenas porque seus fundamentos estão em total acordo com a palavra Divina, ou, ainda, porque ela afirma ser propositora de uma verdade, mas porque, por meio da sua enunciação, este enunciador se mostra como porta-voz desta verdade, isto é, como “uma forma de dizer puro, próximo de uma consciência” (*id. ibid.*)

Mas é preciso levar em conta que é apenas uma pretensão da enunciação aforizante não ter contexto, de ser apenas a palavra absoluta. Na realidade, não existe nenhum enunciado que esteja fora de um texto ou, ainda, que não seja parte de uma prática discursiva. No caso das aforizações católicas, vimos como elas são indissociáveis do posicionamento discursivo que as torna possível. Mais que isso, essas aforizações emergem em perfeita consonância com a grade semântica identificada, o que significa que esses enunciados, longe de serem apenas “a palavra”, estão imbricados a práticas discursivas essencialmente dialógicas e polêmicas.

Vimos, neste capítulo, que a cena enunciativa não é um acessório ou algo que se coloca à parte dos discursos. De fato, só confirmamos que a grade semântica identificada a partir das teses centrais de cada posicionamento e pela forma como cada um deles ataca seu adversário, é absolutamente compatível com o modo de falar de cada enunciador (o tom assumido, as cenografias validadas). Em termos de semântica global, enunciar *multiplicando* os gêneros, as cenografias, os temas e os públicos-alvos é indissociável das teses /pluralistas/ e /justas/, que caracterizam o posicionamento laico. No outro extremo, enunciar a /verdade/ em um tom profético, que se mostra indiscutivelmente soberana e absoluta para qualquer público é, igualmente, inseparável da doutrina sexual difundida pelos enunciadores católicos e, em especial, da intertextualidade que caracteriza sua competência discursiva, que, como vimos, expressa, ela também, a conformidade e proximidade com A Fonte.

Enfim, as análises buscaram mostrar como, efetivamente, o sentido de um discurso não pode ser devidamente apreendido se se considera apenas sua história, ou só suas teses ou ainda só os seus textos. O sentido nasce, efetivamente, da relação entre essas múltiplas dimensões, não consecutivamente, mas de forma global.

A elaboração desta tese foi, em boa medida, como montar um quebra-cabeça. Na realidade, desde o projeto, vi-me envolvida em um processo que em muito se assemelhava a organizar um emaranhado de peças. Este trabalho organizador começou já com a delimitação do corpus, tarefa nem um pouco trivial. Ainda que eu tenha com alguma facilidade chegado até os dois discursos dos quais me ocupei, definir sua localização no interdiscurso demandou uma análise mais profunda do seu modo de inscrição no espaço público.

Foi necessário “descobrir”, por exemplo, a quais outros discursos cada um dos posicionamentos remete para poder legitimar suas propostas. Foi necessário descrever longamente sinais da superfície discursiva para poder chegar, finalmente, a uma delimitação específica do interdiscurso. Por um lado, a legitimação da proposta laica de educação sexual – que inclui não apenas o uso de preservativos e de anticoncepcionais, mas a defesa do direito de todo ser humano exercer sua sexualidade de maneira livre e segura – passa, necessariamente pelos discursos científicos e jurídicos. O apelo a estes discursos revela muito a respeito do funcionamento de políticas públicas no “processo civilizatório” de uma sociedade e no modo como o Estado pode atuar neste processo. É, portanto, revelador de traços característicos não só do posicionamento laico, mas dos campos em que tal posicionamento se insere e de um período histórico específico.

Por outro lado, o sentido destas formulações muda profundamente quando proferidos por um enunciador católico. A legitimação de sua proposta se ancora totalmente no interior do campo religioso, o que faz com que ser casto e/ou fiel ao cônjuge seja a melhor escolha porque este é o plano de Deus para a humanidade. Assim, *educação sexual* e *sexo seguro* estarão associados à castidade e à família ou a direitos humanos e sexo com camisinha, conforme se entenda por verdade a lei divina ou diretrizes embasadas em um saber científico e na lei dos homens.

Se, em um primeiro momento, o objeto de pesquisa se mostrou acessível e “comportado”, conforme a pesquisa ia sendo desenvolvida, fui sendo colocada cara a cara com a heterogeneidade irreduzível dos discursos. Essa realidade me obrigou a desenvolver estratégias de “homogeneização”: exclusão de temas, delimitação precisa de enunciadores,

demarcação de uma linha temporal. Assim, pouco a pouco, a heterogeneidade discursiva foi sendo “domada”, tornando possível encontrar regularidades que revelariam, finalmente, a grade semântica que organiza a relação polêmica entre Estado e Igreja.

Na verdade, organizar o corpus e identificar as heterogeneidades discursivas é um processo absolutamente crucial para analistas do discurso, já que é este trabalho que permite identificar os limites onde os discursos mudam. Se tal processo fosse desnecessário, seria, talvez, o indício de que não existe uma multiplicidade de discursos no universo discursivo, mas um único discurso, homogêneo e total, sem fronteiras e sem limites.

Parece importante observar, igualmente, que, no interior do posicionamento católico, não vemos um biopoder em ação (embora sua proposta vise, segundo seus enunciadores, também o controle das doenças e da gravidez precoce, acredito que esses “benefícios” tenham mais a ver com os temas impostos ao campo), mas prioritariamente um poder disciplinador, que incide sobre os corpos dos fiéis. Neste sentido, as declarações sobre os benefícios da castidade – que promoveria *a disciplina de guardar-se, o autodomínio, a capacidade de renúncia, de sacrifício, de espera,* – são reveladores desta tecnologia de poder centrado sobre o corpo de que falei, citando Foucault, na *seção 2.4*.

Retomando, assim, a grade semântica de ambos os discursos, é possível perceber a força desta proposta teórica, na medida em que ela permite descrever o funcionamento discursivo considerando a sua totalidade.

No caso do posicionamento católico, seu traço principal é uma imutabilidade e uma concentração sobre si mesmo, que se revela em diversos planos discursivos. Os semas positivos de sua grade semântica garantem que qualquer coisa que seja diferente da /tradição/ ou que questione o /dever/ de obedecer a Deus seja visto como ameaça à /verdade/. Disso resulta um discurso que é o mesmo, sempre, ou, em outras palavras, cuja variabilidade é mínima: poucos gêneros, poucas cenografias, um modo essencialmente aforizador de enunciar, que, em poucas palavras, resume a doutrina. Mas as teses são, também, escassas: viver em castidade, manter a fidelidade entre os cônjuges e proteger a família; poucos, também, são os co-enunciadores previstos – ainda que fale que suas teses sejam válidas para *qualquer um*, o co-enunciador que emerge de seus textos é o homem obediente a Deus, que quer viver de acordo com o plano Divino. Por fim, a tecnologia de

poder que caracteriza este discurso é aquela que também se concentra sobre os corpos, sobre os indivíduos. Temos, assim, o discurso, em todas as suas dimensões, atuando segundo a mesma grade semântica: seguindo a /tradição/, cumprindo o /dever/ e defendendo a /verdade/.

Por sua vez, o posicionamento laico se caracteriza exatamente por ser muito diversificado, assim como a tecnologia de poder que o caracteriza, o biopoder, uma tecnologia essencialmente dispersa. Assim, há uma /pluralidade/ de gêneros, de cenografias, de *ethé*, de público-alvo. É um discurso pulverizado numa diversidade de práticas discursivas, que incluem, também, muitos enunciadores autorizados – mas que falam, no entanto, segundo um quadro semântico bastante simples composto, ele também, de três pares complementares de semas. Será, portanto, o sema /pluralidade/ que garantirá a dispersão do discurso para que ele possa chegar a todos, garantindo, assim, a /autonomia/ da população e, neste mesmo movimento, seu caráter /justo/.

Mas todos esses traços semânticos só se constituem como unidade relativamente a um discurso enquanto empenhados na relação polêmica. Assim, a definição de um interior discursivo é indissociável da identificação do que ele define como seu exterior. Como afirma Maingueneau (1984: 189),

Constituir a discursividade em objeto é supor que, em qualquer circunstância não é possível dizer não importa o quê, não importa como e não importa em qual lugar, e que essas coordenadas definem uma identidade enunciativa. Caso contrário, haveria apenas um discurso, sem exterior, infinitamente diverso e infinitamente repisado, tecido de todos os enunciados emaranhados. É forçoso, pois, definir unidades semânticas, separar um interior de um exterior, mas também admitir que esse dentro é de fato um fora. Em dois sentidos: porque, no espaço enunciativo, o Mesmo se constitui no Outro, o fora investindo o dentro, pelo próprio gesto de expulsá-lo; e porque, através de seu sistema de restrições, o discurso se encontra engajado em uma reversibilidade essencial com grupos, instituições, e, igualmente, com outros campos. Não há imagem simples que torne isso visível.

Para finalizar, mais um comentário sobre a heterogeneidade, esta realidade intransponível que é constitutiva até mesmo dos discursos mais homogeneizantes. Cito, a título de exemplo, um acontecimento recente. Em novembro de 2010, foi destaque nos

jornais de todo o mundo a declaração do papa Bento XVI de que, “em alguns casos singulares”, o uso da camisinha “pode ser justificado”. Esta afirmação, publicada no livro-entrevista *Luce del mondo. Il Papa, la Chiesa e i segni dei tempi*, causou enorme comoção e muitos interpretaram essa pequena “liberação” como a prova cabal de que, no fim das contas, a /tradição/ talvez esteja perdendo sua força.

No entanto, é interessante notar como o fato foi interpretado no interior da própria Igreja. O assunto foi tema de reportagem na revista *Família Cristã* (editora Paulinas, edição de jan./2011, pp. 38-40, grifos meus). Em dado momento, lê-se o seguinte:

Para o jornalista italiano Vittorio Messori, autor de vários livros sobre o pensamento da Igreja Católica e suas instituições, a declaração de Bento XVI deve ser vista como um “ato de caridade”, que **não terá nenhuma consequência destrutiva sobre a doutrina.** [...] Na verdade, basta ler alguns parágrafos anteriores àquele em que o papa admite o **uso bastante restrito do preservativo para verificar que Bento XVI não mudou em nada a tradicional doutrina católica a respeito dos anticoncepcionais.** Sobre isso, ele afirmou que **“a fixação absoluta em relação ao preservativo implica uma banalização da sexualidade”** e que **“a luta contra a banalização da sexualidade é também parte da luta para garantir que a sexualidade seja considerada como um valor positivo”.**

Quando o papa fez esta declaração, temi pelo modelo que eu tentava definir, pensando, assim, que a homogeneidade⁴² havia ganhado a luta. Se a Igreja passasse a apostar suas fichas no sexo seguro, não haveria mais um espaço em que dois discursos polemizam, mas a união entre os dois e a dissolução da polêmica. Porém, a reportagem acima é tranquilizadora para quem está no final da redação de uma tese, na medida em que mostra que o sema /tradição/ e /dever/ estão operando, ainda, com muita força no interior do catolicismo, quando o tema em questão é a sexualidade dos indivíduos. Do mesmo modo, os semas rejeitados /vulgaridade/ e /infração/ parecem também estar em pleno

⁴² Na versão apresentada à banca, originalmente, constava “... pensando, assim, que a **heterogeneidade** havia ganhado a luta”. No entanto, conforme comentário de Possenti no dia da defesa, o temor deveria ser pela homogeneidade, já que é exatamente a heterogeneidade dos discursos – um universo discursivo pleno de muitos e diferentes discursos – que garante a relação polêmica, objeto de pesquisa desta tese. Se todos passassem a defender o uso de preservativos, isso sim minaria toda a pesquisa.

funcionamento. Se, de alguma forma, aceitar que os preservativos não são tão eficazes assim pode representar uma fissura no sistema, para que haja uma movimentação significativa do sistema de restrições, aparentemente serão necessárias ainda algumas décadas – ou, talvez, séculos.

Referências bibliográficas

- ANSCOMBRE, Jean Claude, DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*, Liège, Piere Mardaga éditeur, 1988.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. (1982). Heterogeneidade Mostrada e Heterogeneidade Constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. Trad. Maria Regina Borges-Osório e Elsa Nietsche Ortiz. In: AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- _____. *Heterogeneidade(s) enunciativa (s)*. In: ORLANDI, Eni & GERALDI, João Wanderley. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, UNICAMP – IEL, nº 19, jul/dez, 1990.
- BARSTED, Leila Linhares. O campo político-legislativo dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. In: BERQUÓ, Elza. (org). *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. (1976). Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda, 1983.
- BUGLIONE, Samantha. Reprodução e sexualidade: uma questão de justiça. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 5, n. 49, fev. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1855>>. Acesso em 15 mar. 2007.
- CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. Disponível em <http://catolicasonline.org.br>. Acesso em 30 set. 2008.
- CIFUENTES, Rafael Llano. Sexualidade humana: verdade e significado. s/d. Disponível em: <http://www.presbiteros.com.br/Moral/Educa%E7%E3o/SEXUALIDADEHUMANA.htm>. Acesso em 12 fev. 2008.
- CITELI, Maria Teresa. *A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.
- CORRÊA, Sonia, ÁVILA, Maria Betânia. Direito sexuais e reprodutivos – pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (org). *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- DASCAL, Marcelo. *Epistemologia, controvérsias e pragmática*. In: *Revista da SBHC*, n.12, p.73-98, 1994.
- DUCROT, Oswald. (1984) O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. La polifonía en lingüística In: DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Conferencias del seminário teoria de la argumentacion y analisis del discurso. 1 ed. Cali: Universidad del Valle, 1988. p. 15-30.
- _____. (1989). Argumentação e “Topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo. *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p.13-38.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. *Gênero e políticas públicas*. *Estudos Feministas*, v.12, n.1,

- p.47-71, 2004.
- FOUCAULT, Michel. (1972) Retornar à história. In MOTA, Manoel Barros da (org.), Michel Foucault – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 282-295. (Coleção Ditos e Escritos, II).
- _____. (1976a) *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. (1976b) Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. (1978a) *A evolução da noção de “indivíduo perigoso” na psiquiatria legal do século XIX*. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.), Michel Foucault – Ética, Sexualidade, Política. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 1-25. (Coleção Ditos e Escritos, V).
- _____. (1978b) *Sexualidade e política*. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.), Michel Foucault – Ética, Sexualidade, Política. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 26-35. (Coleção Ditos e Escritos, V).
- GIANNELLA Jr. Fúlvio. O papa e os sinais dos tempos. In: *Família Cristã*. Ano 77 – no. 901, jan. 2011.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. (2007) *A noção de “fórmula” em análise do discurso - quadro teórico e metodológico*. Trad. Possenti e Salgado. São Paulo: Parábola, 2010.
- LEÃO XIII. Carta Encíclica *Rerum novarum*: sobre a condição dos operários. Vaticano, 1891. Disponível em:
http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em 03 dez. 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos* (1984). *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- _____. (1987) *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. (1998) *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. De Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Editoria Cortez, 2004.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação. IN: *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Org. Ruth Amossy. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- _____. Situação de enunciação e cena de enunciação em Análise do Discurso. In: MAINGUENEAU. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. Org. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva e Sírio Possenti. Vários tradutores. São Paulo: Parábola Editorial, 2010a.
- _____. Aforização: enunciados sem texto? In: MAINGUENEAU. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. Org. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva e Sírio Possenti. Vários tradutores. São Paulo: Parábola Editorial, 2010b.
- _____. Unidade Tópicas e Não-Tópicas. In: MAINGUENEAU. *Cenas da enunciação*.

- Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Vários tradutores. Curitiba: Criar, 2006a.
- _____. O discurso das Organizações Internacionais: um discurso constituinte? In: D. Maingueneau. *Cenas da enunciação*. Organização de Sírio Possenti & Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Vários tradutores. Curitiba: Criar, 2006b.
- _____. Discursos constituintes. In: D. Maingueneau. *Cenas da enunciação*. Organização de Sírio Possenti & Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Vários tradutores. Curitiba: Criar, 2006c.
- _____. Citação e destacabilidade. In: D. Maingueneau. *Cenas da enunciação*. Organização de Sírio Possenti & Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Vários tradutores. Curitiba: Criar, 2006d.
- _____. Entrevista com D. Maingueneau. *Revista Linguagem*, v.10, out. 2009. Entrevista concedida a Roberto Leiser Baronas (UFSCar) e Fernanda Mussalim (UFU). Disponível em http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao10/entrevista_maingueneau.php. Acesso em: 03 mar. 2010.
- _____, COSSUTTA, Frédéric (1995). *L'analyse des discours constitutants*. In: *Langages*, 117, 112-125.
- MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- VIANNA, Adriana, LACERDA, Paula. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: mapeamento e diagnóstico*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. (1969) Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F., HAK, T. (orgs) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. (1983) A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F., HAK, T. (orgs) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. *Igreja: contradições e acomodação; ideologia do clero católico sobre a reprodução humana no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978. [Caderno Cebrap, 30].
- PIO XI. Carta Encíclica *Casti connubii*. Vaticano, 1930. Tradução em português disponível em: <http://www.capela.org.br/Magisterio/conubii1.htm>. Acesso em 10 jan. 2011.
- PONTIFICIO CONSEJO PARA LA FAMILIA. *Carta de los derechos de la familia*. Vaticano, 1983. Disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_19831022_family-rights_en.html. Acesso em 25 ago. 2010.
- POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In MUSSALIM & BENTES (orgs.). *Introdução à lingüística – fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 353-392.

_____. Ducrot e a análise do discurso. In: Possenti, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. É um campo: um programa. In: Possenti, Sírio. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

POSSENTI, Sírio; MOTTA, Ana Raquel. *Direita e esquerda: volver!* In: Anais da Primeira Jornada Internacional de Estudos do Discurso. Maringá: 2008. p. 303-314.

SILVA, Edvania Gomes da. Os (des)encontros da fé - análise da semântica global de dois movimentos da Igreja Católica. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.